



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
(ILAACH)**

HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA

Foz do Iguaçu
2023



**INSTITUTO LATINO-AMERICANO
DE ARTE, CULTURA E HISTÓRIA
(ILAACH)**

HISTÓRIA – AMÉRICA LATINA

Governo Lula, Lulismo e a tese da criação de uma nova classe na sociedade brasileira

Felipe Guimarães dos Santos

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e História da Universidade Federal da Integração Latino-Americana, como requisito parcial à obtenção do título de Bacharel em História - América Latina.

Felipe Guimarães dos Santos

**Governo Lula, Lulismo e a tese da criação de uma nova classe na sociedade
brasileira**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao Instituto Latino-Americano de Arte, Cultura e
História da Universidade Federal da Integração
Latino-Americana, como requisito parcial à
obtenção do título de Bacharel em História -
América Latina.

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Zeno Soares
Crocetti UNILA

Orientador: Dr. Sergio
Henrique de Oliveira
Teixeira UNILA

Dr. Evander Ruthieri Saturno da
Silva UNILA

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____
TERMO DE SUBMISSÃO DE TRABALHOS ACADÊMICOS

Nome completo do autor(a): Felipe Guimarães dos Santos

Curso: História - América Latina

(.....) graduação (.....) artigo (.....) especialização (.....) trabalho de conclusão de curso (.....) mestrado
(x) monografia
(.....) doutorado (.....) dissertação (.....) tese (.....) CD/DVD – obras audiovisuais (.....)

Título do trabalho acadêmico: Governo Lula, lulismo e a tese da criação de uma nova classe na sociedade brasileira de
Felipe Guimarães dos Santos

Nome do orientador(a): Prof. Zeno Crocetti

Data da Defesa :

O referido autor(a): a) Declara que o documento entregue é seu trabalho original, e que o detém o direito de conceder os direitos contidos nesta licença.

Declara também que a entrega do documento não infringe, tanto quanto lhe é possível saber, os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade.

b) Se o documento entregue contém material do qual não detém os direitos de autor, declara que obteve autorização do detentor dos direitos de autor para conceder à UNILA – Universidade Federal da Integração Latino-Americana os direitos requeridos por esta licença, e que esse material cujos direitos são de terceiros está claramente identificado e reconhecido no texto ou conteúdo do documento entregue. Se o documento entregue é baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não a Universidade Federal da Integração Latino-Americana, declara que cumpriu quaisquer obrigações exigidas pelo respectivo contrato ou acordo.

Na qualidade de titular dos direitos do conteúdo supracitado, o autor autoriza a Biblioteca Latino-Americana – BIUNILA a disponibilizar a obra, gratuitamente e de acordo com a licença pública Creative Commons Licença 3.0 Unported.

Foz do Iguaçu, _____ de _____ de _____.

Assinatura do Responsável :

Agradecimentos:

Gostaria de agradecer a todos os familiares, amigos, colegas e professores que me auxiliaram nesse processo de TCC, seja com ideias, apoio emocional ou só estando presente na minha vida. Sem vocês, a realização desse projeto não seria possível e eu nem ao menos estaria onde estou hoje.

Gostaria de agradecer também ao meu Orientador, Professor Zeno, que mesmo sem me conhecer, aceitou me orientar, e foi fundamental durante todo esse processo, tanto em questão de conhecimento e conteúdo, quanto em questão de me tranquilizar ao longo do tempo que o trabalho foi desenvolvido.

Sou muito grato a todos os professores do curso de História da UNILA, que me auxiliaram e me ensinaram muito durante a graduação, sempre sendo muito compreensivos e tendo muito disposição para passar seu conhecimento para frente.

Queria agradecer de maneira mais especial, minha mãe, Lia, que não só permitiu que eu estivesse nessa faculdade, como foi a figura mais importante para o meu desenvolvimento como pessoa, também agradecendo a ela pelo apoio nessa etapa, onde sempre discutiu ideias comigo e me deu sugestões fundamentais para a realização desse trabalho.

Agradecer também aos amigos que dividiram a casa comigo ao longo de todo esse processo, Cauê, Kayo e Ian, pelos bons momentos durante toda essa jornada da faculdade e pelas conversas relacionadas a temas acadêmicos que geraram muito desse trabalho.

E minha namorada Bruna, pelo apoio incondicional durante esse processo, tanto emocional, quanto prático, sendo fundamental em cada parte desse trabalho e sempre discutindo ideias comigo sobre cada um dos temas aqui presentes.

Resumo

Essa monografia tem como objetivo interpretar os avanços socioeconômicos que ocorreram na sociedade brasileira durante o primeiro e o segundo mandato do Presidente Lula (2003-2010), com ênfase nas classes mais baixas, e analisar se ocorreu a formação de uma nova classe social durante esse período, assim como a consolidação dessa possível classe em um período posterior. As fontes usadas são referentes aos principais autores que tratam da decifração desse fenômeno na formação da sociedade brasileira, bem como fazer uma análise mais técnica sobre o período do governo Lula, além da discussão da criação de uma “nova classe média”, buscando diferentes teorias e visões históricas sobre esse tema, concluindo ao final da pesquisa que não houve a formação dessa “nova classe” na sociedade brasileira.

Palavras chaves: Governo Lula; Sociedade brasileira; Formação histórica; Formação social e Economia

Abstract

This monograph aims to interpret the socioeconomic advances that occurred in Brazilian society during the first and second term of President Lula (2003-2010), with emphasis on the lower classes, the formation of a new social class during this period, as well as the consolidation of this possible class in a later period. The sources used refer to the main authors who deal with the decipherment of this phenomenon in the formation of Brazilian society, as well as make a more technical analysis of the period of the Lula government, in addition to the discussion of the creation of a "new middle class" different theories and historical views on this subject, concluding at the end of the research that there was no formation of this "new class" in Brazilian society.

Keywords: Lula government; Brazilian society; Historical formation; Social formation and economy

Resumen

Esta monografía tiene como objetivo interpretar los avances socioeconómicos que ocurrieron en

la sociedad brasileña durante el primer y segundo mandato del Presidente Lula (2003-2010), con énfasis en las clases más bajas, y analizar si se ha producido la formación de una nueva clase social durante ese período, así como la consolidación de esa posible clase en un período posterior. Las fuentes utilizadas son referentes a los principales autores que tratan de la descifración de ese fenómeno en la formación de la sociedad brasileña, así como hacer un análisis más técnico sobre el período del gobierno Lula, además de la discusión de la creación de una "nueva clase media" buscando diferentes teorías y visiones históricas sobre este tema, concluyendo al final de la investigación que no hubo la formación de esa "nueva clase" en la sociedad brasileña.

Palabras claves: Gobierno Lula; Sociedad brasileña; Formación histórica; Formación social y Economía

Lista de Imagens e Gráficos:

- Figura 1: Fração recebida pelos mais ricos
- Figura 2: Valor real salário-mínimo e renda brasileira
- Figura 3: Intenção de voto eleição de 1989
- Figura 4: Intenção de voto segundo turno
- Figura 5: Votações eleições 1989, por estado
- Figura 6: Avaliação Governo Collor
- Figura 7: Intenção de voto eleição 1994
- Figura 8: Avaliação Governo FHC
- Figura 9: Número de escravos por região
- Figura 10: Data da abolição da escravidão por país
- Figura 11: Transição religiosa no Brasil
- Figura 12: Distribuição de renda Evangélicos
- Figura 13: Evolução da taxa nacional de desemprego
- Figura 14: Rendimento mensal familiar
- Figura 15: Matrículas Governo Lula e Dilma
- Figura 16: Endividamento Governo Lula
- Figura 17: Posicionamentos empresários ao Governo Dilma
- Figura 18: Avaliação Governo Dilma

Sumário:

Introdução p.11

CAPÍTULO 1. A GÊNESE E AS RAZÕES DA ELEIÇÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA p.13

1.1. A ditadura e suas consequências p.14

1.2. A história e ascensão de Lula p.20

1.3. As eleições democráticas e o avanço do PT p.26

CAPÍTULO 2. AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL p. 40

2.1. Capital Cultural e a realidade brasileira p. 42

2.2. A formação histórica do sistema brasileiro e seus grupos sociais p. 44

2.3. O sistema brasileiro moderno e suas organizações p. 47

CAPÍTULO 3: GOVERNO LULA E O MITO DA GRANDE CLASSE MÉDIA p. 62

3.1. Governo Lula e suas medidas políticas e socioeconômicas p.62

3.2. O mito da grande classe média e a realidade brasileira p. 71

CAPÍTULO 4. PÓS GOVERNO LULA p. 75

Conclusão p.80

Introdução

Nosso principal objetivo nesta monografia é chegar a uma conclusão sobre a possível formação e consolidação de uma nova classe social no Brasil durante o Governo Lula, entre 2002 e 2010. Essa classe estaria localizada entre as classes mais baixas e a classe média, sendo uma espécie de "nova classe C", como é tratada em muitas das discussões. Para nos aproximarmos de respostas acerca de nossa pergunta de pesquisa, a metodologia utilizada neste trabalho será dividida claramente em quatro partes.

Na primeira parte, nosso caminho passará por entender a dinâmica político-social brasileira após a ditadura, buscando exemplificar as consequências diretas e indiretas do regime para o Brasil. Com isso, buscaremos fazer uma análise, a partir de 1985, sobre como Lula e o PT ascenderam no cenário político brasileiro, também entendendo como se deu a redemocratização no país.

Na segunda parte, iremos mais a fundo em relação às classes sociais, aproximando essas definições da realidade vivida no Brasil. Para isso, utilizaremos também as bases sobre grupos sociais brasileiros e a formação histórica do país. Nosso objetivo aqui é entender mais sobre as classes sociais brasileiras modernas e suas relações, para podermos, posteriormente, buscar respostas sobre como/se o Governo Lula modificou essas classes e suas relações.

Na terceira parte, já tendo definido bem as classes sociais brasileiras e suas complexas relações de convivência, observaremos como esses grupos e suas relações se transformaram durante o período do Governo Lula, tanto no sentido social quanto no econômico, chegando ao objetivo principal do trabalho: entender se houve o surgimento de uma nova classe social no espaço brasileiro durante esse período. Outro objetivo dessa parte é fazer uma análise mais a fundo sobre o Governo Lula e suas particularidades.

Na última parte, o objetivo é fazer uma análise mais resumida sobre o pós-governo Lula, buscando entender as consequências de seu mandato, tanto positivas quanto negativas, assim como analisar o cenário político-social do Brasil após um governo tão único, com um enfoque no Governo Dilma. Entre outros objetivos dessa parte, está entender onde houve continuidades e rompimentos das políticas do Governo Lula e entender mais sobre as decisões políticas do Governo Dilma.

Utilizaremos diferentes autores para cobrir todas essas bases, porém alguns serão mais utilizados que outros. As principais referências, por exemplo, devem vir de Márcio Pochmann, e

sua obra “O mito da Grande classe média”; Jessé Souza, e seu trabalho “A Elite do atraso”; Pierre Bourdieu, com todo seu trabalho sobre classes sociais e suas definições; e diversos outros autores mais contemporâneos quando falamos de análises mais políticas e econômicas, mais referentes ao Governo Lula em si. Cada uma de nossas bases deve responder a uma parte importante da nossa questão, não de forma isolada, mas com cada uma complementando a outra e desenhando um caminho para nossa conclusão.

Na primeira parte do trabalho, utilizaremos gráficos e artigos variados para nos situarmos em um período de tempo bem amplo, observando tanto o período da ditadura quanto as eleições presidenciais de 1985 em diante, buscando uma compreensão mais objetiva desse período histórico, sempre utilizando gráficos e dados que nos auxiliem a realizar uma análise mais completa da situação.

Na segunda parte do trabalho, “A Elite do atraso”, de Jessé Souza, será a fonte mais utilizada, principalmente por seu desenho de formação do Brasil como país e identidade de seu povo, assim como por sua crítica a outros autores muito utilizados e considerados referência nessa área de formação de país. O livro nos proporcionará um ponto de partida para o entendimento de classe social no Brasil desde sua origem, começando pela escravidão e o sistema colonial brasileiro, e posteriormente passando por diversos momentos chave da história do país em termos de formação de identidade, proporcionando uma visão muito diferente da maioria dos escritores dessa área, como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda. O trabalho de Pierre Bourdieu nos auxiliará em parte integral do trabalho, pois utilizaremos seus conceitos e definições de classes sociais, que acabam funcionando em um sentido mais geral, porém também para uma adaptação à realidade histórica brasileira.

Em relação ao governo Lula em si, e ao nos aproximarmos mais de nossa pergunta de pesquisa, utilizaremos muito da obra “O mito da grande classe média”, de Márcio Pochmann, obra que trata de um tema muito similar ao nosso objetivo principal, também sempre utilizando dados muito objetivos, incluindo gráficos e tabelas variadas.

Nos estudos sobre o governo Lula e pós-Governo Lula, nossas fontes acabarão indo para caminhos bem diversos, com recursos mais ligados ao audiovisual, como relatos de entrevistas e gravações; utilização de mais gráficos e pesquisas; análises mais ligadas à economia; e utilização de autores que estiveram diretamente envolvidos com o governo Lula ou que tentam, de fato, responder nossa pergunta de pesquisa.

1. A GÊNESE E AS RAZÕES DA ELEIÇÃO DE LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA

Nosso objetivo neste primeiro capítulo do trabalho é contextualizar o momento histórico que o sistema brasileiro e sua população viviam logo após a ditadura militar, buscando uma visão de como se deram os principais acontecimentos históricos pós-regime e de como era a configuração da sociedade brasileira da época.

Para isso, também teremos que discutir alguns dos eventos dentro da própria ditadura e comentar sobre as suas repercussões futuras, assim como entender seu processo de formação, dando ênfase na participação das elites e das empresas nesse processo. Apenas depois de entendermos esse momento histórico de forma mais completa, poderemos prosseguir para começar a falar da sequência de eventos que levou ao Governo Lula. Com a ditadura militar chegando ao fim, em 1985, tivemos uma eleição indireta para a presidência da república, entre Tancredo Neves e Paulo Maluf, onde Tancredo se sagrou vencedor. Porém, antes de conseguir assumir a presidência, o candidato do PMDB acabou falecendo, deixando como presidente seu vice, José Sarney, um político previamente ligado ao partido do governo militar, o ARENA.

Muitas coisas são importantes de se destacar nesse momento histórico, com o primeiro ponto sendo a própria eleição indireta para a presidência, que ocorreu apesar de toda a pressão popular com o movimento das “Diretas Já” e o próprio fim da Ditadura Militar. Esse acontecimento mostra que, apesar da desistência da manutenção de um sistema ditatorial militar, os antigos governantes e parte das elites não abririam mão de decidir o rumo que o Brasil levaria, escolhendo quem poderia participar das eleições e como esse processo aconteceria. Dessa maneira, arquitetando possibilidades em que eles não seriam responsabilizados pelos crimes que foram cometidos durante o período da Ditadura.

O segundo ponto está relacionado com as candidaturas, afinal, os dois partidos da disputa contavam com figuras diretamente ligadas à ditadura em algum momento, com Maluf, candidato presidencial do PDS, o partido sucessor do ARENA. Pelo outro lado, José Sarney, candidato a vice pelo PMDB, partido que deveria agir como oposição à ditadura, porém, como foi dito, com o próprio vice já tendo profundas ligações com o ARENA, tendo saído daquela coligação não por motivos de convicção política, mas sim por um suposto desacordo na escolha do candidato presidencial.

Esse tema é extremamente complicado de ser discutido, afinal, não existem provas que indiquem que houve alguma exigência da ditadura para a participação de Sarney em um partido que representava a oposição, porém, existe algo de estranho em um partido de oposição à ditadura e com um candidato que lutou pelas eleições diretas, Tancredo Neves, ter como vice alguém

saindo do partido que representava ideias completamente opostas. O importante dessa questão, todavia, é que os acontecimentos se desenrolaram de uma ótima maneira para a ditadura e para as elites que tiveram participação em sua consolidação, afinal, com a morte de Tancredo Neves, os agentes da ditadura tiveram em José Sarney alguém que conduziria esse processo de democratização de maneira bem branda, sem ameaçar seus interesses ou responsabilizá-los por seus atos de terror. Esses dois fatores, as eleições indiretas e o novo presidente com ligações com os antigos governos militares, funcionam perfeitamente como exemplos de como o sistema e as elites brasileiras agem e agiram ao longo da história brasileira, algo que aprofundaremos mais adiante no trabalho.

Demonstrando que os caminhos do país são, em geral, conduzidos à sua maneira, ou seja, mesmo com o fim da ditadura militar, graças a uma enorme pressão popular, quem decidiria o futuro do país não seria o povo, mas sim essa mesma elite, e um governante que não fosse responsabilizar os militares da ditadura. Essa é, infelizmente, uma das tônicas da história brasileira, e durante a própria Ditadura não foi diferente.

1.1: A ditadura e suas consequências

É fundamental entender que parte dessa elite que falamos nesses parágrafos anteriores é diretamente ligada com a ditadura militar brasileira e tem profunda ligação com os idealizadores do golpe, que estavam presentes, em sua maioria, nos EUA. O chamado “plano condor”, anteriormente tratado como boato ou teoria da conspiração, se tornou muito real a partir da abertura dos arquivos da ditadura em diversos países da América do Sul, e apesar do Brasil, infelizmente, não fazer parte dessa lista, é possível entender muito de como foi a organização para esses golpes a partir de documentos dos outros países. O foco aqui não será propriamente explicar em maiores detalhes a condução do plano Condor e de suas fases, mas sim explicitar sobre a participação das elites brasileiras nesses processos, assim como posteriormente mostrar que graças a essa “ajuda”, essas elites receberam diversos benefícios durante o período ditatorial, e como resultado disso, a diferença entre as classes mais altas e as classes mais baixas aumentou ainda mais na sociedade brasileira.

Para começarmos a destrinchar esse processo, uma matéria do EL PAIS, escrita por Beatriz Borges, intitulada de “Mais de 80 empresas colaboraram com a ditadura militar no Brasil”, explica bem a origem do início da participação das grandes empresas brasileiras na ditadura, em (BORGES,2014):

“Mais de 80 empresas estão envolvidas em espionagem e delação de quase 300 funcionários, segundo levantamento feito pela Comissão Nacional da Verdade, o intuito era sufocar qualquer movimento sindicalista que estivesse sendo gestado entre os

trabalhadores de grandes montadoras, como Volkswagen, Chrysler, Ford, General Motors, Toyota, Scania, Rolls-Royce, Mercedes Benz, e também de outros setores, como a Brastemp, a estatal Telesp, a Kodak, a Caterpillar, a Johnson & Johnson, a Petrobras, a Embraer e a Monark – todas elas concentradas no ABCD paulista e no Vale do Paraíba.”

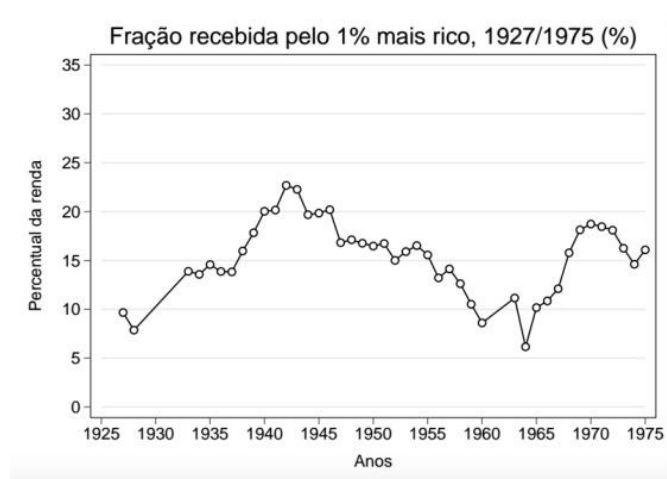
Esse trecho mostra como diversas grandes empresas cooperaram diretamente com o governo militar e com os idealizadores da ditadura, espionando e entregando funcionários que poderiam estar insatisfeitos com as novas situações e que a partir disso poderiam formar grupos para exigir mudanças. A partir disso, também é muito importante perceber que essas reivindicações não vêm, em sua grande parte, com um pedido de comunismo, revolução ou de tomada do governo, mas sim de busca por direitos que foram retirados e de luta por condições de trabalho que foram deterioradas a partir do início da ditadura.

Com isso, pela primeira vez no nosso trabalho, vemos Luiz Inácio Lula da Silva entrar como personagem histórico. Onde o futuro presidente aparece registrado nesses relatórios, como líder sindical em um relatório da Volkswagen, onde o relatório e a matéria de Beatriz comprovam nosso ponto, dizendo que (BORGES,2014):

“os metalúrgicos estavam insatisfeitos com as medidas do governo em geral, e cita como exemplo o Banco Nacional de Habitação (BNH) e um decreto impopular assinado pelo general João Figueiredo que retirou os auxílios de alimentação e transporte dos funcionários, bem como férias, 13º salário, participação nos lucros e promoções”.

Mostrando que a espionagem dessas empresas, novamente, não buscava conspirações comunistas ou supostas ameaças ao país, mas simplesmente prejudicar trabalhadores de classes mais baixas que estivessem insatisfeitos com a situação, e que poderiam se tornar um problema ao se rebelar contra a ditadura. Essas empresas também não faziam esse tipo de trabalho de bom grado, tendo como garantia muitos favorecimentos financeiros, que tornaram a ditadura militar um dos períodos onde mais dinheiro foi enviado ao Brasil, porém, sem distribuição quase alguma desse capital. É possível ver a partir dos gráficos da figura 1 e 2, como a renda per capita brasileira aumentou, porém o salário-mínimo ficou estagnado ou diminuiu, demonstrando que esse aumento na renda geral, se deu por um aumento da renda dos mais bem endinheirados. Um exemplo bom para a maior compreensão desses gráficos, é que segundo Márcio Pochmann, em (p.60, 2014):

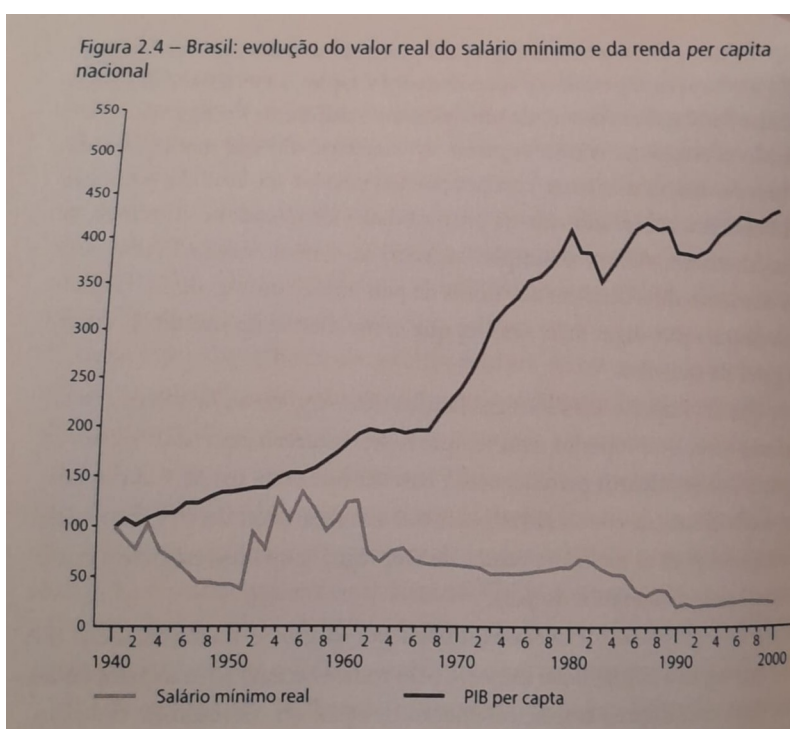
“Entre 1965 e 1977, por exemplo, a remuneração dos cargos de direção de empresas subiu 145%, enquanto o salário médio do operário aumentou apenas 17%. Nesse mesmo período, a produtividade do trabalho aumentou 103%”. Ou seja, todo o capital que entrava nessas empresas ia para as parcelas mais altas das companhias, e mesmo com o trabalhador produzindo muito mais proporcionalmente e com muito menos benefícios, seu salário não era compensado.”



Fonte: SOUZA, 2014

Figura 1: Fração recebida pelos mais ricos

Esse primeiro gráfico, da figura 1, mostra a fração recebida pelo 1% da população mais rica do Brasil durante um período de quase 50 anos. Fica evidente que o percentual de renda desse 1% vinha diminuindo nos anos anteriores à implementação da ditadura, demonstrando talvez um pequeno avanço na historicamente problemática distribuição de renda brasileira. Porém, o gráfico demonstra que logo após a entrada do governo militar, esse percentual voltou a subir muito rapidamente, permitindo que, novamente, seja possível entender que em alguma instância, houve um aporte financeiro para que as elites cooperassem e ajudassem com a implementação e manutenção da ditadura brasileira.



Fonte: POCHMANN, 2014

Figura 2: Valor real salário-mínimo e renda brasileira

Esse outro gráfico, da figura 2, reforça o quão profunda foi essa incisão de dinheiro nas camadas mais altas da população, mostrando novamente que, apesar do crescimento da renda per capita brasileira, o salário-mínimo real caiu ou permaneceu estagnado, comprovando que esse aumento de renda se deu apenas nas parcelas mais altas da sociedade. Esse gráfico também mostra quão perigoso e fácil é manipular certas informações. Afinal, se considerarmos apenas o avanço absoluto da renda per capita, é possível interpretar que o Brasil avançou em um sentido social durante a ditadura. Todavia, quando realmente analisamos o contexto verdadeiro de forma mais detalhada, entendemos que a questão é muito mais complexa e que, na verdade, acaba pendendo para um lado completamente diferente.

Ao analisarmos períodos incompletos, encontramos outros desses factoides. Um exemplo é: Ao comparar a inflação anual de 1964 com a de 1973, vemos uma queda brusca, com 1964 tendo uma taxa anual de inflação de 92% e 1973 de 15,6%. Ou seja, logo nos primeiros anos, o governo militar, ao permitir a entrada de capital externo, baixou muito a inflação. Porém, se analisarmos as consequências desses atos, no final da ditadura, vemos que a taxa de inflação, em 1985, estava em 231%. Isso mostra que o projeto da ditadura, na realidade, não funcionou em relação à inflação, pois, apesar de uma baixa inicial, a ditadura entregou a inflação com uma taxa de aumento de quase 100% se comparado com o ano de 1964. Porém, isso só é perceptível a partir de uma visão completa da situação e com um entendimento geral do contexto e de como se deu essa baixa inicial.

Podemos fazer esse exercício com o desemprego, ou com o PIB ou qualquer outra estatística. Porém, o ponto aqui é entender, a partir de gráficos e números completos sobre o período, que a ditadura militar piorou ou deixou estagnada a situação de vida de grande parte dos brasileiros, especialmente das classes mais baixas, enquanto aumentou o padrão de vida dos mais ricos e permitiu a exploração estrangeira do país, aumentando consequentemente a desigualdade. Outro ponto muito importante a ser salientado é sobre toda a violência extrema e gigante opressão ocorrida durante esse período, sendo difícil achar números exatos sobre desaparecidos, torturados e mortos, especialmente devido à não abertura total dos arquivos da ditadura, mas sempre deixando claro que medida econômica ou política nenhuma justifica o tipo de censura e violência que ocorreu, e que mesmo se a ditadura militar brasileira tivesse sucesso em todas as outras áreas, o que não aconteceu, muito pelo contrário na verdade, ainda assim nada em relação à parte da violência seria aceitável ou muito menos justificável.

É importante ressaltar também que a não abertura total dos arquivos da ditadura no Brasil é outra prova do poder e da influência dessa elite brasileira, assim como um fator que indica que houve muito mais violência do que sabemos durante aquele período. Se observamos outros países sul-americanos que tiveram seus arquivos abertos, por exemplo, e que tiveram processos similares de ditadura militar, vemos que os números de mortos e desaparecidos são extremamente elevados, o que também é outro elemento que indica que os números do Brasil devem ter algum nível de equivalência com os de seus países vizinhos. O número de mortos e desaparecidos, em razão da ditadura militar, que temos atualmente, segundo a Comissão Nacional da Verdade, é de 434, um número extremamente irreal, e que não representa minimamente o que foi a ditadura militar brasileira em termos de violência. Um exemplo disso é que essa mesma comissão indica que o número de desaparecidos e mortos dentro dos povos indígenas chega a mais de 8 mil durante o período da ditadura, porém, não entende que tem todos os documentos e provas suficientes para colocar essas mortes como ação direta do governo, tratando-as como ‘falta de responsabilidade’ da ditadura.

Observando nossos vizinhos de maneira mais detalhada, o relatório chileno diz que, segundo matéria do G1 em (2011), 'o total de vítimas oficiais entre executados, desaparecidos e torturados durante os 17 anos que durou a ditadura de Pinochet (1973-1990) subiu para 40.280'. Enquanto na Argentina, segundo matéria da Folha (Barbon, 2023) :O número oficial, que até hoje é compilado pelo Registro Unificado de Vítimas do Terrorismo de Estado, é de 8.631 mortos e desaparecidos no período de 1976 a 1983, mas o próprio relatório reconhece que a cifra é subestimada.

O importante aqui, sem os dados exatos e sem especular demais, é ressaltar que a Ditadura Militar Brasileira teve muito mais vítimas do que foi relatado até o momento, e que enquanto os arquivos ditatoriais não forem abertos por completo, nunca teremos a dimensão do que realmente foi essa ditadura e muitas famílias e amigos não encontrarão sua paz por completo.

O final da ditadura em si, também falha em servir como marco para a democracia ou como uma virada na história para as classes populares, infelizmente seguindo um rumo muito semelhante a outros da história brasileira, com as elites decidindo como esse processo seria conduzido e o que seria feito ou não. Porém, existe no meio desse processo histórico, alguns eventos muito importantes, que serviram como um momento de plantar sementes para marcos futuros.

O movimento das "Diretas Já", apesar de não ter cumprido seu objetivo inicial, que era buscar eleições diretas já em 1985, foi uma grande demonstração de força popular, com uma ampla união de parte da população e de importantes figuras políticas. Essa campanha também coincidiu com uma retomada dos sindicatos e um aumento na atuação dos movimentos sociais, grupos que tinham perdido muita força durante a ditadura. Apesar de o processo de redemocratização ainda ter sido montado de forma muito conveniente para os militares e as elites, essa retomada da luta por esses diversos grupos sociais de classes mais baixas, aliada à atuação de grandes figuras políticas, não demorou a dar frutos, como veremos a seguir.

Voltando ao período pós-ditadura, temos Sarney como presidente de um Brasil muito instável e em crise, com um grande problema em relação à moeda nacional e dúvidas sobre como seria a reconstrução da democracia brasileira. Em 1984, logo antes do fim da ditadura, houve uma grande campanha para eleições diretas, contando com o apoio de grandes figuras políticas como Lula, FHC e Ulysses Guimarães.

O governo Sarney já estava desde o início sem muito apoio popular e isolado de outras figuras políticas que queriam eleições diretas. Suas medidas econômicas também não o ajudaram, com a tentativa de troca da moeda nacional falhando repetidas vezes. Posteriormente, foi revelado que Sarney também foi contra muitas das medidas da Constituição de 1988, a qual finalmente contemplou algumas das reivindicações dos grupos sociais que haviam se fortalecido durante o fim da ditadura, incluindo demandas do movimento negro e do movimento feminista. Muitas

figuras políticas brasileiras que apoiaram as eleições diretas também atuaram no processo de formação da constituição. A constituição, embora não seja perfeita, representou um grande avanço em relação às anteriores e mostrou que uma camada da sociedade brasileira desejava mudanças em um sistema que as oprimia há tanto tempo. Esse desejo não surgiu pela primeira vez, pois as revoltas e resistências por parte dos grupos oprimidos também fazem parte da história do Brasil, mas essa foi uma das primeiras vezes em que vimos o sistema sendo obrigado a tolerar que esse tipo de reivindicação ganhasse um pouco de espaço em algo tão significativo quanto a constituição. Foi um sinal de que mais mudanças poderiam ser feitas para esses grupos resistentes, mas também um alerta para as elites e para aqueles que tentavam perpetuar o sistema tradicional brasileiro, um alerta de que era necessária ação para não perderem mais terreno.

Finalizando o primeiro governo civil pós-ditadura brasileira, podemos resumir o governo Sarney como um período muito conturbado da história brasileira, com aprofundamento da crise econômica, mas com a restituição de direitos fundamentais para o fortalecimento da democracia e uma esperança renovada pela nova constituição, apesar de essas medidas positivas para a democracia terem sido feitas, em parte, contra a vontade do presidente.

Após o fim do governo Sarney, o Brasil finalmente voltaria a ter eleições livres em 1989, e sem o presidente da época ter popularidade ou influência suficiente para indicar um sucessor de peso, as eleições estavam muito abertas em relação ao favoritismo. Para começarmos a falar sobre os candidatos dessa eleição e seu desenrolar, este será o primeiro momento em que nos aprofundaremos na história do então candidato, Luiz Inácio Lula da Silva. Para alcançarmos nossos objetivos principais do trabalho, detalharemos as origens e a ascensão de Lula com maior precisão, analisando diversos eventos importantes para sua vida pessoal e política, já buscando fatores que indiquem razões para ele, posteriormente, se tornar uma figura tão importante e única na história brasileira. Em seguida, voltaremos para a história das eleições de 1989, mas antes disso, focaremos em analisar as origens e o crescimento de Lula como figura histórica e política, história essa que também se mistura com parte do que já contamos sobre a ditadura e o período posterior a ela.

1.2: A História e ascensão de Lula

Luiz Inácio da Silva nasceu em 1945, no interior de Pernambuco, sendo o sétimo filho entre oito, de dois pais analfabetos. Sua família convivia com problemas sérios relacionados a miséria, e por isso seu pai, Aristides, decidiu ir para Santos buscar uma condição melhor, logo antes de Lula nascer. Com isso, Luiz Inácio foi criado em uma situação bem complicada, vivendo do dinheiro que seu pai enviava de Santos para sua mãe, Dona Lindu. Como relata a revista *Paraná*, em (Denise, 2010):

“A casa em que Lula nasceu era uma meia-água construída com estuque, sendo que seu chão era de terra. Possuía um quarto e uma sala. Não havia banheiro, de modo que os

banhos ocorriam em açudes que se localizavam de seis a oito quilômetros de distância. Os filhos dormiam juntos em redes. Havia dificuldade em acessar água potável; a água que a família bebia era transportada de açudes ou de barreiros, precisando ser coada diante da quantidade de sujeira.”

Em 1952, Dona Lindu finalmente conseguiu vir para o litoral de São Paulo com os filhos, fazendo a viagem por meio de um Pau de Arara, porém, a situação seguiu bem turbulenta, pois Aristides, o pai de Lula, tinha uma segunda família, tornando a convivência um tanto complicada. Com isso, Dona Lindu se mudou para a cidade de São Paulo, enquanto Lula e seu irmão mais próximo, José Ferreira de Melo, popularmente conhecido como Frei Chico, alternavam períodos morando com o pai e com a mãe até uma mudança definitiva em 1956.

Enquanto criança, apesar de seu pai ser contra, Lula foi à escola e foi alfabetizado, porém logo começou a trabalhar, aos 8 anos. Lula passou por diversos trabalhos informais enquanto criança e adolescente, buscando complementar a renda da família. Tendo seu primeiro trabalho de carteira assinada em 1960, como office boy.

A partir desse momento, começaremos a comentar sobre a trajetória do futuro presidente nas indústrias metalúrgicas e seu começo no sindicalismo, porém, já é importante ressaltar que sua história de infância e todas as dificuldades com qual ele lidou, não são usuais para um político brasileiro e muito menos para um presidente da república. A partir desse início de trajetória pessoal, já vemos alguns fatores que vão influenciar suas decisões de governos e seu foco em determinados aspectos da política, especialmente quando falamos de aspectos como miséria e falta de condições.

Voltando a história de Lula, em 1961, ele é aprovado em um curso de tornearia mecânica, e passa a trabalhar meio período em uma metalúrgica, a “Parafusos Marte” e estudar meio período no SENAI. Lula já comentou sobre esse período, dizendo em (Morais, 2021) que:

“O SENAI foi a melhor coisa que aconteceu na minha vida. Por quê? Porque aí, eu fui o primeiro filho da minha mãe a ter uma profissão, eu fui o primeiro filho da minha mãe a ganhar mais que o salário mínimo, eu fui o primeiro a ter uma casa, eu fui o primeiro a ter um carro, eu fui o primeiro a ter uma televisão, eu fui o primeiro a ter uma geladeira. Tudo por conta dessa profissão, de torneiro mecânico, por causa do SENAI.”

Na “Parafusos Marte”, Lula entrou em movimentos grevistas pela primeira vez, porém, apesar de participar das greves, destacou que não tinha grande interesse em política, mesmo sendo considerado extremamente carismático e um grande líder por seus companheiros. Exemplo dessa falta de interesse por assuntos mais políticos, é o comentário que o próprio Lula faz, novamente em (Morais, 2021): “o orgulho dos militares terem chegado ao poder era muito grande. As pessoas confiavam no exército brasileiro [...] [e] eu achava que o golpe era uma coisa boa.”

Ou seja, mesmo tendo uma vida tão complicada e ter sofrido na mãos dos patrões e das elites, Lula, assim como o trabalhador médio da época, não tinha uma noção clara da realidade das suas opressões com a entrada dos militares, e não entendia que o golpe tinha relação com as elites se fortalecendo e com o aumento das desigualdades.

Com tudo isso dito, não era surpresa que Lula não tivesse muito interesse na atividade sindical, exatamente por essa pouca vontade de exercer ou até mesmo entender sobre política. No entanto, foi convencido por seu irmão, Frei Chico, também membro do sindicato dos metalúrgicos, a integrar uma chapa como membro suplente. E como havíamos dito, por mais que Luiz Inácio não se interessasse diretamente por política, ele sempre foi uma figura respeitada entre os trabalhadores, sendo bastante carismático e expressando suas opiniões sobre diversas situações. Com isso, conseguiu se eleger, e segundo Lula, foi durante seu mandato que ele começou a ter mais consciência de classe.

A partir desse momento, começou a crescer muito dentro do sindicalismo, conseguindo cargos cada vez mais importantes e abandonando o ofício de metalúrgico do dia a dia, dedicando-se cada vez mais a atividades políticas e buscando maneiras de melhorar a situação para sua classe. A ideia que surgiu disso foi o chamado "novo sindicalismo brasileiro", que exigia mais direitos e benefícios para os trabalhadores, buscando uma valorização geral da classe. Foi com essas ideias, em 1975, que Lula se tornou presidente do sindicato, sendo tão apoiado naquele momento que não houve nem chapa opositora. Ao longo desses anos, Lula também recebeu diversos convites para integrar outros partidos e movimentos, porém, sempre recusou e concentrou seu foco no trabalho do sindicato.

Na maior parte desse período, Lula dialogava com figuras importantes do regime militar, sempre apresentando suas reivindicações e cobrando melhorias para a condição e salário dos trabalhadores. No entanto, com o aprofundamento da crise no final da década de 70 e a grande queda nos salários e o aumento do desemprego, Lula adotou uma postura mais combativa, organizando grandes greves entre os trabalhadores, algumas das maiores da história do país até aquele momento. Com isso, o governo concedeu o aumento de salário, mas não sem antes tomar medidas contra levantes maiores, detendo Lula por 31 dias e suspendendo seu mandato. Apesar dessa prisão, a greve no ABC apenas tornou Lula mais famoso e lhe deu mais notoriedade, inclusive em um cenário internacional, onde Lula e seu sindicato se tornaram marcos do pedido de melhora para um país que vivia uma situação de crise e opressão.

Ao entrar mais em contato com eventos maiores e ao entender algumas das limitações do sindicato, Luiz Inácio teve a ideia de montar um partido político, que teria mais força e mais influência para mudar as coisas no país. Outro fator determinante para essa decisão foi a falta de

políticos que se importassem diretamente com a causa dos trabalhadores, como explicou Lula em: (French,2022):

“O PT é uma coisa muito prática [...] Estamos precisando de um instrumento, uma ferramenta, para abrir espaço pra participação política do trabalhador. E o PT é isso!” Já que os trabalhadores sabiam das suas próprias necessidades e aspirações melhor que ninguém, eles tinham ‘direito e o dever de atuar politicamente’, para não deixar a política “nas mãos dos poderosos [...] Temos que nos organizar”

No início de 1982, o PT foi reconhecido oficialmente como partido pelo Tribunal Superior de Justiça Eleitoral. Porém, apesar do partido já nascer com certa expressão, com seu principal expoente e um dos líderes do PT, Lula, também já ter alguma popularidade, o início da vida política do partido e de Luiz Inácio não foi como o esperado.

No final do mesmo ano, 1982, ocorreram as eleições para o governo do estado de SP, que serviriam como o primeiro grande teste para Lula e para o PT, o resultado, porém, foi um amargo quarto lugar, muito aquém das expectativas internas. Luiz Inácio ficaria profundamente desapontado com o resultado, chegando até mesmo a pensar em desistir da vida política, porém, teria mudado de ideia ao ter uma conversa com Fidel Castro, onde foi dito, segundo Fernando Morais em (2021,p.417):

“Durante um seminário em Cuba, Fidel disse a Lula: ‘Em todos os tempos, em qualquer país, em qualquer regime, você já ouviu falar de algum trabalhador, como você, que teve 1,2 milhão de votos, como você teve? Você não tem o direito de fazer isso com os pobres, com os trabalhadores brasileiros! Volte para a política!’”

E realmente, quando observamos as circunstâncias da época e os outros candidatos da eleição, os 10% de votos alcançados por Lula eram expressivos, e apesar de ser frustrante para o candidato e para o partido, a opinião de Fidel Castro faz muito sentido.

O partido era extremamente recente, tendo sido homologado oficialmente apenas naquele mesmo ano, e não era uma unanimidade nem entre as esquerdas, devido ao posicionamento contrário do partido em relação às ideias stalinistas e ao comunismo chinês, isso sem nem se aprofundar na discrepância financeira entre o PT e o partido dos outros candidatos. Seu candidato, Lula, não tinha experiência prévia na política formal e era uma figura muito controversa, sendo admirado por muitos, porém também questionado por grande parte da população. Sua imagem ainda era diretamente ligada ao sindicato, e seus adversários acabaram se utilizando disso para passar uma determinada imagem relacionada a Lula, o colocando como inexperiente e não dando o devido mérito para suas lutas. Além disso, estamos falando de candidatos com muito mais

dinheiro disponível para propaganda e veiculação de mídia. A campanha de Luiz Inácio, sem muito dinheiro disponível e sem uma grande mídia por trás, acabou focando no contato direto com o trabalhador, com o slogan “vote 3, porque o resto é burguês”.

Apesar de grande parte da população do estado de São Paulo ser trabalhadora, sabemos o quão importante a propaganda e o tempo de TV são para uma eleição, assim como a vida política pregressa do candidato. O próprio projeto do PT, apesar de animador, ainda era muito novo, e muitos que até gostavam da ideia podem não ter tido coragem de dar seu voto de primeira. Apesar de tudo isso, Lula conseguiu mais de 1 milhão de votos, uma votação muito expressiva para a época, especialmente quando observamos todas as circunstâncias em torno daquela eleição.

Após a conversa com Fidel, Lula decidiu permanecer na política, e dois anos depois, como já foi dito, acabou sendo uma das principais figuras do movimento “diretas já”, consolidando ainda mais sua posição como figura política de grande expressão. Em 1986, foi a vez de retornar a uma disputa eleitoral, dessa vez pelo cargo de deputado federal. O petista conseguiu se eleger, sendo a maior votação para o cargo até aquele momento, demonstrando que havia, de fato, uma grande base de pessoas que acreditavam em suas ideias, e mais que isso, uma consolidação do PT como partido político relevante no cenário brasileiro. A partir de sua participação como deputado, conseguimos analisar coisas muito relevantes, tanto a partir de suas ideias de projetos e votos no congresso, que se assemelham muito com algumas ideias executadas futuramente na presidência, quanto em questão de convivência com seus colegas na câmara, algo que também se mostrará fundamental para entender a governabilidade de Lula posteriormente.

O primeiro ponto, em relação a essa convivência, é lembrar que Lula cresceu em uma situação complicada, em uma classe mais baixa, e mesmo após ascender no sindicato, sua maior convivência ainda era com trabalhadores de sua classe e de origem semelhante. Não foi a primeira vez que o petista teve que lidar com pessoas da elite ou com políticos “tradicionais”; afinal, Lula participou de diversas negociações durante a ditadura e durante as “diretas já”; porém, nesse cenário específico, ele era obrigado a conviver e interagir diariamente com essas pessoas mais elitizadas, algo que lhe causou muito desconforto no início. Novamente, diversos relatos mostram que Lula estava insatisfeito com sua situação no congresso, chegando até a pensar em desistir em alguns momentos.

Apesar de já estar acostumado com um determinado tipo de política, dentro dos sindicatos, em relação a discursos e negociações, Lula percebeu que as coisas funcionavam de outra maneira dentro do congresso, e que era os outros deputados não o permitiam ter uma grande infiltração dentro daquele espaço. Todavia, mesmo com essas situações, Lula ajudou na formação da constituição de 1988, e votou em diversos projetos importantes, sempre buscando uma grande “disciplina partidária”, ou seja, buscando ser um representante dos interesses comuns do PT na câmara, buscando uma união de ideias com outros membros do partido.

Existem diferentes versões e opiniões sobre a participação de Lula no Congresso, com Richard Bourne, em (2008, p. 95) colocando como: “não exerceu um papel proeminente no Congresso ou na Assembleia Constituinte.” Porém, com outra publicação (1988) colocando Luiz Inácio, como:

"[...] incansável na defesa dos direitos sociais dos trabalhadores. Demonstrou habilidade e revelou-se um competente negociador. Votou a favor da nacionalização das reservas minerais, da reforma agrária e da proteção da empresa nacional. Disse não aos cinco anos [de mandato] para José Sarney”

Todavia, mais do que disputar versões, o mais importante aqui é entender como essa passagem mostrou alguns elementos das ideias de Lula, e mais do que isso, o mostrou muito sobre como é o congresso brasileiro, algo fundamental para sua presidência posteriormente.

Entre seus feitos, o site da câmara destaca:

“Lula apresentou seis projetos de lei como deputado federal, dedicados à correção de salários de trabalhadores ativos e benefícios da previdência aos aposentados.

Como líder do PT na Câmara, Lula teve atuação destacada como voz de oposição contra os governo dos presidentes José Sarney e Fernando Collor. Lula apresentou seis requerimentos de pedido de informação questionando atos dos dois governos.”

Também comentando algumas de suas falas mais memoráveis e significativas no congresso, como essa, feita logo antes de um Carnaval:

“Portanto, possivelmente, vamos entrar depois de quatro dias de folia na matéria mais importante desta Constituinte, do meu ponto de vista: os direitos sociais. Espero que haja maturidade, compreensão e que nesses quatro dias de Carnaval cada um de nós, após participar do bloco que bem entender, seja o Centrão, a esquerda, a Mangueira ou a Beija-Flor, volte para esta Casa com a disposição de recuperar o tempo perdido, para elaborarmos uma Constituição que reflita a vontade do povo”

A partir desses pontos, vemos que Lula manteve suas ideias em relação a melhorar a vida dos trabalhadores e da classe baixa de forma geral, e que estava apenas buscando fazer isso agora de maneira mais abrangente, buscando maneiras de viabilizar a conquista de mais direitos e de uma melhora de condições de sua classe, a partir de uma posição política. A partir de agora, com as ideias de Lula e suas origens já bem definidas, podemos voltar às eleições de 1989 e acompanhar a trajetória de Lula e do PT, buscando espaço para que suas ideias de avanço social se tornassem viáveis em um sistema tão viciado e tão excludente.

Um ponto a ser destacado sobre eleições presidenciais e cargos executivos em geral é que a

campanha precisa ser bem abrangente. Ter uma única base, mesmo que muito sólida, acaba gerando uma base contrária também considerável, e se houver um baixo aproveitamento nesse intervalo entre bases, a eleição acaba sendo muito difícil de ser vencida. Ou seja, mesmo o grande apoio que Lula teve na sua eleição para deputado e a base fortíssima que o PT estava montando com as classes mais baixas não eram suficientes para o porte de uma eleição nacional. Seria necessário começar a jogar o jogo político, fazer acordos, concessões e tentar convencer um eleitorado muito mais amplo do que aquele que votou em Lula para o congresso.

Daí vem um dos pontos mais importantes para o entendimento do Lulismo e da estratégia política do PT como um todo, o chamado “pé dentro, pé fora”.

Essa expressão é associada ao modelo ideal do PT pelas seguintes razões: O contato mais direto com a população e especialmente com as classes mais baixas é essencial para a formação e continuidade de sua base de apoio, assim como para a manutenção dos ideais e dos valores que o partido defende. Porém, ao mesmo tempo, para conseguir chegar a um lugar onde consiga fazer essa diferença para a população, é necessário fazer política, também no seu sentido mais tradicional, ou seja, realizar alianças, buscar fundos econômicos, traçar estratégias para conseguir outros tipos de votos, entre outras atividades, porém, sempre buscando uma reforma desse sistema político, que garanta uma maior participação popular e que o PT dependa menos do congresso, e mais do povo.

Outro ponto principal dessa “teoria” é que esse “pé fora”, que se refere ao contato direto com a população, é essencial também por outra razão: o PT nunca irá ser tratado como um outro partido qualquer pela maioria dos partidos brasileiros. O PT surge como uma antítese para a maioria dos partidos, surge como uma resposta para a falta de representatividade da classe mais baixa no congresso, e graças a isso, nunca poderá contar com o apoio total de outros partidos e outros políticos. Com isso, sua base de apoio real, apesar de acordos e alianças com outros partidos, tem que ser o povo.

1.3: As eleições democráticas e o avanço do PT

A partir de 1989, com a eleição para presidente, o PT e Lula começam a entender a complexidade desse jogo político, e os diversos fatores que vão além de apenas apoio popular. Ao longo das diversas eleições que analisaremos, também perceberemos como esse modelo “Lulista” foi se formando e avançando, a partir dos sucessos e fracassos do candidato e do partido.

Como dissemos, a eleição de 1989, a primeira eleição direta depois da ditadura militar, estava muito aberta, diversos candidatos tinham grande reconhecimento nacional e eram figuras já respeitadas em um âmbito político, seja por ligações com o movimento “Diretas Já”, ou por bons governos de estado, ou até mesmo algumas figuras ainda ligadas a ditadura militar. O gráfico de evolução da intenção de votos para a eleição demonstra bem essa situação, na figura 3:

EVOLUÇÃO DA INTENÇÃO DE VOTO PARA PRESIDENTE 1989

Início do Horário Eleitoral:
15/09/89

1º TURNO	23-24/04/89	03-04/06/89	01-02/07/89	22-23/07/89	19-20/08/89	02-03/09/89	23-24/09/89	07-08/10/89	18-19/10/89	25-26/10/89
Fernando Collor (PRN)	14	42	40	38	41	40	33	29	26	26
Brizola (PDT)	13	11	12	12	14	14	15	13	15	15
Lula (PT)	12	7	7	6	5	6	7	10	14	14
Covas (PSDB)	6	5	6	6	5	5	6	7	8	9
Maluf (PDS)	5	4	5	7	7	8	7	8	9	9
Ulysses Guimarães (PMDB)	//	5	5	4	3	2	3	3	3	4
Afif Domingos (PL)	1	1	2	2	3	5	7	8	7	5
Roberto Freire (PCB)	1	1	2	2	2	2	2	1	2	2
Ronaldo Caiado (PSD)	1	1	1	1	1	1	1	1	1	1
Aureliano Chaves (PFL)	4	2	2	1	1	1	1	1	1	1
Afonso Camargo (PTB)	//	//	//	//	0	0	1	1	1	1
Orestes Quercia (PMDB)	18	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Jânio Quadros (sem partido)	4	//	//	//	//	//	//	//	//	//
Em branco/nulo/nenhum	9	7	5	4	4	3	3	3	3	3
Não sabe	12	14	13	17	14	13	14	14	10	10
Base	10.421	10.447	10.212	5.156	5.079	4.981	5.057	4.893	5.261	5.251

Fonte: Datafolha, 1989

Figura 3: Intenção de voto eleição de 1989

Vemos nesse período anterior a eleição, várias mudanças ocorrendo na intenção de voto da população, conforme as campanhas iam se desenrolando. É importante lembrar, que essas pesquisas muitas vezes pautam parte da atuação dos candidatos e condicionam alguns de seus comportamentos.

Um exemplo disso, é a ausência de Fernando Collor, o favorito para a eleição, em todos os debates do primeiro turno. Com o candidato optando por continuar sua campanha de fortalecimento de imagem, se colocando como homem sério que caçaria os corruptos, o chamado “caçador de marajás”, basicamente o que viria a se tornar o “outsider” que utilizamos hoje. Sua própria aparência era um trunfo, sempre tentando passar uma imagem jovial e atraente, muito diferente do “político tradicional”. Essa estratégia parecia mais interessante do que entrar em conflito direto com outros candidatos, e ajudaria o candidato a ganhar tempo para planejar seu segundo turno.

Enquanto isso, como é perceptível pelo gráfico, vemos que a disputa pela segunda vaga da eleição estava acirradíssima, e forçaria os candidatos a terem que criticar uns aos outros, além de apenas buscar votos para si próprios, com isso, todos os candidatos buscando esse segundo lugar foram a maioria dos debates.

Lula tinha uma campanha muito baseada no apoio popular, criticando a classe mais alta e utilizando métodos ainda muito similares aos que utilizava quando era parte do sindicato. Existia uma semelhança com Collor no sentido do “não político”, porém a imagem de Lula era muito mais agressiva, e buscava mostrar uma indignação ainda maior com o sistema e sua formação,

Lula ainda era um sindicalista em essência e se recusava a utilizar determinados elementos para ganhar votos. Uma de suas propagandas dizia: “Atacar a inflação pela raiz, e a raiz da inflação, são os banqueiros, os grandes empresários.” Ou seja, Lula acreditava que o apoio popular das classes mais baixas e a indignação geral do brasileiro com o sistema pudesse lhe dar a vitória. Para além disso, o PT também conseguiu estabelecer boas relações com figuras famosas que tinham uma maior inclinação a esquerda, com a famosa propaganda “Lula lá”, reunindo essas grandes figuras brasileiras que apoiavam Lula em um comercial que se tornou símbolo da campanha.

Conforme a eleição foi se desenvolvendo, Lula cresceu muito nas pesquisas, devido a sua grande habilidade nos debates e com propagandas eleitorais extremamente memoráveis, sempre colocando o apoio popular como base de suas ideias e criticando o sistema e suas elites.

A estratégia funcionou no primeiro turno, e o petista se encaminhava para o segundo turno em uma grande crescente, contrariando as pesquisas e vencendo Brizola, enquanto Collor tinha menos votos que o esperado. A situação no segundo turno era animadora para Lula, com as intenções de voto crescendo a cada pesquisa, como visto na figura 4.

2º TURNO	22/11/1989	30/11/1989	04/12/1989	08/12/1989	12 e 13/12/89	16/12/1989	Boca de urna -	
							Votos válidos 17/12/89	TSE votos válidos
Fernando Collor	48	50	49	47	46	47	51,5	53,03
Lula	39	40	41	44	45	44	48,5	46,97
Em branco/nulo/nenhum	6	5	4	3	3	4	—	—
Não sabe	7	5	6	6	6	6	—	—
Base	5.716	5.250	5.250	5.250	5.250	11.995	11.995	

Fonte: Datafolha, 1989

Figura 4: Intenção de voto segundo turno

Porém, quando a eleição se encaminhava para seu final, ocorreu uma grande controvérsia, e um algo discutido até hoje. O último debate, no dia 15 de dezembro de 1989, contou com a transmissão conjunta de várias emissoras, todavia, também contou com uma versão resumida que foi transmitida posteriormente no Jornal Nacional, o maior jornal televisionado do país. A impressão geral, de quem assistiu as duas versões do debate, é que a Rede Globo favoreceu Collor em sua versão resumida, dando muito mais tempo de tela para o candidato e editando vários dos

principais momentos de Lula. A pesquisa do dia 16 já indica um aumento nos votos para Collor, assim como o resultado final da eleição. Bem interessante também, é uma pesquisa de 2023, do Insper, que indica que (2023):

“A pesquisa encontrou que os municípios que tinham acesso ao sinal da emissora tiveram uma proporção de votos a Collor maior do que aqueles sem acesso, com efeito acentuado nos municípios que tinham acesso somente a rede Globo”

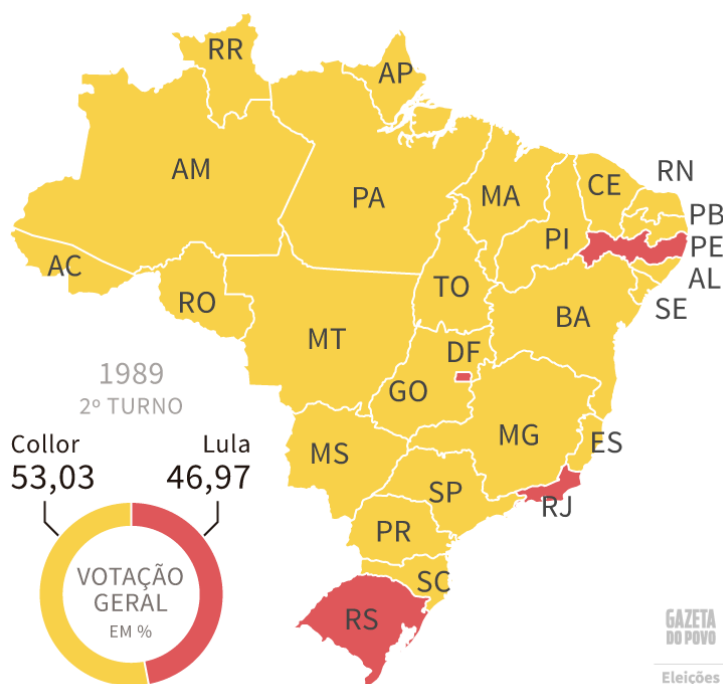
E é esse tipo de detalhe que decide uma eleição tão acirrada, uma conexão a mais, uma última ideia de quem tem mais contatos poderosos. É óbvio que esse não foi o único fator para a eleição de Collor, porém é um exemplo do quão complicado é vencer uma eleição desse porte, ainda mais quando o oponente conta com aliados tão poderosos.

Apesar da derrota de Lula, o historiador Brasílio Sallum Junior comentou que em (p.164, 2018): “pesquisas da época mostravam que 71% da população estava otimista com o governo”. Ou seja, uma parcela da população brasileira, mesmo tendo votado em Lula, tinha esperança no governo de Collor. Isso mostra um sintoma maior, mostra que parte dos brasileiros queria alguém com perfil similar ao de Lula e Collor, o que pode parecer um tanto sem fundamentos se analisarmos quão diferentes são os dois candidatos, porém, existem similaridades e pontos em comum, ao menos aos olhos da população. Apesar das grandes diferenças em áreas econômicas e administrativas, ambos os candidatos pregavam uma mudança no perfil do presidente, alguém que mudaria finalmente a cara daquele Brasil da ditadura e do governo Sarney, que desse novos ares, novas ideias. Ambos os candidatos eram relativamente novos em relação à idade para uma eleição, tinham ideias de mudar o sistema de alguma forma e tinham relativa experiência política, com ambos tendo bons resultados, Lula como sindicalista e deputado, e Collor como prefeito de Maceió e governador de Alagoas.

Grande parte dos brasileiros entendia também que existiam diferenças entre os dois candidatos, tanto é que a votação foi extremamente apertada, e as elites defenderam Collor de toda forma. Porém, é interessante entender que uma parcela da população de classe média baixa e classe baixa, tendo votado em Lula ou não, tinha esperanças no Governo Collor. Talvez pelo simples fato de ser uma escolha democrática, e mesmo que não seu candidato favorito, alguém que pudesse representar algum tipo de mudança. Existem inclusive grandes debates sobre essa eleição ser “exótica”, com supostamente áreas mais pobres apoiando mais o candidato de direita, porém essa discussão parece ter várias maneiras de ser entendida, também devido à falta de pesquisas mais minuciosas da época. O artigo “Revisitando 1989: uma análise da eleição de Collor com novos dados e modelos de regressão espacial” diz em (Faganello, 2022) que: “foi possível perceber que de fato Collor recebeu mais votos conforme mais rural e menos populosa a localidade, no entanto seu desempenho cresceu quanto menor a pobreza”, e que a “disputa de 1989

mostra-se mais complexa e não tão ‘exótica’ em termos comparados, tal como a literatura costuma ressaltar”.

É possível entender a partir dessas citações que a eleição foi extremamente complexa, e que havia uma grande divisão de votos mesmo nas classes mais baixas. Outro fator a ser entendido é a passagem de votos de Brizola para Lula, especialmente no RS. É possível ver no gráfico seguinte que, apesar de a eleição ter sido apertada, Collor levou vantagem na grande maioria dos estados, mostrando que a eleição foi também apertada em cada região. Isso mostra que mesmo entre pessoas de mesma classe e realidade parecida, havia divergências no voto. E mais que isso, novamente, deixa claro que grande parte da população queria mudança, seja votando em um candidato ou outro. Esse gráfico, da figura 5, mostra que essa eleição é muito diferente de outras consideradas mais “polarizadas”, onde estados mais ricos votam mais em um candidato, enquanto estados mais pobres votam em outro. A taxa de otimismo com o Governo Collor demonstra isso bem, mostrando que apesar da divergência em voto, o Brasil não estava no seu momento mais extremo em questão de escolha de candidato.



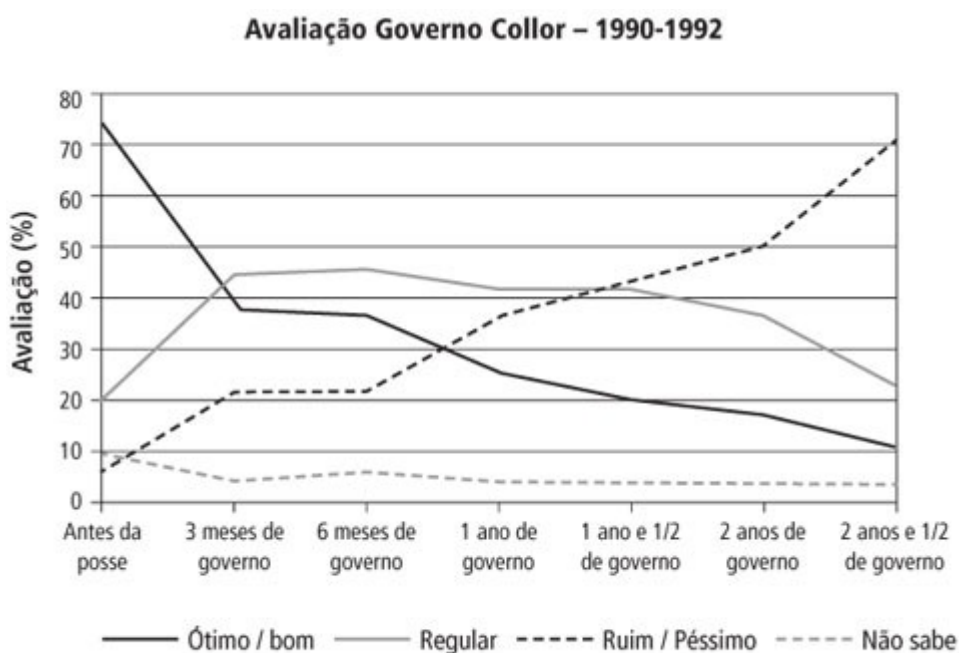
É importante ressaltar, porém, que quando falamos de uma indecisão de parte da população, estamos falando das classes medias e baixas, afinal, as elites estavam muito alertas sobre esse processo e tinham, ao menos no segundo turno, Collor como seu candidato claro, formulando diversas estratégias para fortalecer sua candidatura ao longo desse período, com muitas dessas funcionando e outras nem tanto, porém, como vimos, a última cartada da elite, com a rede Globo editando o debate se provou fundamental para persuadir o povo indeciso.

Para começarmos a falar sobre o Governo Collor, é fundamental reiterar o momento complicado que o Brasil vivia, especialmente na área econômica.

Como foi dito, o Brasil vinha de uma crise econômica gigante no fim da ditadura, e o governo Sarney não só não conseguiu recuperar o país, como aprofundou ainda mais a crise. A ideia da maior parte da população, é que Collor, como bom governador e prefeito, e com ideias novas, conseguiria recolocar o país nos trilhos. Por isso também volto no ponto, a ideia geral entre Lula e Collor não era tão diferente para a media do povo brasileiro, o povo queria uma mudança, um candidato novo com ideias novas. E só a ideia de ter alguém que foi escolhido pela população para o cargo, já parecia trazer otimismo para a população.

Para falar sobre o Governo Collor, optamos por uma perspectiva um pouco diferente. Em vez de analisarmos muito profundamente os projetos de Collor, seus prós e contras, ou algo nesse sentido, entendi que faria mais sentido focar nos motivos de seu fracasso como presidente e o que levou ao seu impeachment. O motivo dessa perspectiva é porque independente quais fossem os projetos de Collor, provavelmente nenhum deles iria pra frente, devido a sua falta de interesse em negociar seus projetos com o povo e com o congresso. Isso é bem colocado em um artigo que cita Thomas Skidmore, dizendo em (Sallum Jr, 2011) que : “o sistema presidencialista de governo só é introduzido para enfatizar que sua estabilidade também depende, sendo democrático o regime político, da capacidade de negociação política do chefe de governo, o que teria faltado a Collor”. Collor entrou na presidência acreditando que sua eleição lhe dava chancela para fazer o que bem imaginava. Para além do famoso plano Collor, que é um desrespeito total com a população que o elegeu, e que acabou sendo também um fracasso econômico, as excessivas medidas provisórias que o presidente tentava passar, também eram um sinal da sua falta de negociação com o congresso. Collor parecia perdido entre a imagem de um politico moderno que precisava de novas medidas ligadas ao liberalismo, e um politico extremamente antiquado ligado a uma família muito tradicional, que tentava impor sua vontade sem nenhum debate. Somado a tudo isso, ainda tínhamos um Brasil com um cenário de crise muito similar ao dos governos anteriores. Quando o Marketing Político se foi após a eleição, começamos a ver o verdadeiro Collor em ação, um

presidente com tendências extremamente autoritárias e que logo ficou isolado, tanto pelo congresso quanto pelo povo. Collor, apesar de ser o primeiro presidente eleito pela população em muito tempo, parecia não entender de fato como a democracia funcionava, não entender que não estava governando sozinho e que as vontades e direitos da população tinham que ser levados em conta. Esse mesmo artigo citando anteriormente: O impeachment do presidente Collor: a literatura e o processo, de Sallum Jr, explica bem como esses elementos acabaram levando o presidente a uma situação muito complicada em termos de ser capaz de governar. E que o Impeachment de Collor, decorrido de uma denuncia de corrupção feita por seu irmão, na realidade já havia sido “desenhado” muito antes. Não em um sentido de que houve algo premeditado, mas no sentido de que toda aquela situação politica propiciou que essa denuncia tivesse o peso que teve para sua saída. Se a situação politica fosse outra, existiria uma grande chance da denuncia nem vir a tona ou ser tratada da forma muito diferente do que foi. A denuncia foi um meio de realizar algo que já era de desejo tanta de grande parte da população quanto do congresso. O gráfico de popularidade de Collor, da figura 6, mostra isso:



Fonte: Datafolha (1992).

Figura 6: Avaliação Governo Collor

A situação era insustentável tanto politicamente quanto economicamente, e todos esses fatores levaram ao impeachment do Presidente em 1992, logo dois anos após sua eleição. O Brasil seguia mergulhado em crise e via uma das suas principais esperanças políticas e primeiro Presidente eleito em décadas ser um total desapontamento.

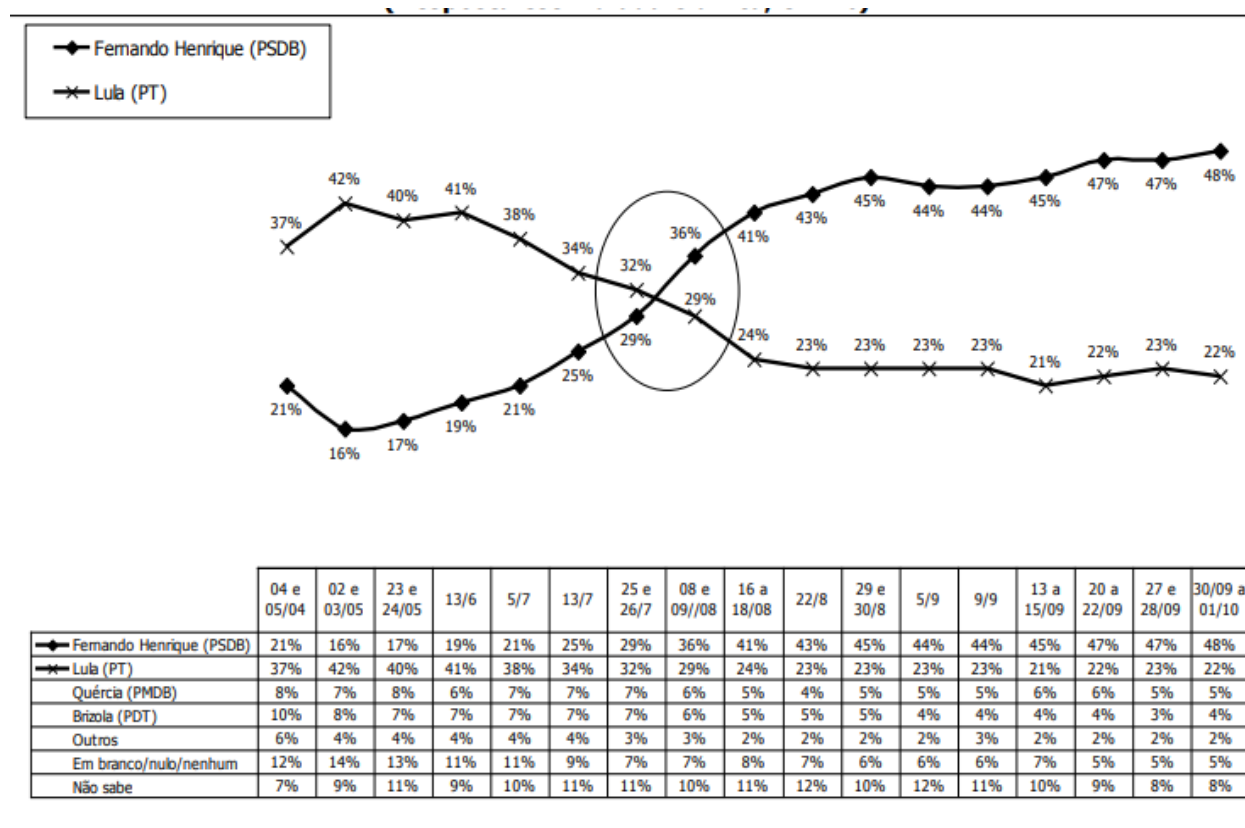
No lugar de Fernando Collor, entrou seu vice, Itamar Franco, um presidente que acabou sendo pouco memorável e teve um governo marcado por mais destaques de seus ministros, que tentavam resolver a crise, do que do próprio presidente.

A questão econômica era urgente e o presidente buscava alguém que pudesse resolver de vez a situação, chegando a mudar o ministro da fazenda por três vezes nos sete primeiros meses que governou. A maior estabilidade e a formulação de uma equipe mais estável vieram apenas com a indicação de Fernando Henrique Cardoso para o cargo, que logo montou uma equipe renomada de economistas para buscar soluções. Daí nasceu o chamado “Plano Real”, uma operação para a criação de uma moeda mais estável e a solução para a hiperinflação brasileira. Não entraremos em grandes detalhes técnicos sobre como esse processo ocorreu, pois esse não é o foco do trabalho, todavia, o importante é entender que esse plano era muito consistente e muito bem dividido. A operação se provou um sucesso logo nas primeiras fases, baixando consideravelmente a inflação, porém, outras estratégias já haviam funcionado em curtos períodos, o verdadeiro desafio era a manutenção dessa inflação baixa por mais tempo e uma real estabilização da economia brasileira. A terceira e última fase do plano terminou no início de 1994, e seguia tendo grande sucesso, com isso, o então ministro FHC anunciou seu plano de concorrer para presidente, com a ideia de que era necessário uma manutenção desse plano e que ele, como pessoa que reuniu a equipe, era o mais capaz de dar sequência a essa estabilização da economia.

É importante ressaltar alguns aspectos desse momento histórico: o fracasso de Collor como presidente acabou sendo um grande abalo para uma população que estava esperançosa com novas ideias e com seu primeiro presidente eleito em décadas. A falta de estabilidade do Brasil parecia agora não estar ligada apenas com a falta da democracia, era um sentimento de que não havia pessoas competentes para o cargo, ou que ao menos essas pessoas não conseguiam se eleger, um sintoma disso foram as diversas campanhas para o fim do voto obrigatório, mostrando a falta de esperança com as eleições. Esse sentimento, apesar de muito direcionado a Collor, também não fez bem para Lula, seu principal oponente na eleição anterior. Pois como havíamos dito anteriormente, apesar das grandes diferenças entre os dois políticos, grande parte da população enxergava os dois como ideias novas e homens que fugiam do espectro do político tradicional, como ficou claro pelo otimismo em relação ao Governo Collor mesmo de parte dos eleitores de Lula. Quando Collor fracassou, esse conceito do homem de fora da política e das ideias diferentes também sofreu um baque. O brasileiro desejava estabilidade, alguém que arrumasse a casa e não ideias inovadoras que poderiam ou não dar certo. A aposta em Collor havia falhado e o povo não parecia disposto a fazer uma nova aposta, dessa vez em Lula, alguém que ainda não tinha grande experiência política e tinha ideias ainda pouco testadas no cenário político brasileiro.

É importante comentar que Lula chegou a liderar as pesquisas, porém, muito mais por um esvaziamento de candidatos do que por uma vontade real do povo. É possível perceber isso a partir

do gráfico de intenção da Datafolha de 1994, que mostra que assim que o Plano Real começou a decolar, FHC ascendeu de maneira veloz, deixando Lula muito para trás, como visto na figura 7.



Fonte : Em 2002 haverá eleições para presidente ds República. Se a eleição para presidente fosse hoje e os candidatos fossem estes, em quem você votaria ?
Base : Brasil

Fonte: Datafolha, 1994

Figura 7: Intenção de voto eleição 1994

O plano real foi o primeiro vislumbre de estabilidade da economia em muito tempo, e FHC soube se utilizar disso para viabilizar sua eleição em uma campanha tranquila, com vitória no primeiro turno, sempre ressaltando a importância da manutenção do plano que havia dado a tranquilidade desejada há tanto tempo pelo povo brasileiro. Não havia muito que poderia ser feito pelo lado petista, e independente da estratégia adotada, uma vitória para presidente parecia muito longínqua.

É importante ressaltar, todavia, que o PT estava cada vez mais organizado como partido e

elegendo cada vez mais candidatos para outros cargos. O partido havia se consolidado no cenário nacional e Lula, apesar de não ter sucesso nas eleições, era visto como líder desse novo movimento. O petista já parecia muito mais adaptado ao cenário eleitoral nas eleições de 1994, se comparado as eleições de 1989, seu discurso já era mais abrangente e sua própria imagem já parecia um tanto mais “suavizada”.

Também é importante ressaltar como o contexto e o momento histórico acabam impactando uma eleição, afinal, mesmo o petista estando mais conciliador e mais “adaptado” ao jogo em 1994, ele ficou muito mais próximo de ser eleito em 1989, mesmo sem tanta experiência.

O mesmo pode ser dito do outro lado, provavelmente se Lula concorresse com FHC em 1989, o povo apostaria em Lula, devido ao cenário daquele momento. O contexto histórico impacta muito as eleições, e é necessário, como diz o marqueteiro político Chico Santa Rita: “o candidato certo, na hora certa”, para se vencer uma eleição. E essa maturação do PT e de Lula vem também a partir desses momentos, de entender que mesmo sem vencer uma eleição, é possível crescer sua imagem e sua credibilidade em uma derrota. Se mostrar como uma opção para o povo brasileiro, mesmo que esse não ache que esse seja o momento ideal. Essa paciência e essa maturação acabaram se mostrando muito importantes para a eleição onde Lula consegue finalmente ser eleito, como veremos mais pra frente.

O primeiro mandato de FHC é um governo relativamente complicado de ser analisado, devido ao cenário caótico que o Brasil vivia logo anteriormente. Seu principal objetivo era buscar a consolidação do Plano Real e o fim da hiperinflação. Esses objetivos foram atingidos em parte, pois o Brasil, de fato, teve uma inflação bem abaixo dos anos anteriores e o real se mostrava mais estável que as moedas anteriores. Porém, para atingir esse objetivo, o governo também acabou contraindo uma grande dívida com o FMI, pois não houve o investimento externo esperado no país após a mudança de câmbio. As razões para essa falta de investimento são tema de discussão, com alguns colocando essa questão como um elemento internacional externo, e sem tanta relação com o governo, e outros citando más decisões do Presidente e sua equipe como o fato principal para essa situação. A falta de geração de empregos também foi um grande problema desse governo, com o Brasil tendo um aumento considerável do desemprego durante o primeiro mandato de FHC e atingindo números mais altos que qualquer outro governo recente. Para além disso, houve profundas críticas a algumas privatizações que ocorreram, afinal, empresas públicas que davam lucro estavam sendo vendidas a preços bem mais baixos do que o esperado. Um exemplo disso é a Vale, empresa que foi vendida por cerca de 3 bilhões e logo depois teve seu valor estimado em 12 bilhões, e para além dessa venda barata, a companhia acumulou acidentes e crimes cometidos após sua venda. Entre pontos positivos, estava também o maior respeito do Presidente para as instituições da democracia e finalmente um sentimento, entre a população, de que a ditadura havia sido deixada para trás. A boa relação de FHC com o congresso mostrava que

a democracia brasileira era funcional de alguma forma, e que um presidente poderia governar enquanto respeitasse a população e os deputados.

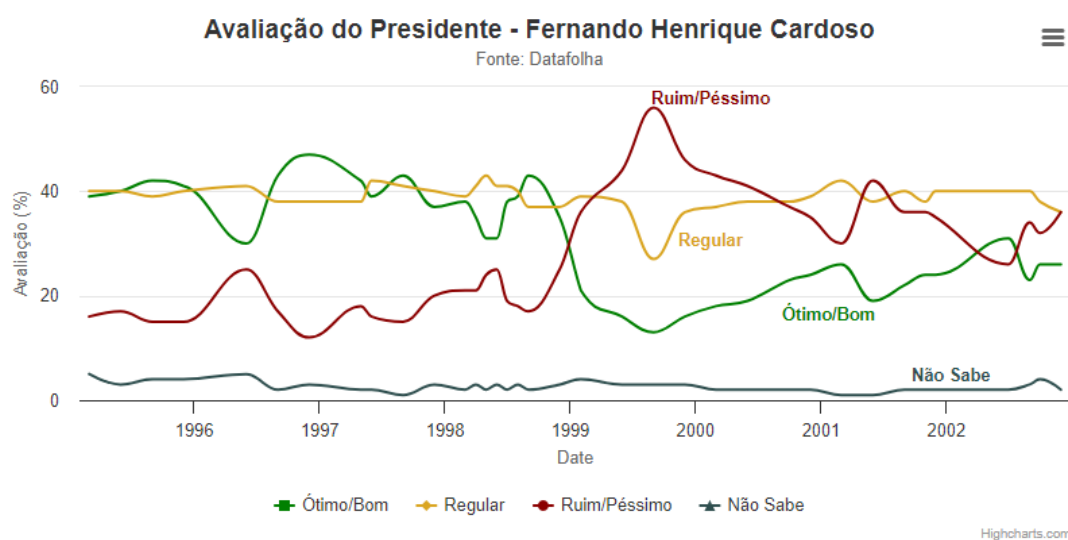
O ponto principal sobre esse mandato é que o governo usou como “justificativa” para os elementos ruins a manutenção da ideia do Plano Real. Ou seja, determinadas áreas poderiam não estar indo tão bem devido à necessidade de foco na economia e na manutenção da baixa inflação, elementos que realmente estavam prosperando em comparação aos períodos anteriores. Esse discurso, inclusive, foi muito utilizado posteriormente, durante a reeleição em 1998, eleição essa em que Fernando Henrique só pôde ser candidato devido a seu próprio projeto de lei, que permitia a reeleição (projeto esse também muito contestado, e cercado de acusações de compra de votos). O presidente citava, tanto no projeto para reeleição quanto na campanha para presidente, que o Brasil precisava manter uma ideia de projeto, e que novamente, ele era o melhor para dar continuidade, já que havia dado o pontapé inicial nesse modelo.

A campanha era muito baseada em criar um certo medo na população brasileira, com um foco no “lembra como era o Brasil antes?” Ou seja, criar um aspecto de comparação, entre os governos anteriores e os de FHC. Criando uma visão um pouco deturpada da situação, afinal, não é porque os outros governos tinham sido péssimos que a população deveria se contentar com um governo medíocre em muitos aspectos. Porém, esse elemento do medo, somado a um grande tempo de televisão do candidato do governo e à falta de debates, criaram um ótimo cenário para a reeleição de FHC, que venceu em uma campanha de primeiro turno, que ficou marcada pela falta de discussão de ideias e um sentimento de “contentamento” da população brasileira, que parece ter optado pela “segurança” de manter um governo que não foi desastroso.

Lula e o próprio Ciro Gomes, outros principais candidatos da eleição, bateram muito nessa tecla durante o processo, sugerindo que os debates e a discussão eram pilares da democracia, e que a eleição ficava muito manchada pela falta desses elementos. Essa eleição é a única na democracia brasileira recente em que não aconteceu ao menos um debate televisionado, algo que mancha um pouco a imagem de democracia forte que o governo vinha passando.

O segundo mandato de FHC, todavia, acaba sendo um tanto mais desastroso. Apesar de possuir grande base no congresso e um apoio popular que parecia relativamente estável, FHC não conseguiu alcançar sucesso em seus principais projetos, com o número de desempregados aumentando cada vez mais e sua principal “arma”, o real se desvalorizando rapidamente. O governo entrou em crise, e começou a se endividar cada vez mais. Para adicionar a essa situação complicada, o Brasil viveu diversos apagões e parecia viver uma crise elétrica inédita. Novos números em relação a privatizações e sucateamentos dessas empresas também vinham a tona e não ajudavam com a situação. Em relação aos aspectos positivos, podemos falar de alguns avanços sociais que ocorreram nesse período, o chamado “Programa Comunidade Solidária” foi um precursor de programas importantes de governos posteriores, assim como a criação dos

“medicamentos genéricos”.



Fonte: Datafolha, 2002

Figura 8: Avaliação Governo FHC

A realidade, porém, é que o Governo FHC acabou se tornando bem discutível em seu segundo mandato, com níveis de reprovação bem elevados em diversos momentos, como vemos na figura 8. A população parecia bem insatisfeita com a questão do desemprego e principalmente com a desvalorização do real, que era o principal ponto de equilíbrio do governo. Toda ideia era de que o foco no real era o essencial, e que mesmo que outras áreas não estivessem bem, o projeto econômico se manteria competente. A partir do momento que esse projeto começa a enfrentar dificuldades e para de dar frutos, a população parece perder a esperança com o governo. Vemos isso muito claramente em 1999, primeiro momento de grande crise do Real e momento no qual a rejeição de FHC supera a aprovação.

Outro ponto que acho importante destacar aqui, e que foi comentado brevemente anteriormente, é sobre a própria emenda da reeleição. Como havia dito sobre Collor, e sobre seu impeachment ser algo muito mais situacional, do que diretamente relacionado com o crime que cometeu, a compra de votos da emenda da reeleição, em 1997, é outro exemplo de como esses episódios ocorrem.

O governo de FHC tinha grande base no congresso e uma aprovação média/boa na época, logo, as denúncias de políticos envolvidos nesse esquema não tiveram grande repercussão na

época, e só vieram a ser mais debatidas posteriormente. Muito diferente da situação com Collor, onde a falta de aprovação da população e o desacordo com o Congresso, levaram seu crime a ter consequências imediatas.

O evento da compra de votos, hoje em dia, é discutido de forma mais aberta e muito mais em um sentido de como foi feito, do que “se foi” feito. O ponto aqui, porém, é entender como o momento de um governo influencia os acontecimentos ao seu redor. Com determinados acontecimentos graves podendo “passar em branco”, dado determinado contexto, enquanto outros podem ser utilizados como maneira de tirar a pessoa desejada de seu cargo.

Agora, ao comentarmos sobre o fim do governo FHC, chegamos ao processo eleitoral de 2002, e iremos nos aprofundar de maneira mais interessante, sobre como o PT e Luiz Inácio Lula da Silva chegavam a essa disputa.

Ao longo desse período, de 1989 até antes das eleições de 2002, apesar de derrotas seguidas no âmbito presidencial, o partido do PT seguia se consolidando cada vez mais no cenário nacional, com recordes de representantes sendo alcançados em cada eleição, e com projetos sendo realizados de maneira bem inovadora. Em geral, a população brasileira começava a ver o partido com ótimos olhos, e como um projeto político que parecia, de fato, ser inovador. Sua grande face, seguia sendo Lula, que mesmo não tendo saído vencedor das eleições, se consolidava como uma figura importante e mais que isso, como alguém que as pessoas estavam mais familiarizadas, já tendo uma noção clara de suas ideias.

Lula surgia como principal candidato as eleições, tendo sido o 2º lugar em três eleições presidenciais seguidas, e a face do partido que mais crescia no país. A base popular do PT só aumentava, e com ela a representatividade do partido no congresso e o número de governadores e prefeitos pelo país. A maneira na qual Lula conduzia o PT e suas campanhas, também trazia uma ideia de que havia chegado seu momento, de que era correto dar uma chance ao opositor de dois governos complicados, um péssimo, de Collor, e outro muito contestado, de FHC. Ao longo desse período, o petista também se mostrou mais aberto ao diálogo com empresários e com as classes mais altas, enfatizando isso durante toda a campanha. O documento que expõe essa nova situação de maneira bem evidente, é a chamada “carta ao povo brasileiro”, onde Lula ressalta muitas de suas ideias que já vimos, porém adiciona partes de conciliação fundamentais para um maior sucesso nas eleições e no seu futuro governo.

“A crescente adesão à nossa candidatura assume cada vez mais o caráter de um movimento em defesa do Brasil, de nossos direitos e anseios fundamentais enquanto nação independente. Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil.

Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio.

Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país.”

Quando falamos de cenário político, esse era o momento ideal para a eleição de Lula. Para além dos méritos de Lula e do PT, seu principal rival das duas eleições passadas, o PSDB, vivia um momento muito complicado. O governo de FHC havia terminado em baixa, e existia uma discussão interna no partido sobre como a campanha de Serra, principal opositor a Lula, deveria ocorrer, com alguns acreditando que o partido deveria desvincular completamente a campanha da figura de FHC, enquanto outros acreditavam que isso só traria mais desconfiança. Devido a essa crise interna, e a desconfiança da população com o partido, a campanha de Serra acabou brigando apenas por um segundo lugar ao longo do processo eleitoral. Apesar do apoio de parte da elite e o uso da máquina pública, o partido fazia uma campanha um tanto confusa, pregando por mudanças drásticas, sendo que o governo anterior tinha sido do próprio partido.

Entre os outros adversários, o PT teve que enfrentar algumas “ondas”, com picos de popularidade de Ciro Gomes, Garotinho e Roseana Sarney, candidata essa que chegou a rivalizar com os números de Lula, porém teve que se retirar da candidatura devido ao chamado caso Lunus.

A onda de Ciro também não durou, com sua agressividade e escândalos da vida pessoal sendo utilizados de forma exaustiva pelo PSDB, como meio de ao menos garantir Serra no segundo turno. A eleição acabou, de fato, indo ao segundo turno, após Serra vencer Garotinho em uma apertada disputa pelo segundo lugar.

Lula, porém, confirmou seu amplo favoritismo na segunda parte da eleição, consolidando uma vitória tranquila, em um cenário onde o candidato do PT já parecia mais preocupado em tranquilizar parte da população sobre como iria ser seu governo, do que com a chance real de uma derrota.

A eleição ficou marcada pelo primeiro momento onde Lula e o PT foram os grandes protagonistas em uma eleição nacional, com grande apoio da sua base, mas contando também com outros grandes partidos e até mesmos empresários famosos, algo inédito para o PT em uma eleição presidencial e sinal de que o partido tinha descoberto uma fórmula vencedora. A eleição seguiu um rumo similar as suas anteriores, 1994 e 1998, no sentido de que um candidato que ficou muito a frente durante todas as pesquisas, garantiu sua vitória de maneira tranquila. Isso era outro sinal positivo para o PT, pois era uma indicação de que a grande maioria da população estava com Lula e acreditava no projeto petista, enquanto a oposição precisaria se reorganizar completamente para

as próximas eleições.

O metalúrgico tinha, enfim, chegado ao lugar de prestígio que era necessário para implementar suas ideias e seu plano de governo, e parecia ter chegado a esse lugar no momento certo, onde o PT já tinha, além de sua forte base popular, novas alianças políticas e uma participação expressiva no congresso, elementos que dariam a Lula uma chance de governar com boa autonomia.

Antes de nos aprofundarmos sobre como foi o Governo Lula e sobre as mudanças que ocorreram no Brasil durante esse período, iremos, no próximo capítulo, discutir mais a fundo o conceito de classe social, com foco nos grupos sociais brasileiros, tanto em um sentido mais moderno, quanto historicamente. O objetivo dessa próxima parte do trabalho, é entender quais são as classes sociais do Brasil moderno e como elas se formaram, assim como ir mais a fundo sobre as dinâmicas históricas do sistema brasileiro. A partir desse exercício, poderemos nos capítulos posteriores, entender se/como o Governo Lula transformou essas classes e mudou suas relações, dessa forma nos aproximando cada vez mais de responder nossa pergunta de pesquisa.

Capítulo 2: AS CLASSES SOCIAIS NO BRASIL

Para este capítulo, faremos uso extensivo do livro “A Elite do Atraso”, de Jessé Souza, o qual por sua vez se fundamenta em grande parte nos conceitos de classe social de Pierre Bourdieu. Além disso, também nos basearemos no livro “O povo brasileiro”, de Darcy Ribeiro, para acrescentar outra perspectiva bibliográfica com ideias levemente distintas. O objetivo aqui é aproveitar o que considero mais relevante de cada obra para nos aproximarmos de uma resposta para nossa pergunta de pesquisa e, ao mesmo tempo, fundamentar melhor nossa tese. Iniciaremos buscando uma definição mais abrangente de classe social, para então compreender de maneira mais específica a formação e as relações entre alguns dos grupos sociais mais significativos para o funcionamento do sistema no Brasil moderno, levando em conta também as bases históricas do sistema brasileiro para uma análise mais completa. Isso nos permitirá mostrar que grande parte do sistema brasileiro permanece similar em muitos aspectos ao sistema colonial, principalmente ao observarmos as lógicas de dominação e de poder.

Nosso primeiro passo ao abordar as classes sociais é entender que precisamos transcender a ideia de que o conceito está diretamente ligado apenas a uma questão financeira. É necessário compreender as classes sociais de forma mais ampla e abrangente, incluindo questões como capital cultural, formação histórica e prestígio social. Ao fazer isso, conseguimos captar muitas informações sobre como o sistema funciona, quem ele beneficia e prejudica, e quais são os mecanismos por trás disso. Além disso, podemos entender também a mentalidade do indivíduo em cada camada desse sistema.

Para ilustrar a magnitude desse entendimento sobre as classes sociais e suas verdadeiras facetas, creio que duas citações dos autores que utilizaremos neste capítulo são bastante pertinentes. Em (2019, p. 91), Jessé comenta: “A ideia de classe social é mal conhecida por boas razões. Primeiro porque ela, acima de qualquer outra, nos dá a chave para compreender tudo aquilo que é cuidadosamente posto embaixo do tapete pelas pseudociências e pela imprensa enviesada.” Bourdieu, por sua vez, explica de forma precisa toda a importância da categorização do sistema. em classes sociais no espaço social, e mais especificamente, comenta sobre a perspectiva do indivíduo que atua nesse sistema, em (2012,p.141):

“As categorias de percepção do mundo social são, no essencial, produto da incorporação das estruturas objectivas do espaço social. Em consequência, levam os agentes a tomarem o mundo social tal como ele é, a aceitarem-no como natural, mais do que a rebelarem-se contra ele, a oporem-lhe possíveis diferentes, e até mesmo antagonistas: o sentido da posição como sentido daquilo que se pode ou se não pode <permitir-se a si mesmo> implica uma aceitação tática da posição[...]”

Ou seja, a tendência do indivíduo, independente de sua classe, acaba sendo aceitar essas classes sociais com naturais, pela maneira com o qual o mundo é apresentado a ela, e em vez de gerar críticas a esse sistema, apenas tentar fazer o máximo com a posição que você foi designado e pensar sua melhor estratégia a partir disso.

A partir dessa duas citações é possível ver o quanto a ideia de classe social é presente na nossa existência e ao mesmo tempo é pouco entendida a fundo, sendo tomada como algo natural, a partir de uma versão que nos é passada pelas classes mais altas, aqueles que fundaram e deram base a esse sistema. Nesse trabalho em particular, analisaremos mais especificamente o caso brasileiro, mas é importante entender que muitos desses conceitos podem ser extrapolados para outros países com sistemas similares.

É importante compreender que essa versão passada pelas classes mais altas e muitas vezes defendida de maneira muito efusiva pelas classes médias acaba sendo muito frágil quando dissecada de forma mais detalhada.

A ideia geral é de que as letras, ou seja, classe A; B; C, são definidas por padrão estritamente monetário, e não por questão de privilégio, capital cultural ou formação histórica. Com a ideia de uma separação apenas na questão financeira, é entendido que todo o resto é extremamente similar. As classes sociais desse molde não são discutidas a partir de oportunidade ou de origem, mas sim do seu ponto final, que seria simplesmente a quantidade de dinheiro adquirida.

Essa versão da história, apesar de extremamente simples, e até absurda, acaba sendo muito efetiva quando repetida vezes suficiente, pois a partir do momento que se entende que a diferença financeira é a única existente, uma pessoa ter ou não ter dinheiro viria simplesmente do seu mérito ou falta dele para consegui-lo. Essa narrativa acaba sendo extremamente conveniente para uma

classe média, que tem toda sua posição justificada por uma questão de esforço e mérito, e que ao tomar isso como fato, acaba por defender as classes mais altas, afinal, se a classe média esta acima das classes mais baixas por mérito, então a classe alta também existe em uma situação de merecimento.

Esse tema acaba sendo importante também para comentarmos sobre outra parte desse sistema, a parte que diz respeito a distribuição de informação e venda de narrativas. Independente do quanto essa narrativa parece incompleta e até sem sentido, se essa é apresentada, divulgada e defendida em massa para as mais diversas camadas da sociedade, e se várias dessas camadas mais altas se sentem confortáveis com ela e a defendem, será muito difícil que ela não se torne popular.

A partir do momento onde ela se torna preponderante e nenhuma outra versão atinge tamanha visibilidade, essa versão se torna a realidade para a maioria da população. A propagação de informação e a visão de mundo que um sistema propõe são um ponto fundamental para a manutenção dele, e para além disso, quando essa teoria se torna conveniente para classes que tem algum acesso à informação, ela só se fortalece, pois engrandece a própria classe dessas pessoas, como no caso da classe média, onde muitas pessoas teriam a capacidade de disputar essa versão, porém acabam não o fazendo, pois essa história contada ajuda a manter seus privilégios e sua posição.

Enquanto para as classes mais baixas, por mais que essa versão não as engrandeça, não existe acesso a informação suficiente ou espaço na sociedade para que essa classe possa refutá-la. Muito pelo contrário na realidade, essa versão acaba sendo grande parte da informação que é recebida, e pertencente a um sistema já muito impregnado na vida deles e de sua família a diversas gerações.

Como citamos, o comportamento normal e padrão do ser humano quando dividido em classe social, é analisar sua posição e tentar entender qual o melhor plano de ação dentro daquele sistema, especialmente quando a crítica ou a quebra com essa sistema parece tão longe, se é que existe como uma possibilidade na cabeça da pessoa.

O objetivo agora é entender o que leva essas classes a se formarem dessa maneira e o que leva cada classe a aceitar o sistema. Esse exercício é muito realizado em “A elite do atraso”, e tentarei extrair as partes principais dele, somado as obras de Darcy Ribeiro e de Bourdieu.

2.1. Capital Cultural e a realidade brasileira

O primeiro ponto crucial para entender as classes sociais e o sistema em geral é compreender o conceito de capital cultural, cuja explicação começa desde a formação inicial do indivíduo, desde o período mais delicado de sua infância. Como bem explicado por Jessé (2019, p. 95), “Somos formados, como seres humanos, pela imitação e incorporação pré-reflexiva e inconsciente daqueles que amamos e que cuidam de nós, ou seja, os nossos pais ou quem exerça as mesmas funções, a classe e seus privilégios ou carências são reproduzidos a cada geração.”

A ideia fundamental é que todo tipo de estímulo, desde o tempo livre para interagir com os filhos até o tipo de brinquedo, o ambiente escolar, o acesso a livros e a espaços culturais, influenciam diretamente no desenvolvimento e na forma como a criança crescerá e se relacionará com o mundo. Enquanto parcelas da população das classes médias e altas podem proporcionar esses estímulos positivos e criar um ambiente tranquilo para seus filhos se desenvolverem, as classes mais baixas enfrentam uma série de desafios diferentes. Por exemplo, muitos pais das classes mais baixas lutam diariamente para prover alimentação e o mínimo de estrutura para suas famílias, não tendo tempo livre suficiente para passar com seus filhos ou recursos para contratar alguém que o faça. Muitas vezes, esses pais também são obrigados a levar seus filhos para seus locais de trabalho, em vez de deixá-los em creches que oferecem um ambiente propício ao desenvolvimento infantil.

Essas disparidades são evidentes em todas as fases do desenvolvimento, desde a qualidade das escolas até os tipos de brinquedos disponíveis. Mais adiante, vemos uma grande diferença no momento em que essas crianças são obrigadas a começar a trabalhar, ou se têm espaço apenas para estudar e se dedicar a hobbies durante o tempo livre. Além disso, podemos discutir a entrada no mercado de trabalho, destacando a facilidade de networking e acesso a oportunidades em determinadas áreas, algo muito mais comum nas classes médias e altas, em comparação com a dificuldade enfrentada pelas classes mais baixas.

Outro aspecto importante a ser mencionado e que será fundamental para a compreensão posterior é como crescer nessas circunstâncias afeta as classes mais baixas em todos os aspectos. Além da falta de estrutura material, que pode se tornar algo “normal” no cotidiano dessas crianças, há também o fator psicológico do “não poder”. Em uma sociedade capitalista, a publicidade direcionada às crianças é intensa e projetada para fazer com que elas peçam aos pais determinados produtos. Quando esse pedido é negado repetidamente devido à falta de recursos financeiros, cria-se um sentimento de exclusão e impotência. Não entender por que não podem ter algo que veem outras crianças tende a gerar vergonha e um senso de inferioridade. Essa vergonha e sensação de inadequação desde a infância têm um impacto significativo no desenvolvimento futuro desses indivíduos.

Portanto, além do capital cultural como um grande diferencial entre as classes sociais, esse aspecto da dignidade, associado ao poder de compra e ao acesso a diversos espaços, é fundamental para compreender as principais diferenças entre as classes médias e baixas no Brasil.

Enquanto o dinheiro como mecanismo de maior acesso das classes mais altas é algo mais simples de entender e mais direto, esse acesso a determinados aspectos de “capital cultural”, definidos por Bourdieu, de forma livre como: um conjunto de recursos, competências e apetências disponíveis no espaço social, acaba sendo algo que passa de maneira mais despercebida para grande parte da sociedade.

Algo muito importante ressaltado na obra de Jessé, acaba sendo como esse capital cultural, é muito mais propenso a se tornar parte da personalidade de alguém da classe média, do que o dinheiro é algo que se torna parte pessoal das classes mais altas. Afinal, isso é grande parte do que separa a classe média das classes mais baixas, pois ao falarmos de questões estritamente monetárias, apesar de uma condição melhor que as classes baixas, essa classe intermediária em grande parte está muito mais próxima delas do que das mais altas. Se esse aspecto ilusório do esforço for retirado da história, não terá como não reconhecer que essa vantagem da classe média vem principalmente de um legado histórico, de maior privilégio no ponto de partida e ao longo da jornada.

Sendo importante lembrar, que essas atitudes da classe média, são em certa parte, ações inconscientes, com uma grande parcela realmente acreditando nessa versão proposta pelo sistema, até mesmo pois essa história apenas a valoriza e costuma ser passada de geração para geração.

Não que isso seja algo necessariamente justificável, pois muitas das pessoas dessa classe tem sim recursos e capacidade para tentar entender melhor o sistema e suas desigualdades. Mas acaba sim, em parte se tornando algo “natural” nesse sistema, devido ao conceito de posição estratégica do indivíduo para com sua classe. Ou seja, para o indivíduo de classe média, seja consciente ou inconscientemente, é interessante manter suas vantagens nesse sistema, por toda a competitividade que o modelo propõe.

A partir desse momento, também é interessante percebermos uma continuidade histórica com a falta de empatia pelas classes mais baixas, com isso datando desde os tempos coloniais, vindo do fato dessas classes médias e altas, não enxergarem as classes mais baixas como semelhantes ou merecedoras. A partir do que foi discutido nesse capítulo, é fundamental que agora realizemos o exercício de ir mais a fundo sobre esse legado histórico, com o objetivo de compreender as origens do sistema brasileiro e de seus grupos sociais.

2.2. A formação histórica do sistema brasileiro e seus grupos sociais

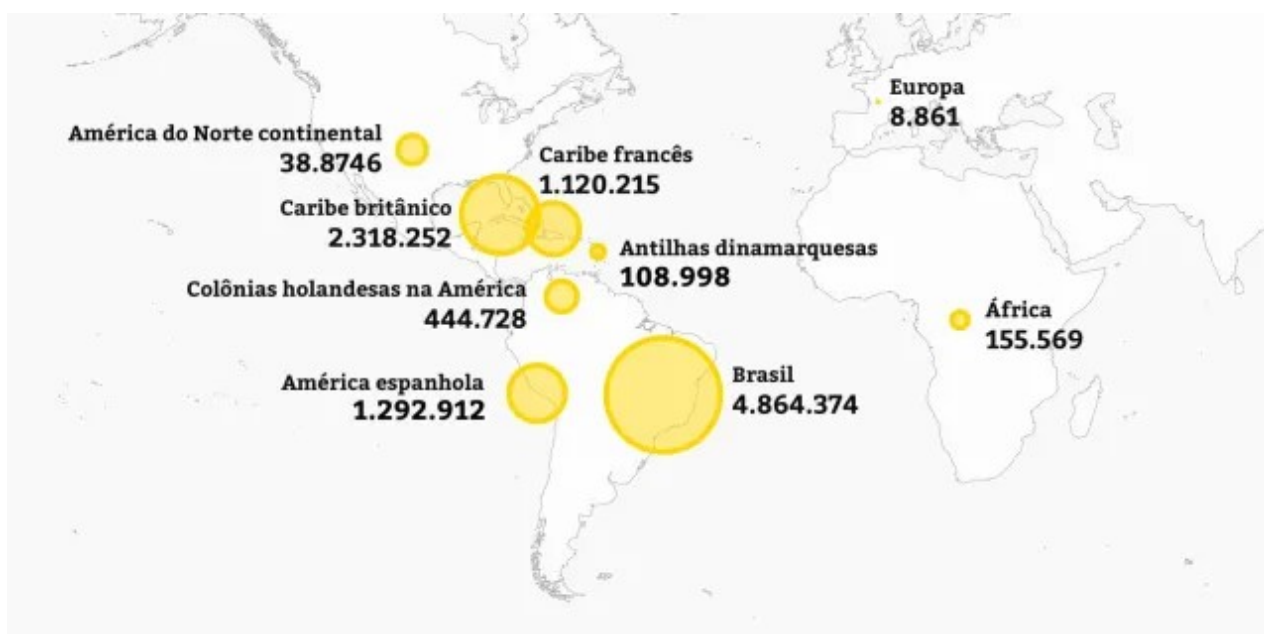
O primeiro passo para entender a formação do sistema brasileiro e de nossos grupos sociais, assim como nossas características fundantes e o que nos distingue de outras sociedades, é examinar o primeiro sistema funcional que se relaciona com a sociedade brasileira moderna de alguma forma. Ao realizar esse exercício inicialmente, diversas hipóteses podem surgir em nossas mentes, incluindo ideias relacionadas a um legado europeu ou a uma sociedade de miscigenação entre três raças, entre muitas outras. No entanto, o que de fato definiu o Brasil como sociedade e estrutura foi nosso sistema de escravidão.

Embora a escravidão seja reconhecida como um momento crucial em nossa história, muitas vezes não a colocamos no lugar de destaque que deveríamos. Para entender por que esse momento histórico é fundamental, é necessário analisar os pontos que o tornam o início do Brasil como sociedade e o que pavimentou o sistema de nosso país.

A implementação do sistema de escravidão no Brasil marca um momento de ineditismo em nossa história, representando uma distinção significativa em relação à história europeia e africana. Antes desse período, a chegada dos europeus e a disputa contra os indígenas podem ser interpretadas como uma continuação do conto europeu ou da história indígena, sem características distintas do Brasil moderno. O europeu, em sua maioria, era visto como um estrangeiro explorador, muitas vezes retornando para a Europa, e a ideia de um Brasil como país concreto ainda não existia. Mesmo em estágios posteriores, as tentativas de implementar sistemas baseados em capitânias hereditárias ou outras formas de governo foram falhas. Portanto, é com a introdução da escravidão que o Brasil se torna um sistema funcional, com novos atores e papéis, marcando um momento crucial de diferenciação em nossa história.

O sistema de escravidão no Brasil possui características próprias em comparação com outros países americanos, e essas particularidades nos fornecem insights importantes sobre a formação de nosso sistema. Para compreender a extensão e a longevidade dessa instituição em nosso país, podemos recorrer a gráficos comparativos que evidenciam as peculiaridades da escravidão brasileira em relação a outras regiões.

Número de escravos recebidos vindos do continente africano, na figura 9:



Fonte: FIGUEIREDO, 2018

Figura 9: Numero de escravos por região

desses novos papéis. A partir daí se introduz, de fato, um sistema, uma sociedade que pauta o início da nossa história como país.

Em relação a classe média brasileira, podemos relacionar o movimento imigratório europeu do início do séc XX com a formação inicial dessa classe. Esses imigrantes, vindo em gigantesca quantidade acabam por formar muito dos grupos sociais que dariam origem a classe média que conhecemos hoje em dia, e entram para o mesmo sistema de competição e falta de empatia em relação as classes de baixo presentes na época. Afinal, esses imigrantes não fazem parte apenas de um incentivo capitalista em questão de trabalho, mas também servem para um projeto de uma suposta “modernização” do Brasil. Com mais brancos e europeus, e cada vez menos negros e africanos. O projeto de branqueamento em si, pode não ter dado certo, porém a introdução desses imigrantes nessa classe intermediária e a redução ou permanência da péssima qualidade de vida do povo negro ocorreu.

Obviamente que também houve muita miscigenação entre imigrantes e membros de todas as classes, porém, a lógica seguiu muito similar, quanto mais branco e com mais dinheiro, mais privilégio, e quanto mais preto e menos dinheiro, mais dificuldade. Esse ponto é extremamente importante de ser salientado, e muito oportuno de ser comentado após essa análise. O preto e o pobre são diretamente relacionados durante a história do Brasil, onde o lugar normal do preto é a pobreza e algo além disso é uma exceção. A classe baixa surge com o negro como escravo, e não é desassociada dele quando esse se torna ex-escravo e nem quando a escravidão não existe mais.

Do mesmo jeito com o branco, onde seu lugar normal é no alto ou na classe média, com o branco pobre sendo tratado como branco fracassado ou como anormal. Novamente, a classe alta surge com o descendente de europeu, assim como a classe média se forma com a chegada de imigrantes europeus. A ideia do sistema é que isso se mantenha.

Com isso, temos uma ideia da formação inicial do Brasil, e de como ela ainda é muito relacionada ao Brasil moderno. Conseguimos, ao entender esse legado histórico mais a fundo, também compreender de maneira mais completa o comportamento e relações das classes sociais que discutimos anteriormente.

2.3. O sistema brasileiro moderno e suas organizações

O sistema brasileiro, ao longo da história, propõe uma diferença tão grande entre as classes que uma pessoa branca que nasceu com uma determinada estrutura muitas vezes não consegue se colocar ou mesmo entender a situação de uma pessoa preta de uma classe mais baixa. Isso é ainda mais acentuado quando não há compreensão de que aquela pessoa está em uma determinada classe devido a um legado histórico e a uma variedade de razões, mas a mensagem transmitida é de que existe uma falta de esforço nas pessoas dessa classe e que você está em uma classe superior devido a um maior esforço. Além da questão do esforço, é dito que aquela classe e determinado tipo de pessoa não têm a capacidade e as características necessárias para acessar o espaço que sua classe

supostamente tem. Essa atribuição de características inerentes a determinadas classes aprofunda ainda mais o problema.

Essa ideia acaba servindo também para o próprio sistema se manter, onde a classe média muitas vezes se opõe a projetos de inclusão e de maior igualdade social, acreditando que isso beneficiará aqueles que trabalharam menos e que não merecem estar em um lugar semelhante ao da classe média. Essa defesa de sua classe, na verdade, acaba por defender o próprio sistema e mantém suas questões estruturais, beneficiando assim também as classes mais altas, que pautaram esse modelo. Grande parte da classe média não se enxerga na classe mais baixa e não acredita que eles sejam iguais, atribuindo essa diferença a um sentido de esforço e merecimento.

Quando essa visão é estruturalmente transmitida por tanto tempo e de tantas maneiras diferentes, essas características não são entendidas como pessoais ou algo que possa ser superado, mas sim como algo intrínseco. O negro no Brasil é diretamente associado ao pobre, e esse negro pobre é associado a diversas características negativas que supostamente são traços da personalidade dessa classe. O pobre vive com o estigma de ser vagabundo, preguiçoso e diversas outras ofensas, que são “justificativas” para que o sistema os mantenha na parte de baixo das classes. Muitas pessoas, infelizmente, entendem que a população de classe baixa se coloca nessas situações e que, independentemente de mudanças no sistema, elas seguirão sendo e tendo essas características.

Outra perspectiva para entendermos essa personalização é olharmos para o outro lado da moeda: Uma pessoa rica tem uma grande coleção de vinhos, queijos extremamente caros e outras bebidas de várias partes do mundo. Por quê? Porque ela é uma pessoa muito refinada e que aprecia esse tipo de bebida e alimento, e afinal, ela merece, pois trabalha muito e merece ter uma atividade que lhe dê certo prazer. Na realidade, porém, ela tem essa coleção principalmente porque sua condição financeira e seu capital cultural lhe permitem ter. Não é simplesmente um traço de sua personalidade ou de seu grupo social, mas também uma atividade muito cara e reservada para pouquíssimos no Brasil. Essa análise de que os comportamentos muitas vezes se dão a partir de personalidade ou características de grupo, em vez de também envolver muito do poder de compra ou acesso a determinados lugares, acaba sendo outra parte fundamental para entendermos parte do mecanismo desse sistema e sua forma de propagar informação.

Todas as classes acabam sendo extremamente personalizadas, e conceitos de acesso a determinadas experiências são mascarados como uma escolha, sempre também divididos em positivas quando feito pelas classes altas e negativas quando pelas classes baixas. Voltando ao exemplo do queijo e do vinho, enquanto esse rico que gasta parte de seu salário nisso é refinado e tem um hobby interessante, o pobre que bebe cerveja barata no final de semana é um bêbado e não merece um aumento ou mais programas de inclusão, pois ele gastaria tudo em álcool. Atividades mais associadas a classes mais altas sempre serão mais prestigiadas, assim como atividades ligadas

aos mais pobres são demonizadas, e para além disso, o sistema quer passar a ideia de que essas atividades estão separadas apenas por escolhas e que não existe toda uma formação diferente por trás de pessoas de classes sociais diferentes que realizam atividades diferentes.

Outro exemplo: a visita a uma praia em Fernando de Noronha é glamorosa, começando pela viagem de avião, passando posteriormente por ótimos restaurantes e finalizando com uma vista incrível de uma cobertura de hotel. Um grande destino de viagem. Enquanto a ida para Praia Grande, de ônibus, com uma grande fila para a compra da passagem, e posteriormente uma alta quantidade de pessoas em uma praia não tão bonita, acaba não sendo um destino tão ideal.

O importante aqui é entender que isso não são simples escolhas, ninguém escolhe ir para um lugar menos atrativo ou só conhecer aquele destino de viagem, essas condições são tanto pautadas por questões econômicas, quanto por formação e por visão de mundo que é dada para cada indivíduo de cada classe. Indo muito além só do financeiro também, pois muitas vezes uma pessoa que nasceu sem acesso a esses espaços, vai continuar se sentindo deslocada e será tratada diferente, se, por exemplo, ganhar uma viagem com tudo pago para Fernando de Noronha. Essas questões acabam indo muito mais a fundo e são extremamente complexas.

Esse é um ponto muito marcante para a definição das classes sociais, os marcadores de entrada em determinados espaços e atividades. Para entender isso, utilizaremos mais dos conceitos de Pierre Bourdieu sobre espaço social, classe e espaço de relações.

O ponto de saída para entendermos esse conjunto de conceitos é a definição que Bourdieu traz para o conceito de classe, em (2012, p.136): “conjuntos de agentes que ocupam posições semelhantes e que, colocados em condições semelhantes e sujeitos a condicionamentos semelhantes, tem, com toda a probabilidade, atitudes e interesses semelhantes, logo, práticas e tomadas de posição semelhantes.” Essa definição acaba funcionando para vários níveis de entendimento, e podemos extrair muito dela.

Um ponto que se destaca aqui é a força do sistema para a formação de cada indivíduo, pois grande parte das características definidas por Bourdieu, são pré determinadas na sua infância ou até no seu nascimento. Posição semelhante, condições semelhantes e condicionamento, por exemplo, são algumas características que acabam sendo, em grande parte, formadas na infância, e que remetem aos conceitos anteriores, de capital cultural e da importância de determinadas influências recebidas ao longo da sua vida. Esses temas já foram relativamente discutidos aqui, mas são importantes de serem ressaltados a partir da definição de Bourdieu.

Porém, aonde realmente começamos a ver algo de novo para o trabalho, a partir da obra de Bourdieu, é a partir do conceito de “espaço de relações”. Com esse conceito bem definido,

conseguiremos entender cada vez mais esse sistema tão complexo.

Esse conceito tem o objetivo de indicar a probabilidade de formações de grupos reais, a partir da ideia do espaço social. Enquanto as divisões do espaço social, que se dão entre classes alta, média e baixa, em um espaço teórico, não se traduzem diretamente para uniões reais e práticas, existe uma métrica que tenta traduzir como essas organizações, grupos e partidos se organizam e quais são as relações dessas uniões com esse espaço social.

Essa métrica é o “Espaço de Relações”, uma ideia que indica que quanto mais longe no espaço social teórico, menos são as chances de se realizar uma organização ou um grupo, e, logo, quanto mais perto nesse espaço, maior a chance. Bourdieu traduz isso muito bem, em (2012, p. 137): “A probabilidade da mobilização em movimentos organizados, dotados de um aparelho e de porta-voz (precisamente aquilo que leva a falar de «classe») será inversamente proporcional ao afastamento nesse espaço”

Posteriormente, o autor reforça que isso é muito situacional, e que a formação de grupos e organizações podem aparecer em muitos contextos diferentes, e que dependendo da situação, podem abarcar pessoas com uma maior distância nesse espaço social, porém, a tendência é que existam mais grupos sendo formados a partir de quanto menos distancia exista nesse espaço social.

E para além disso, outro ponto importante é a classe que os indivíduos pertencem. Pois segundo Bourdieu, quanto mais restrita é essa classe, também existe uma maior chance de formação de um grupo, devido a um maior alinhamento de ideias.

Dito isso, acho interessante utilizarmos esses conceitos de forma mais diretamente relacionada ao Brasil, por exemplo, a classe mais alta no Brasil é extremamente estruturada e restrita, logo segundo os conceitos que vimos na obra de Bourdieu, acaba sendo mais propensa a formar organizações.

Podemos utilizar organizações com os Clubes Sociais da elite brasileira, por exemplo. Um clube frequentado apenas por pessoas de classes mais alta, geralmente com títulos de sócios extremamente caros e relacionados a tradição familiar, ou indicação, onde é possível se reunir, se divertir, conversar sobre negócios e direcionar seus filhos e parentes a conviverem cada vez mais com pessoas da classe mais alta.

Esses clubes, no geral, acabam sendo tratados como algo natural, esse grande isolamento e necessidade de interagir com pessoas apenas da mesma classe e de espaços semelhantes, em um modelo extremamente restrito, é visto como direito daquelas pessoas, afinal, voltando para o mesmo ponto já repetido outras vezes, essa classe tem esse direito. É muito raro em um contexto do dia a dia vermos muitas críticas relacionadas a esse tipo de organização, mesmo em classes que não tem acesso a esses espaços, talvez pelo quão comum esse tipo de formação de grupo se tornou e pela maneira que essa classe mais alta é encarada por grande parte da população.

É interessante entender como essas próprias organizações se colocam para a sociedade,

com algumas deixando bem claro suas ideias e propósitos, enquanto outras demonstram seus interesses de forma mais cautelosa. Para mostrar isso, reunimos um compilado de alguns trechos dos sites desses clubes de elite, demonstrando a normalização e glamorização de muitos desses espaços restritos e excludentes.

“Foi na Belo Horizonte do final da década de 50 que surgiu a idéia de se construir um novo clube na cidade voltado para a alta sociedade mineira. E não deveria ser apenas um clube que reunisse as pessoas por castas, mas que se tornasse conhecido nacionalmente pela sofisticação e importância social. Um clube diferente de todos os demais inclusive no espaço físico e que garantisse lazer, esporte e recreação de qualidade, sobretudo para os jovens.” Pampulha Iate Clube

Nesse trecho, conseguimos perceber duas coisas, a primeira, mais evidente, é o “voltado para a alta sociedade mineira”, e a segunda, é o muito curioso “apenas”, antes do “reunisse as pessoas por castas”. Deixando claro que o grupo pode não ser apenas isso, mas que em parte ainda sim é isso. Fora isso, vemos outros pontos muito comuns, como o foco na sofisticação e uma tentativa de amenizar as coisas, comentando sobre a importância social.

“Era neste local que as primeiras famílias belo-horizontinas se reuniam para se divertir. A primeira sede do Clube, o famoso palacete do Comendador Stockel (Rua Guajajaras) era um dos pontos mais concorridos e bem frequentados da cidade.

Apesar de todo glamour que o cercava, no entanto, já em fevereiro de 1901, a agremiação teve que fechar suas portas devido à falta de verbas para sua manutenção. Ainda assim, três anos depois, a elite belo-horizontina ganhava um novo clube social: Clube Belo horizonte, fundado pelos antigos sócios do Rose e instalado no mesmo palacete Stockel.” | Clube Belo Horizonte

A partir desse outro texto, conseguimos perceber outros aspectos muito presentes nesses clubes, o quão antigo é esse tipo de formação de contatos e espaço exclusivo para as elites, nesse caso, vemos que o clube existe desde o início do Século XX, e como o trecho deixa bem claro, sempre frequentado e servindo aos interesses das classes mais altas. Um clube com mais de 100 anos em tradição de exclusão e restrição.

“Fundado em 1927, o **Graciosa Country Club** possui um estatuto que determina número reduzido de sócios, diferenciando-o dos demais clubes de Curitiba.

As festas sociais e os eventos esportivos realizados ao longo de sua história traduzem o status, a elegância e o charme na vida do Graciosa Country Club. São aproximadamente 300 mil m² de área, um campo de golfe, quinze quadras de tênis, um moderno parque aquático e uma Sede Social.” Graciosa Country Club

Aqui conseguimos observar uma grande foco na restrição, onde o número reduzido de sócios é tratado como um diferencial positivo. Sem falar no foco em “status, elegância e charme”, características essas que juntas com a restrição, mostram a real intenção desse texto, destacar que o clube é extremamente elitista desde sempre e que continuará sendo.

Em adição a isso, outro material muito interessante sobre o tema é uma matéria da revista Forbes, intitulada de “Quanto custa ser sócio de 21 dos clubes mais caros do Brasil”. A matéria traz os valores exorbitantes dos títulos de sócios e das mensalidades, assim como a quantidade de indicações necessárias para se tornar membro. Trarei aqui alguns exemplos que exemplificam bem nossos pontos.

Club Athletico Paulistano:

Quem pode se associar: Qualquer pessoa aprovada pela Comissão de Sindicância e Diretoria e indicada por um sócio

Taxa de admissão: R\$ 600 mil

Título/luvas: R\$ 20 mil

Esporte Clube Sírio:

Quem pode se associar: Qualquer pessoa, mas a filiação está sujeita à análise e entrevista com um dos diretores do clube

Título/luvas: R\$ 150 mil

Mensalidade: R\$ 1.297 para casais com filhos menores de idade e R\$ 152 adicionais para dependentes acima de 18 anos

Graciosa Country Club

Quem pode se associar: Qualquer pessoa que conte com a indicação de dez sócios acionistas do clube

Título/luvas: R\$ 320 mil, mais o valor de duas mensalidades para sócios acionistas (R\$ 1.360)

Mensalidade: R\$ 680 para família com dependentes menores de idade. Dependentes de 18 a 24 anos pagam taxa de 20% do valor da mensalidade e, acima dos 25 anos, 35% sobre a mensalidade

O ponto que mais chama a atenção aqui, apesar dos valores exorbitantes, é a necessidade de indicação para além dessa parte financeira. Isso exemplifica muito bem nosso ponto sobre as classes sociais não estarem divididas apenas financeiramente, mas também, fundamentalmente, por diferenças formadas ao longo da vida do indivíduo e na formação de contatos. Por exemplo, uma pessoa de classe mais baixa que ganhou na loteria, porém não possui uma grande quantidade de contatos, não seria elegível para muitos desses clubes. A questão vai muito além de quantidade

de dinheiro.

E para além desse ponto, existem níveis de contato e de poder dentro desses próprios clubes. Para assumir posições administrativas e políticas dentro dessas organizações tão tradicionais, é necessário ter determinada influência em diversos âmbitos. Novamente, essas posições não são decididas apenas pela questão financeira, envolvendo diversos outros fatores, como tradição familiar, contatos políticos e capacidade de transitar em determinados espaços.

Essas organizações têm ligações diretas com a política brasileira, e funcionam como um centro de relação de negócios e formações de contatos para a elite brasileira, desde a socialização de crianças da elite apenas com colegas da mesma classe, até negócios conduzidos dentro desse grupo que acabam tendo uma importância nacional. É tanto um espaço de socialização da elite e de exclusão das outras classes, como uma maneira de conduzir negócios e tomar decisões políticas sem ter que prestar contas.

A normalização desse tipo de grupo, e a ausência de críticas para esses modelos em um âmbito jornalístico geral, também mostra o domínio que essa classe tem sobre a mídia, e com esse domínio, uma grande influência na formação de pensamento geral da nação brasileira. Assim como muitos dos outros comportamentos questionáveis das elites passam impunes, sua formação de grupos também é normalizada e vangloriada.

Enquanto isso, para falarmos de organizações de classes mais baixas, já começamos com uma missão um pouco mais complicada, pois voltando ao conceito de Bourdieu, as classes baixas no Brasil são muito extensas e somando isso com a pressão de um sistema que as divide mais ainda, e com uma falta de estrutura para montagem de algo mais concreto, acabamos ficando com poucos exemplos de grupos práticos. Talvez, as organizações mais diretamente relacionadas a essas classes, sejam grupos como o MTST, ou o MST, ou mesmo sindicatos de determinadas classes, com esses grupos sendo mais ligados a reivindicação de direitos essenciais que não são entregues pelo governo.

Para adentrarmos esse assunto de forma mais completa, utilizarei as próprias informações disponíveis no site do MST e do MTST para realizar essa análise, assim como fiz com os clubes sociais das elites. Para iniciar, vamos observar como o MST e o MTST se intitulam:

“O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um movimento social, de massas, autônomo, que procura articular e organizar os trabalhadores rurais e a sociedade para conquistar a Reforma Agrária e um Projeto Popular para o Brasil.” MST

“O Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), maior movimento social urbano do Brasil desde 1997, organiza a população periférica diante do alto déficit habitacional, reivindicando moradia digna. Com mais de 23 mil unidades entregues, o MTST atua em várias capitais, ocupando terrenos abandonados para pressionar a desapropriação. Enfrentando fake news, o movimento destaca sua atuação solidária durante a pandemia e

busca uma reforma urbana para democratizar o território, combatendo a especulação imobiliária e garantindo infraestrutura na periferia.” MTST

O primeiro ponto que podemos observar quando comparamos os clubes sociais das elites com os movimentos sociais das classes mais baixas, é como os clubes da elite são baseados em manter uma tradição já muito bem estabelecida no país, enquanto os movimentos sociais buscam um rompimento com as ideias desse sistema.

Enquanto um tipo de grupo ajuda e é parte fundamental da manutenção do modelo atual, o outro desafia não apenas as lógicas desse sistema, mas mexe diretamente privilégios de parte da elite, como o acúmulo de terras improdutivas, com isso, esses movimentos sociais acabam reivindicando o mínimo de condições para uma classe que é historicamente oprimida, e também gerando uma esperança para uma possível reforma agrária, que mudaria significativamente a vida de muitos das classes mais baixas.

A partir disso, fica evidente que não é interessante para as elites e para os que se beneficiam desse sistema, que esses grupos sociais ganhem força e notoriedade. A estratégia usada por esses grupos que se incomodam com os movimentos sociais foi bem diversificada ao longo da história, incluindo ataques na mídia, ataques em câmaras de deputados, promulgação de leis que prejudicam os movimentos, e como último recurso, violência armada que gerou diversas mortes para membros dessas organizações.

Para exemplificar isso de forma mais prática, continuaremos utilizando o site do MST, que conta sobre diversos episódios de atuação do governo e das forças policiais contra a organização.

Governo Collor: O governo Collor foi caracterizado por uma forte repressão contra a luta dos Sem Terra. Foi durante o governo do seu vice, Itamar Franco, que foi aprovada a Lei Agrária (Lei 8.629), fazendo com que as propriedades rurais fossem reclassificadas com a regulamentação da Constituição. Essa ação fez com que não existissem mais vieses jurídicos que impossibilitassem as desapropriações. Até 1993, quando foi regulamentada a Lei Agrária, não foi possível realizar desapropriações para este fim.

Governo FHC:

“Embora FHC tenha propagandeado que realizou a maior Reforma Agrária da história do Brasil, seu governo nunca possuiu um projeto de reforma agrária real. Durante os dois mandatos, a maior parte dos assentamentos implantados foi resultado de ocupações de terra. Todavia, o número de assentamentos implantados foi diminuindo ano a ano.

Para garantir as metas da propaganda do governo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário “clonou” assentamentos criados em governos anteriores e governos estaduais, registrando-os como assentamentos novos criados por FHC. Essa tática criou confusão

tamanha que, ao final do seu mandato, nem mesmo o Incra conseguia afirmar quantos assentamentos foram realizados de fato.”

Massacre de Corumbiara:

“No dia 15 de julho de 1995, 514 famílias, lideradas pelo Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Corumbiara (RO), ocuparam a Fazenda Santa Elina, nesse município. No dia 19, por ordem do juiz substituto de Colorado d’Oeste, policiais militares tentaram despejar as famílias, que não aceitaram sair. As reassumir, o juiz titular expediu nova liminar para imediato despejo.

A ação resultou na morte de 2 policiais e 9 Sem Terra, incluindo uma menina de 7 anos de idade. No dia 8 de agosto, 300 policiais militares chegaram à fazenda e montaram acampamento. Os trabalhadores pediram trégua de 72 horas para encontrar uma saída pacífica. No entanto, por volta das 4h do dia seguinte, quando a maioria ainda dormia, invadiram o acampamento, com bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo, disparando para todos os lados. A ação resultou na morte de 2 policiais e 9 Sem Terra. Segundo o laudo do legista, os acampados foram executados com tiros dados pelas costas e a curta distância. Um dos mortos foi uma menina de 7 anos, Vanessa dos Santos Silva, que fugia de mãos dadas com a mãe.”

A partir desses exemplos e da explicação dada no paragrafo anterior, fica claro que o tratamento para essas organizações é historicamente muito violento e reativo, com o governo e as elites sempre tentando atrasar qualquer tipo de progresso desses grupos sociais. Uma dúvida que pode ficar, porém, é: como um grupo de classe mais baixa, que luta pelos direitos dessa classe, muitas vezes não tem um apoio da maioria das pessoas perto de sua própria realidade social? Porque esses movimentos sociais não mais fortes no Brasil? Ainda mais em um país que tem uma classe baixa tão populosa e que necessita tanto grandes avanços sociais e econômicos.

A primeira resposta para isso, talvez mais simples, vem da própria coesão de ideias, ponto comentando por Bourdieu, que explica que quanto mais extensa e mais popular a classe social, menor tende a ser o alinhamento de ideias, e enquanto mais restrita e exclusiva, maior a coesão.

Porém, para além disso, poderíamos concordar que essas diversas ideias das classes baixas, ou diferentes opiniões, se fosse o caso, teriam algum ponto em comum em um sentido de reivindicações gerais, porém, isso por muitas vezes não acontece, com esses grupos como o MST e o MTST sendo algumas das poucas organizações práticas de classes mais baixas. A explicação para isso, vem a partir do controle da mídia, um ponto que tocamos aqui muitas vezes, mas que agora temos um exemplo mais prático para podermos nos aprofundar.

Existe uma grande pressão histórica na mídia e na fala de diversas figuras de autoridade para tratar os movimentos sociais como grupos de marginais ou de bandidos, nos mais diversos âmbitos, como jornais escritos, programas de TV, falas em congresso e etc. A partir disso, muitas

peças das próprias classes mais baixas acabam comprando essa ideia, pois essa imagem que a mídia propõe não só dos movimentos sociais, mas também de tudo que está relacionado a eles, ou está supostamente relacionada, é a imagem principal que será passada para o indivíduo brasileiro durante toda sua vida, afinal, grande parte dos veículos de notícia e a maior parte dos políticos, vão desenhar uma imagem muito negativa desses grupos sociais, algo que acaba sendo muito difícil de ser desconstruído, independente da classe que você faz parte.

Para entendermos isso ainda mais a fundo, é só voltarmos para a discussão sobre a ideia que é passada sobre o sistema, também divulgada de forma ampla desde que o indivíduo se entende como gente, que vende uma ideia de um sistema baseado em uma meritocracia. Esse fator torna ainda mais possível que mesmo alguém de classe baixa, que dispõe de uma moradia, encare alguém, ou um grupo de pessoas sem moradia, como pessoas que mereceram estar naquela situação, ou que deliberadamente optaram pelo “caminho mais fácil” de não trabalhar. A situação fica ainda mais complicada, quando a mídia, retrata esses grupos como invasores, vagabundos ou criminosos, e como ameaça iminente para qualquer um que tenha uma casa.

É importante lembrar que essa reação de parte das classes mais baixas não acontece simplesmente por má intenção, ou egoísmo, mas principalmente por uma pressão sistêmica que ocorre desde que nos entendemos como indivíduos. A quebra com as ideias desse modelo são muito difíceis, porém organizações como o MST e o MTST propõem alternativas muito válidas, tanto para pessoas que necessitam de moradia, quanto para pessoas que desejam quebrar com as lógicas desse sistema.

No próximo capítulo também detalharemos os avanços desses movimentos sociais com a entrada do governo Lula, que permitiu a conquista de vários dos direitos clamados por essas organizações e seus membros. Por essa razão, esse foi o exemplo de formação de grupo prático que menos falamos nesse momento, exatamente para posteriormente relacionarmos esses movimentos mais diretamente com o governo Lula e com o lulismo em si.

Porém, ainda é importante ressaltar que os pontos trazidos a partir de relatos e fontes sobre a perseguição política, feita tanto pela mídia, quanto pelos governos anteriores e posteriores ao de Lula, são fundamentais para entendermos como os grupos das classes mais baixas são historicamente tratados no Brasil, e para além disso, observarmos as diferenças de formação e de percepção da sociedade, ao compararmos os grupos de classes mais baixas com os grupos da elite.

Isso fica ainda mais claro, quando voltamos a um dos conceitos anteriores, sobre atividades das classes altas serem desejáveis e elogiáveis, e atividades das classes baixas serem criticadas e associadas a comportamento nocivo. Os grupos e organizações claramente funcionam a partir da mesma lógica, onde existe todo um mecanismo do sistema voltada para tratar clubes de elite como algo usual e de direito, e organizações de classes mais baixas como problemáticas. Enquanto classes altas que montam grupos elitistas e excludentes são acariciadas e se tornam braços do

governo, organizações de classes baixas que requisitam direitos básicos são sufocadas e tratadas como criminosas.

Outro padrão de grupo extremamente presente no Brasil e muito em evidencia hoje em dia, são o sistema de Igrejas Evangélicas. Falaremos sobre as Igrejas maiores, com grandes templos, e pastores que são figuras públicas de alguma forma. Esse tipo de grupo é extremamente complicado de ser entendido, e para abordarmos essa questão de maneira mais completa, nos utilizaremos de alguns gráficos e artigos sobre o tema. O primeiro gráfico, mais geral, mostrará a ascensão da religião evangélica no Brasil, em comparação com a religião católica. Ele aborda um longo período de tempo, com o objetivo de mostrar quão forte esse movimento tem se tornado ao longo das últimas décadas.

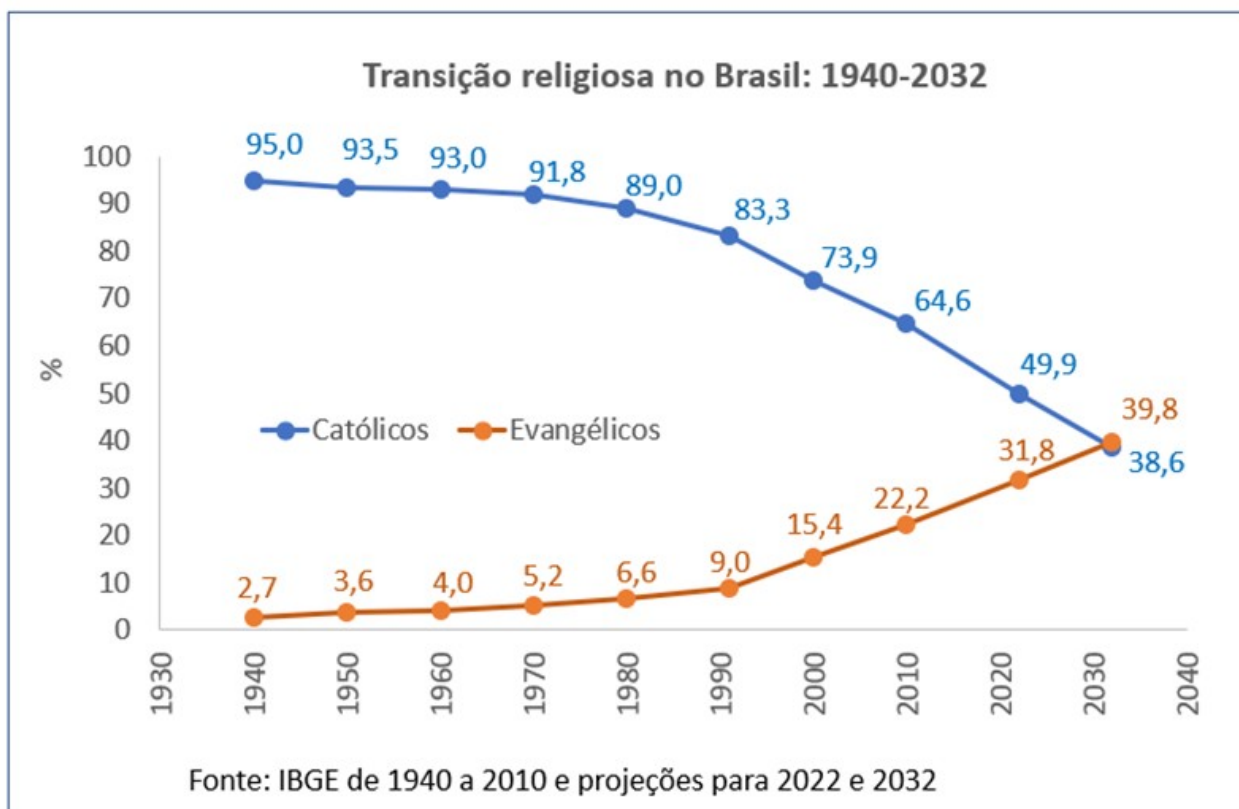


Figura 11: Transição religiosa no Brasil

Como podemos ver pelos números da figura 11, a religião evangélica não foi uma das principais religiões do Brasil durante muito tempo, porém sua ascensão foi extremamente rápida e poderosa, chegando a diminuir consideravelmente a porcentagem de católicos nas últimas décadas, a religião que é historicamente a mais popular do Brasil, desde muito tempo. É interessante perceber, que por mais que o gráfico seja de 2010, suas projeções para 2020 acabaram ficando muito a par da realidade, com os principais órgãos de pesquisa indicando a porcentagem de católicos em cerca de 30%, na época de realização desse trabalho. Com isso dito, é muito válido considerarmos a possibilidade de que até meados da década de 2030, a religião evangélica se torne a mais popular do Brasil. Para entendermos esse processo histórico e suas relações com nosso trabalho sobre grupos sociais, nos utilizaremos de alguns artigos mais detalhados sobre o avanço das igrejas evangélicas.

O primeiro ponto para compreendermos a dinâmica das igrejas evangélicas no Brasil é a separação entre religiões evangélicas não pentecostais, pentecostais e neopentecostais. Essa separação muitas vezes não é comentada o suficiente, tanto pela mídia, quanto por pesquisas e por meios acadêmicos, especialmente quando falamos sobre a separação dos pentecostais e neopentecostais. Porém, após um tempo de pesquisa, percebemos que era fundamental explicar

essa divisão, tanto por algumas diferenças em seus sistemas, quanto pela reputação que muitas igrejas acabam levando injustamente. Para isso, analisaremos a origem de cada um desses tipos de igrejas, levando em conta seus modelos e sua reputação, para posteriormente entendermos o peso de cada uma para a sociedade brasileira, e onde cada uma se encaixa como grupo no espaço de relações.

As igrejas pentecostais estão presentes no Brasil desde o início do século XX, sendo uma das principais e mais populares religiões de matriz cristã no Brasil desde sua chegada no país.

A igreja neopentecostal, por sua vez, é bem mais recente, com as primeiras organizações sendo formadas na segunda metade do século XX, com seu primeiro e principal expoente sendo a famosa Igreja Universal do Reino de Deus. Porém, hoje em dia existe um grande problema na diferenciação das igrejas pentecostais e neopentecostais, especialmente quando falamos sobre as práticas que ocorrem dentro dessas organizações, pois após o sucesso de determinados costumes com o surgimento das igrejas neopentecostais, começamos a ver muitas igrejas pentecostais assumirem modelos semelhantes. As maiores diferenças, porém, vem realmente com os grupos não pentecostais, como as igrejas batistas, também muito presentes no Brasil.

Para começarmos a entender as diferenças entre as igrejas pentecostais e as não pentecostais, o primeiro passo é entender o tipo de resultado prometido a partir da sua fé e devoção. Enquanto muitas religiões cristãs oferecem em primeiro lugar a salvação e o próprio contato com Deus como resultados, assim como a igreja batista, as pentecostais e neopentecostais prometem também resultados na vida pessoal e financeira junto com esses outros quesitos. As diferenças de classe social do público-alvo de cada tipo de igreja evangélica ficam evidente a partir desse ponto, especialmente quando falamos de um país que tem tantos problemas sociais e financeiros.

Enquanto grupos pentecostais têm como seu maior expoentes pessoas de classe baixa, grande parte das igrejas batistas, por exemplo, tem um público de uma condição financeira superior. Ou seja, quanto mais alta for a classe do indivíduo, maior a chance dele pertencer a uma igreja não pentecostal, e proporcionalmente, quanto mais difícil a condição social e financeira do indivíduo, maior é a chance dele pertencer a uma igreja pentecostal ou neopentecostal.

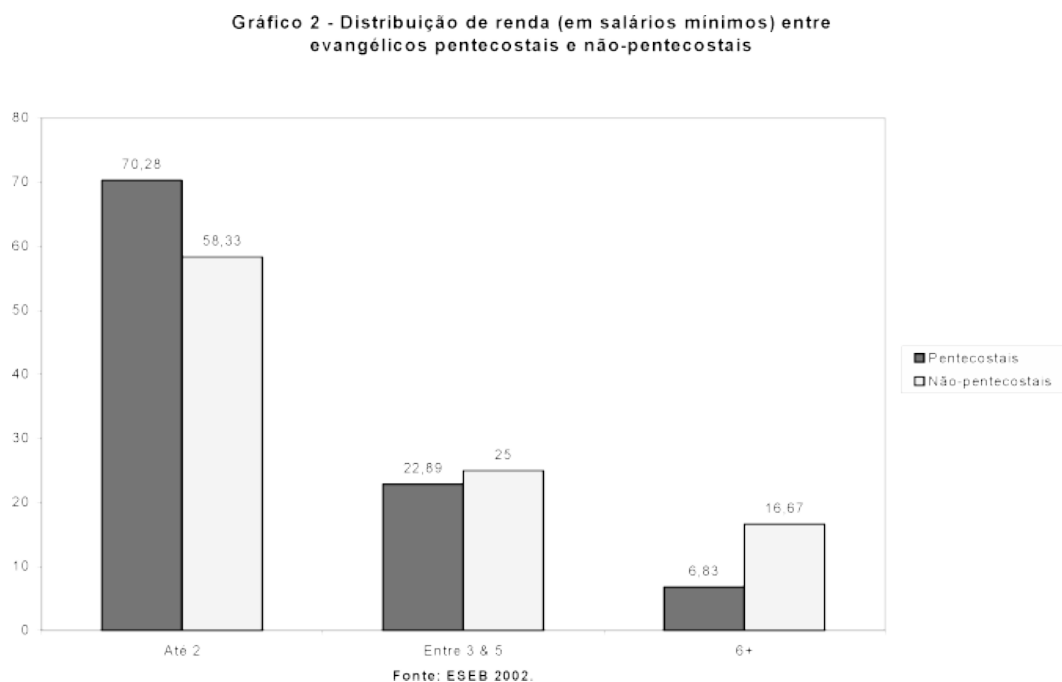
A ideia aqui é bem simples, pessoas em uma classe social mais baixa, que tem mais necessidades financeiras e sociais acabam sendo muito seduzidas pelas promessas das igrejas pentecostais, e para além disso, toda a propaganda feita por esse tipo de organização tem como objetivo atingir esse demográfico da população, enquanto igrejas com práticas religiosas mais tradicionais e mais presentes em bairros de classes mais altas, são mais frequentadas por pessoas com uma condição financeira superior.

É importante ressaltar também, que devido a grande popularidade das igrejas pentecostais, a estatística geral das igrejas evangélicas é de uma maior frequência de pessoas de classe mais

baixa, como explica um artigo sobre o tema, em (Bohn, 2004):

“Enquanto 70.3% dos membros das denominações pentecostais recebem mensalmente, no máximo, dois salários mínimos, entre os fiéis das religiões não-pentecostais essa proporção é de 58.3%. O contraste maior entre os dois grupos aparece na porcentagem de pessoas mais abastadas. Entre os pentecostais, essa proporção é de 6.8%; já entre os não-pentecostais, chega a 16.7%. Em ambos os grupos, há uma relação linear negativa entre renda e religião: quanto maior a renda mensal, menor a probabilidade de uma pessoa ser evangélica; no entanto, se um indivíduo com uma renda elevada optar pela confissão evangélica, a probabilidade de ele ser membro de uma religião não-pentecostal é maior do que ele ser um fiel das denominações pentecostais”

Essa diferença entre classes a cada tipo de igreja evangélica, também fica clara a partir desse gráfico, na figura 12:



Fonte: ESEB, 2002

Figura 12: Distribuição de renda evangélicos

Ressaltando, esse assunto é extremamente complicado e entraremos nele somente o suficiente para entendermos parte de como esse grupo se organiza e se encaixa na disposição do espaço social brasileiro. Esse tema é alvo de trabalhos e artigos inteiros, e pode ser trabalhado de forma muito mais completa e extensa.

Esse exercício tem o objetivo de demonstrar que esse tipo de grupo, especialmente quando falamos das igrejas pentecostais e neopentecostais, acabam tendo uma diferença fundamental se comparado com os outros que comentamos anteriormente, relacionadas a clubes de elite ou a organizações como o MTST.

A grande diferença aqui está no chamado “porta-voz” do grupo, ou nesse caso porta-vozes.

No caso de muitas Igrejas evangélicas, o pastor e as pessoas com interesses nas igrejas, não são necessariamente um representante da própria classe dos frequentadores ou da real condição daquele grupo, mas estarão, na realidade, ajudando aquele grupo em determinados aspectos, com um objetivo próprio ou em serviço de outra classe.

Obviamente que a condição média de um pastor no Brasil não é comparável com a das grandes figuras públicas dessa área, como Edir Macedo e Valdomiro Santiago, mas é importante ressaltar que se compararmos o salário médio do pastor no Brasil, existe sim uma diferença muito grande com a condição do evangélico médio brasileiro para esses líderes, e para além disso, é relevante lembrar que muitos desses pastores estão a serviço de igrejas maiores, ou mesmo outras organizações. O ponto aqui também não é apenas financeiro, mas diz respeito a outros tipos de favorecimento e formação de contatos, como por exemplo, a entrada de muitos desses pastores na política, a partir da relação deles com outros pastores que já são figuras públicas.

Esse modelo pentecostal se utiliza dos inúmeros problemas dessa classe mais baixa para realizar um tipo de manipulação, cedendo o mínimo de condições e com isso condicionando parte do grupo a fazer suas vontades e trabalhar para seu interesse. Esse tipo de formação de grupo funciona como uma via de mão dupla com o sistema, pois essas igrejas funcionam se aproveitando das brechas e das lacunas do descaso com classes mais baixas, porém ao mesmo tempo, mantendo muito fortemente a lógica desse modelo, pois coloca todo um grupo de pessoas a serviço de alguém que é da classe mais alta ou que trabalha a favor dela. Acaba sendo algo até paradoxal quando pensamos a fundo, pois na realidade, essa pessoa de classe mais baixa muitas vezes está nessa situação por um descaso do sistema, mas quando a igreja vem e a resgata minimamente, ela acaba muitas vezes se tornando condicionada a apoiar esse mesmo sistema que a condenou em primeiro lugar. Essas mínimas condições que as igrejas dão, deveriam na realidade ser dadas a todos pelo governo, e na prática, só são feitas por esse tipo de organização, não por caridade, mas muitas vezes pelo dinheiro feito nesse modelo, e/ou pelos favorecimentos que estão sendo recebidos de cima.

Esse tipo de grupo foi uma maneira que parte da elite achou para atrair apoiadores para seus interesses, mesmo que esse apoio na prática não faça sentido algum. Grande parte dos frequentadores nem sabe porque estão apoiando determinado sistema ou determinado político, mas acabam o fazendo, pois o pastor que requisitou isso, além de representar sua fé, também arrumou empregos e ajudou diversos membros da igreja. Esse tipo de grupo só cresce no Brasil, pois se retroalimenta e funciona a partir da exploração das classes mais baixas, algo que o sistema brasileiro é desenhado para fazer desde que foi criado.

É importante ressaltar que existem muitos frequentadores dessas igrejas no Brasil que não seguem cegamente um pastor, ou o porta-voz de seu grupo, tendo senso crítico e sabendo separar suas opiniões políticas de sua religião, por exemplo. E que também existem igrejas evangélicas que não participam desse sistema, sendo realmente focadas em ajudar indivíduos e no desenvolvimento da fé.

Porém, o ponto aqui, é que existem muitos casos de manipulação política a partir da religião evangélica, e que esse tipo de dinâmica vem ficando cada vez mais comum, sendo hoje em dia, um ponto de apoio extremamente relevante para a manutenção do sistema brasileiro. Esse é um ótimo exemplo de como um grupo formado majoritariamente por uma classe social pode, na realidade, servir aos interesses de outra classe, mostrando quão complexas podem ser as dinâmicas do espaço de relações.

A partir disso, volto a trazer outro trecho de Bourdieu, que serve para contribuir com os significados de relação nesses grupos e em sua própria formação (2015, p.142):

“Se as relações de força objetivas tendem a reproduzir-se nas visões do mundo social que contribuem para a permanência dessas relações, é porque os princípios estruturantes da visão do mundo radicam nas estruturas objetivas do mundo social e porque as relações de força estão sempre presentes nas consciências em forma de categoria de percepção dessas realidades.”

Ou seja, as relações de classe que nos são passadas, de forma consciente e inconsciente, acabam aparecendo e muito em formações de grupos e organizações práticas ao longo da nossa vivência. E essa dinâmica do dia a dia, de privilégio, domínio, ou falta desses, também ocorre nas relações dentro de organizações concretas e mesmo na formação e na aceitação desses grupos.

A conclusão aqui é que no Brasil, grupos entre pessoas de classes mais altas tendem a surgir com muito mais frequência e com uma aceitação e prestígio social muito maior, devido tanto a estrutura das classes mais altas, quanto a uma linha de pensamento mais similar, devido à exclusividade dessa classe. Enquanto isso, grupos entre pessoas de classes mais baixas são muito menos propensos de ocorrer, devido a falta dessa estrutura e falta de um entendimento maior de sua classe. Somado a isso, os poucos grupos que existem acabam em sua maioria tendo a ver com reivindicação de direitos, e são tratados de forma quase criminosas muitas vezes, como também são

diversos comportamentos dessa classe. Comportamentos esses, que muitas vezes são, na realidade, consequências da ação desse sistema, e que acabam sendo colocados como condições inerentes a aqueles de classe mais baixa, e não como algo situacional.

Voltando ao conceito de Bourdieu, fica claro que as formações de grupos e organizações no espaço de relações são completamente pautadas nas características que estabelecemos sobre o espaço social e suas classes. Ou seja, os benefícios e malefícios ligados a determinada classe social, acabam se traduzindo de forma quase direta para a organização de seus grupos práticos.

Creio que agora temos uma definição melhor das classes sociais no espaço social, e também sobre a formação de grupos e organizações em um sentido mais prático, com tudo isso nos ajudando a compreender como ocorrem as dinâmicas dentro das classes sociais no Brasil e a relação entre cada classe. Com isso já mais bem definido, podemos falar de maneira mais aprofundada sobre o Governo Lula e sua relação com as classes sociais brasileiras.

CAPÍTULO 3: GOVERNO LULA E O MITO DA GRANDE CLASSE MÉDIA

Nesse capítulo discutiremos sobre o governo Lula e suas políticas econômicas e sociais de maneira mais aprofundada, com o objetivo de compreender qual foi seu impacto em relação as classes sociais brasileiras, buscando chegar ao nosso objetivo de pesquisa, entender se houve, durante esse período, a formação de uma nova classe na sociedade brasileira, localizada entre as classes mais baixas e a classe média.

3.1. Governo Lula e suas medidas políticas e socioeconômicas

Voltando a nossa ordem cronológica, retomamos aqui ao ano de 2003, ano onde Luiz Inácio Lula da Silva assume como presidente do Brasil. Após ter grande relevância como Sindicalista, ser participante ativo do movimento “Diretas Já” e ajudar a construir a constituição de 1988, Lula conseguia após três eleições perdidas, chegar ao cargo que tanto almejava. Nesse período, seu partido, o PT também avançou muito e teve grande sucesso nas eleições de 2002, se tornando o partido com mais representantes na câmara dos deputados, e para além disso, formando alianças com outros partidos fortes no congresso, como o PL.

O novo presidente entrava no cargo com um grande apoio popular, após uma votação muito expressiva, ganhando com mais de 60% dos votos. E mais expressivo que esse apoio popular, que já era um tanto esperado, são os números de uma pesquisa sobre o otimismo dos empresários brasileiros sobre o Governo Lula, feita no final de 2002. A pesquisa da FIESP, destaca que em dezembro de 2002, 69% dos empresários brasileiros tinham boas perspectivas em relação ao Governo Lula, mostrando a ascensão e o sucesso do projeto Lulista, no sentido de conciliação e de “acertar o terreno” para que fosse possível governar da maneira desejada. Essa aceitação, tanto de uma classe mais baixa, quanto de uma classe média e alta, assim como uma situação favorável no congresso, desenhavam um cenário muito positivo para o início de um

mandato presidencial e permitiam ao novo presidente, uma autonomia para implementar suas ideias.

Porém, Lula entendeu que esse otimismo inicial, precisava ser garantido não apenas em questão de ideias, mas de ações reais de gestão. O primeiro ano do Governo Lula é muito marcado por uma política mais segura, em um sentido econômico, garantindo para os empresários e para as elites, que não haveriam mudanças drásticas que os prejudicariam diretamente. Entre essas medidas, estão as nomeações de ministros já consolidados no cenário econômico brasileiro e internacional, como Henrique Meireles, ex presidente do Bank Boston, nos Estados Unidos e a manutenção de diversas medidas econômicas do governo FHC. Essas ações garantiram a confiança do mercado internacional em Lula, e também um maior apoio dos outros partidos brasileiros no presidente.

A partir dessas medidas que garantiam uma segurança ao governar, Lula pode começar a implementar suas ideias, aquelas mesmas que já havíamos visto quando o petista começou a crescer na vida política, os programas Fome Zero e Bolsa Família, implementados respectivamente em 2003 e 2004, foram os primeiros projetos de grande expressão que indicavam ideias novas para o sistema brasileiro.

Ambos os programas tinham como foco as classes mais baixas, e buscavam solucionar problemas históricos brasileiros que vinham sendo tratados com descaso pelos últimos presidentes. Apesar da implementação de alguns programas sociais interessantes no Governo FHC, por exemplo, nenhum dos projetos daquela época tinha a dimensão e o investimento que os novos programas tinham. O PROUNI, outro programa criado no primeiro mandato do Governo Lula, tinha como objetivo dar bolsas de estudo para graduações de ensino superior privado em todo Brasil, e junto com esse projeto, veio a criação de diversas novas Universidades Federais. Esses primeiros projetos, não buscavam apenas o resgate e a melhora da qualidade de vida de uma classe mais baixa, mas também a incorporação dessas pessoas no próprio capitalismo.

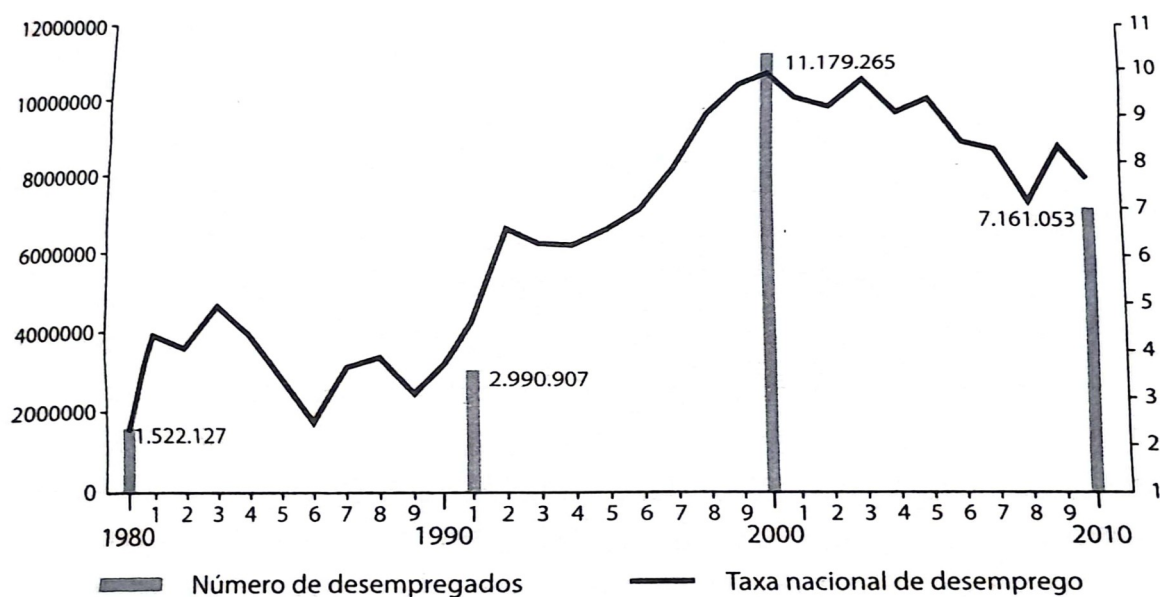
Quando observamos os projetos econômicos em conjunto com os projetos sociais, observamos que a ideia principal do Governo, era que essa classe mais baixa, melhorasse sua condição de vida e seu poder de compra, para que pudesse também ser parte integral do capitalismo brasileiro.

Essa noção é relativamente simples de ser compreendida, afinal, se um país tem uma classe baixa que vive uma situação tão complicada, onde a gigantesca maior parte do consumo econômico é alimentar, e muitas vezes até isso se torna difícil, essa classe não integra de maneira quase alguma o sistema econômico, pois não consegue consumir de maneira satisfatória para o modelo capitalista. Porém, a partir do momento que essa classe baixa tem algum tipo de estrutura, e um poder de compra que permite a ela, comprar um eletrodoméstico, por exemplo, essas pessoas que estão consumindo, passam a ajudar o desenvolvimento econômico do país, e mais que isso, ao

consumirem, por exemplo, no comércio local de seus bairros, ajudam o comércio a se desenvolver, que logo se tornar capaz de empregar um número maior de pessoas, assim ajudando na luta contra o desemprego e gerando mais capital para o próprio país.

Essa noção pode parecer até simplista se colocada dessa maneira, porém, é exatamente a partir desses princípios que as últimas estruturas do capitalismo tem funcionado. A partir de números e dados das figuras a seguir, é possível ver que a partir do desenvolvimento desses projetos sociais, que garantiam uma melhor qualidade de vida e um poder de compra um pouco maior para a população mais pobre, a economia brasileira cresceu e o desemprego caiu. Não apenas nas classes mais baixas, mas sim no país como um todo, com os empresários de classe média e os donos de pequenos negócios, por exemplo, se beneficiando com o maior poder de compra da população e a formação de mais profissionais.

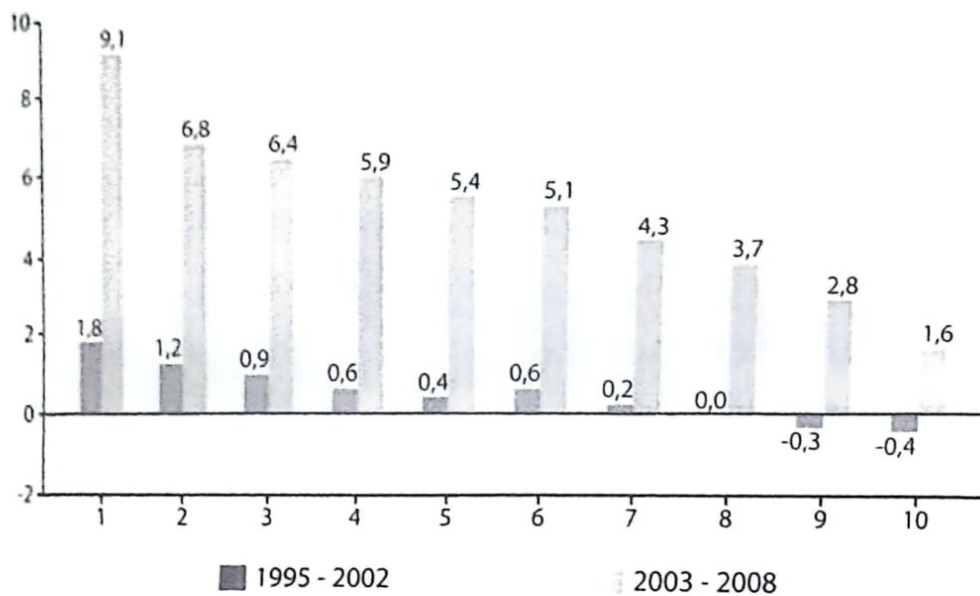
Figura 3.9 – Brasil: evolução da taxa nacional de desemprego (em %) e do número de desempregados em anos selecionados



POCHMANN, 2014

Figura 13: Evolução da taxa nacional de desemprego

Figura 3.11 – Brasil: variação do rendimento médio mensal real familiar *per capita* por decil de 1995 a 2002 e de 2003 a 2008 (em %)



Fonte: IBGE/PNAD (elaboração do autor)

CS Digitalizado com CamScanner

Figura 1: Fonte: POCHMANN, 2014
 Figura 14: Rendimento mensal familiar

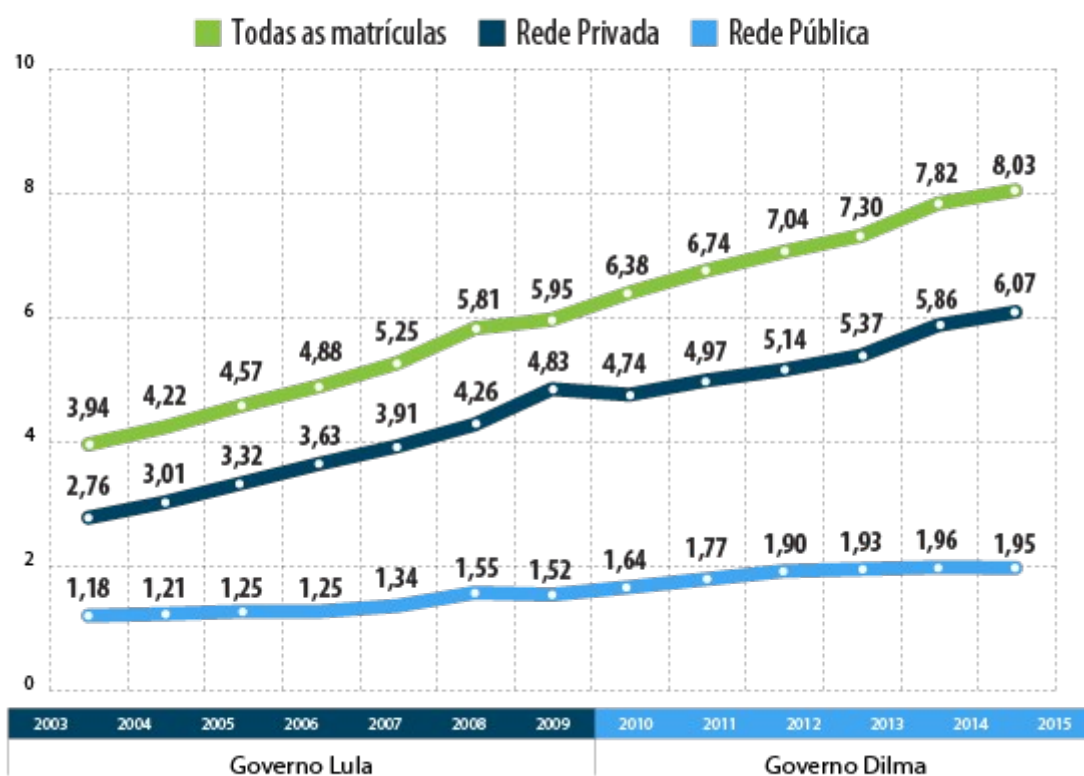
Ambas as imagens, figura 13 e 14, do livro “O mito da grande classe média”, de Márcio Pochmann, destacam os avanços sociais que ocorreram durante o Brasil nesse período, por resultado direto das políticas do governo Lula, com o autor colocando que a queda significativa do desemprego era um resultado claro das medidas econômicas e sociais na geração de emprego especialmente do trabalhador de classe média e baixa. E graças a essas políticas, conseguimos no segundo gráfico, observar um aumento significativo no rendimento médio da família brasileira, que ainda é mais aprofundado posteriormente pelo autor, como um avanço especialmente na base da pirâmide em (p.97, 2014):

“Em decorrência do papel ativo das políticas públicas, especialmente dos programas de garantia de renda fortalecidos mais recentemente, o rendimento médio familiar per capita no topo da distribuição de renda (entre os 10% mais ricos) cresceu 1,6%, em média, entre 2003 e 2008, enquanto o rendimento médio familiar per capita na base da distribuição de renda (entre os 10% mais pobres) cresceu 9,1% no ano.”

Esses dados, especialmente em relação ao rendimento mensal, são muito interessantes de serem analisados por diversas razões. O primeiro ponto a ser destacado, é o trazido pelo autor, mostrando que esse aumento do rendimento, diferente de outros momentos históricos, não é alavancado apenas por uma injeção financeira exterior, ou um aumento da renda dos mais ricos, muito pelo contrário, esse aumento ocorre, em sua maioria, devido a projetos bem-sucedidos pelo próprio governo brasileiro e pelo aumento da produção da população, e abrange em especial as classes mais baixas, que eram as mais necessitadas. Para além disso, esses números mostram que apesar do rendimento da classe mais baixa ser maior, as classes mais altas também aumentaram seu rendimento, mesmo que em menor medida, ou seja, vemos nesse período, um avanço na luta contra a desigualdade, ao mesmo tempo um projeto muito bem-sucedido economicamente.

Outro aspecto já comentado para esse avanço na economia e parte fundamental do projeto do PT, foi o grande investimento em universidades, tanto públicas quanto em parcerias privadas, garantindo uma maior qualificação do trabalho e buscando uma possibilidade de ascensão na sociedade a partir dos estudos.

Mais vagas para estudantes nas universidades públicas e privadas



Fonte: INEP/Censup

Figura 15: Matrículas Governo Lula e Dilma

Esse gráfico, da figura 15, mostra em milhões, a quantidade de jovens brasileiros matriculados em Universidades, ao longo dos anos do governo do PT, tanto na âmbito público quanto privado. Podemos observar o grande crescimento de matrículas durante o primeiro mandato do governo, algo que foi resultado direto do investimento no ensino superior, tanto na construção de universidades públicas quanto com a consolidação do PROUNI.

O sucesso da maior parte desses programas sociais e economicos no primeiro mandato presidencial de Lula, pareciam garantir um grande favoritismo nas eleições de 2006, onde ele tentaria a reeleição. Porém, em 2005, um ano antes das eleições, o escândalo do mensalão foi denunciado. O mensalão seria uma espécie de pagamento mensal que garantiria que os deputados votassem em favor do governo nos projetos propostos, um esquema que misturava dinheiro de

empresas estatais, empresas privadas e fundos de pensão. Lula não foi diretamente afetado por esse evento, pois não havia nenhuma prova que o ligasse ao esquema. Porém, diversos membros da alta cúpula do PT tiveram envolvimento confirmado e foram condenados, como os então ministros José Genuíno e José Dirceu, que eram cotados para serem sucessores de Lula, se esse conseguisse a reeleição. Políticos de diversos partidos tiveram envolvimento e foram condenados durante esse processo, porém, a participação direta do PT em um esquema de corrupção foi o ponto de discussão principal, gerando a primeira crise do Governo Lula e deixando parte da base de apoio do partido muito decepcionada.

Todavia, a falta de provas contra Lula e o crescimento econômico e social do Brasil, ainda garantiam o favoritismo petista para as eleições de 2006, mesmo agora lidando com algumas ressalvas de parte da sua própria base de apoio, e com o partido perdendo um pouco do chamado “pé fora”, estando demasiadamente envolvido com outros partidos políticos. O entendimento geral, é que Lula ainda era a melhor opção para a presidência do país, mas que o PT estava se transformando em um partido bem tradicional, perdendo aquele brilho de eleições anteriores.

A eleição de 2006 seria novamente PT contra PSDB, com Lula enfrentando Geraldo Alckmin, que vinha de um governo considerado bom em SP. As eleições foram bem esvaziadas em relação a candidatos relevantes, com um embate claro entre Lula e Alckmin, onde o petista buscava ressaltar os aspectos positivos de seu governo, e o tucano buscava mais o confronto, trazendo a tona as acusações do mensalão e o possível envolvimento de Lula.

No primeiro turno, porém, a estratégia de Lula acabou sendo bem equivocada e um tanto controversa, pois o presidente não foi aos debates da TV e tentou conduzir sua reeleição a partir do seu favoritismo nas pesquisas, não dando espaço para tanta discussão de projetos, algo muito similar a postura de FHC nas eleições de 1998, postura essa que foi extremamente criticada pelo próprio Lula naquele momento histórico. O resultado dessas ações foram uma votação muito mais apertada do que o esperado, com Lula fechando o primeiro turno com cerca de 46% dos votos, enquanto Alckmin vinha logo atrás, com 41%. As expectativas do PT eram de uma eleição em primeiro turno, e quando isso não ocorreu, a estratégia teve que ser revista.

A postura de Lula acabou sendo consideravelmente melhor no segundo turno, onde ele participou dos debates e se mostrou aberto para discutir projetos e ideias em entrevistas com a mídia. Com isso, mesmo após um primeiro turno muito equivocado, e um segundo turno marcado por debates tensos e agressivos com Alckmin, Lula conseguiu se eleger em uma votação relativamente tranquila, conseguindo cerca de 60% dos votos.

Esse final do primeiro mandato do Lula e a própria eleição, porém, acabaram por mostrar alguns dos primeiros problemas políticos mais graves do PT. O partido parecia um pouco distante de sua ideia inicial, que buscava maior conexão com as classes baixas e uma postura diferente dos outros partidos do congresso. O escândalo do mensalão, mostrava que o partido havia se envolvido

demais com o congresso, e parecia esquecer o intuito de sua criação. Lula, por sua vez, conseguia se distanciar da maior parte dessas críticas, seguindo com popularidade alta devido a seus projetos muito bem-sucedidos e sua comprovada não participação nos escândalos, porém, sua postura durante as eleições também levantou questionamentos de parte de sua base popular, que consideravam que ele deveria ter tido a postura do 2º turno durante todo o processo eleitoral.

Apesar do grande sucesso do projeto social e econômico de Lula e do PT, começamos a ver nesse momento, alguns sinais de problemas políticos dentro do partido, principalmente em relação a sua ligação com o congresso. A sensação era que parte do partido achava que o PT poderia se tornar um partido tradicional da política brasileira.

Passando por esse momento mais turbulento, o segundo mandato de Lula é considerado como ótimo em relação a consolidação de seus projetos, a continuação do crescimento econômico e a expansão das relações exteriores.

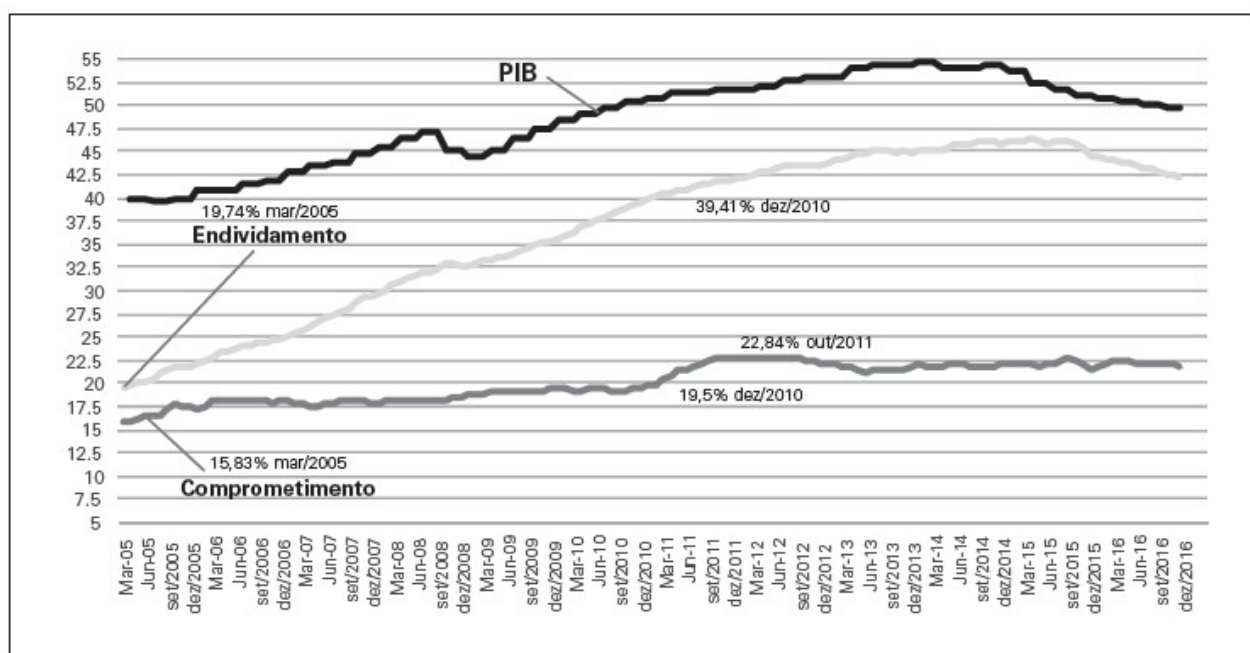
Mesmo com a crise mundial de 2008, o governo manteve uma postura firme e garantiu que a população brasileira não fosse afetada diretamente. Lula foi muito elogiado durante esse momento histórico, pois ao se deparar com uma situação extremamente complicada e de proporções globais, optou pela manutenção de seu projeto, demonstrando grandes convicções nas suas ideias e em sua equipe econômica. Um dos discursos do presidente sobre essa crise é muito marcante, tanto pelo aspecto de traduzir conceitos econômicos para um linguajar mais popular, quanto pela propriedade na qual Lula falava sobre o assunto.

“Se você está com dívidas, procure antes equilibrar seu orçamento. Mas se tem um dinheirinho no bolso ou recebeu o décimo terceiro, e está querendo comprar uma geladeira, um fogão ou trocar de carro, não frustre seu sonho, com medo do futuro [...] Se você não comprar, o comércio não vende. E se a loja não vender, não fará novas encomendas à fábrica. E aí a fábrica produzirá menos e, a médio prazo, o seu emprego poderá estar em risco.”

A partir desse discurso, entendemos não apenas parte do projeto econômico brasileiro, baseado no consumo para fortalecimento do mercado interno, mas também outro aspecto muito destacado por Lula, e que já comentamos nesse trabalho, a questão da dignidade.

Para uma classe baixa, que passou a maior parte da vida sem conseguir comprar produtos decentes, tendo como foi dito, uma certa vergonha, no “ser pobre”, no não poder ter as coisas vistas em comerciais, em produtos não serem feitos para seu consumo, e terem que assistir as classes médias e altas tratarem esses utensílios que facilitariam sua vida ou lhes daria mais conforto, como uma coisa normal do dia a dia. Para essa classe, é sim, muito importante poder consumir e poder possuir um fogão, uma máquina de lavar, uma televisão. É importante entender, que para além do projeto econômico, esse aspecto da dignidade é essencial para o projeto de Lula, essencial para que as classes baixas possam ter o mínimo de condições e de suas reivindicações históricas atendidas. O que parece não ser compreendido muitas vezes, é que o projeto de Lula e

do PT, só funciona pois ele atende demandas históricas de uma classe baixa muito mal tratada, e que se o projeto econômico e social se “aproveitasse dos pobres”, como é uma opinião comum, a classe baixa não daria tanto apoio ao governo, e principalmente, a vida das pessoas dessa classe não teriam melhorado da maneira que melhorou.



Fonte: SICSU, 2019

Figura 16: Endividamento Governo Lula

É muito comum também ouvirmos o argumento de que “os endividamentos cresceram muito durante o segundo mandato do governo Lula”, e de fato, isso é uma crítica válida, pois segundo dados do banco central e do IBGE, vemos na figura 16, que de 2005 até 2010 com a maior oferta de crédito para a população, o endividamento cresceu, indo de 20% de endividamento em relação ao PIB para 40%, houve aumento especialmente entre pessoas da classe C. Porém, também é importante ressaltar que a porcentagem da renda mensal para pagamento das dívidas seguiu muito similar, subindo minimamente, de 15,8% para 19,5%, em relação ao rendimento mensal da família. Isso significa que, em geral, pessoas de classes mais baixas contraíram sim mais dívidas, o que não é positivo, porém, elas também mantiveram um pagamento mensal, em porcentagem, muito similar dessas dívidas, mostrando que sua renda mensal média cresceu, pois mesmo com mais dívidas, uma porcentagem muito similar da renda era utilizada para o pagamento dessas pendências. Enquanto em relação a inadimplência, não vimos aumentos significativos durante o período do governo Lula, mesmo com o aumento das dívidas.

Existe uma noção muito errada em questão a dívidas, onde muitos entendem que onde existe dívida, existe problema. Na realidade, é necessário olhar para além dos números brutos, e saber onde criticar, afinal, existem países com sistemas muito funcionais que tem populações extremamente endividadas. Por exemplo, segundo o FMI, o endividamento auge do Governo Lula, de 40% em relação ao PIB, é pífio, se comparado aos 80% dos EUA, ou os 120,7% da Dinamarca na mesma época. Porém, o tempo para pagar essas dívidas e a taxa de juros tem que entrar em consideração, isso fica claro quando vemos que os EUA, por exemplo, apesar de um endividamento de 80% do PIB, tem sua população dedicando apenas 10% da sua renda mensal para pagar dívidas, mostrando, provavelmente, que existe uma maior flexibilidade no pagamento dessas dívidas no país.

Não que não possam existir críticas sobre o endividamento durante o segundo mandato de Lula, porém, tratar o governo como sinônimo de um período onde a população brasileira se endividou mais do que nunca é injusto, a definição do artigo “Governos Lula, a era do consumo”, resume isso bem, em (SICSÚ,2019):

“O rótulo ‘a era do consumo’ dos governos Lula - apresentado com o falso subtítulo do excesso de endividamento das famílias - é inadequado. Mais do que qualquer rótulo, vale a revelação das minúcias do processo econômico e social. Foi mostrado que foi adotado no Brasil uma prescrição keynesiana pouco conhecida. Uma dinâmica que partiu do estímulo ao consumo daqueles que possuem baixa renda, mas que chegou ao investimento e reduziu o desemprego de forma drástica. Consolidou-se um modelo de estímulo ao consumo, elevação com taxas vigorosas do investimento público e crescimento do investimento privado.”

Outro fator muito importante a ser comentado sobre o segundo mandato de Lula foi o grande avanço brasileiro em parcerias comerciais com países fora do mundo ocidental, como a China e países árabes. Essas parcerias foram consideradas fundamentais, pois garantiram que o Brasil não dependesse apenas dos EUA para a maior parte de suas transações comerciais, tendo um leque maior de negociação com países que vinham crescendo.

O Governo Lula era extremamente popular nacionalmente e tinha um grande respeito do exterior, com Lula se tornando figura carimbada nas principais reuniões dos principais líderes do Mundo. Durante esse segundo mandato, a economia brasileira se tornou a 7ª maior do mundo, sendo que em 2002, antes da eleição de Lula, o Brasil era apenas a 13ª. Devido a todos esses fatores, Lula saiu com uma aprovação recorde do cargo de presidente, com aprovação, segundo o IBOPE, de 83% e com 84% dos brasileiros considerando que o Brasil havia melhorado durante seu governo.

Esses são alguns dos fatos que mostram que o Governo Lula foi um governo muito positivo para a sociedade brasileira, em geral, mas mais especificamente, muito diferente para as

classes mais baixas. Em termos de números absolutos, ninguém ajudou tanto as classes mais baixas quanto o Governo Lula, tanto no sentido de acabar com a fome, quanto aumentar o salário, produzir empregos e dar dignidade para uma classe tão maltratada durante tanto tempo.

3.2. O mito da grande classe média e a realidade brasileira

A partir daqui, começaremos a discutir sobre nossa pergunta de pesquisa de maneira mais detalhada. Existem discussões sobre esses avanços sociais ocorridos durante o período do Governo Lula, terem acarretado a formação de uma “nova classe média”.

Essa nova classe média, seria uma parcela das classes mais baixas que conseguiu uma melhora em seu padrão de vida e poder de compra. Porém, apesar de uma melhora significativa na qualidade de vida de parte dessa classe mais baixa, com tudo que foi comentado sobre a complexidade de elementos que formam uma classe social e sobre o tenebroso legado histórico brasileiro, considerar essa melhora de vida, uma mudança de classe seria um grande exagero.

Como vimos ao longo do trabalho, a classe média brasileira recebeu diversos favorecimentos e viveu uma situação de vida muito diferente das classes mais baixas ao longo da história brasileira, em tudo que diz respeito a classe social, incluindo tipos de ofício, jornada de trabalho, capital cultural e até mesmo em relação a vivências de preconceito de cor e classe. As classes mais baixas tiveram apenas suas reivindicações históricas e seus direitos básicos finalmente começando a serem atendidos, não significando uma mudança de classe, mas sim uma vida mais digna para essa classe baixa.

O trabalhador brasileiro não se tornou classe média porque seu poder de compra aumentou e sua qualidade de vida cresceu, e apesar da maior possibilidade de mudança de classe em comparação a períodos anteriores, essa definitivamente não foi a realidade da classe baixa brasileira como um todo, afinal, como já discutimos, classe não tem só a ver com questão financeira ou acesso a determinados espaços, mas também com tipos de ofício, contatos, influencia, local de moradia, família estruturada e diversos outros quesitos. Podemos dar muitos exemplos de situações onde vidas foram mudadas na classe baixa, porém, os privilégios de classe média não estavam presentes. Uma pessoa de classe baixa, que cresceu estudando em escola pública, entra em uma faculdade federal, por exemplo. O primeiro ponto sobre isso, é que mesmo em um governo como foi o de Lula, essa não é a realidade da maior parte das pessoas dessa classe, que em sua maior parte quando, e se, tem contato com a universidade, acabando partindo de ingresso em universidades privadas, com notas de corte mais reduzidas e com apoios de programas do governo. O segundo ponto é que essa pessoa, muito provavelmente, vai ter que trabalhar enquanto estuda, algo que grande parte da classe média brasileira não necessita fazer. O indivíduo de classe baixa também tem uma chance muito menor de ter um automóvel para facilitar sua locomoção e a tendência é que sua casa fique mais longe da universidade, fazendo com que ela gaste ainda mais tempo para chegar nas aulas que a maioria de seus colegas. Para além disso,

muitas vezes o indivíduo de classe média, como já discutido anteriormente, também terá contatos na área que escolher trabalhar, enquanto a pessoa de classe baixa, muito provavelmente será a única, ou uma das únicas de seu círculo social na área. Isso pode resultar em menos oportunidade de estágios e empregos, durante e após o fim do curso.

Continuando esse exercício, existe também, comprovadamente, um preconceito em relação a cor e a classe em diversas áreas de trabalho no Brasil, geralmente relacionando determinados empregos, como empregos de pessoas brancas, de classe média ou alta. Alguns dados sobre isso: na última pesquisa da OAB, apenas 1,56% dos advogados se declararam como pretos, enquanto 56% se declaram como brancos. Em relação a área da medicina, apenas 3,4 % se declaram pretos, enquanto 67,1% se declaram brancos. A proporção de cor em relação a classe social, é que segundo a última pesquisa do IBGE, a única classe social com mais pretos do que brancos é a classe baixa, com cerca do dobro do número de pessoas que se declaram pretas em relação a brancos, lembrando do estigma negativo muitas vezes em relação a cor, fazendo com que muitas pessoas se declarem pardas.

O ponto é, essas duas pessoas, mesmo estando na mesma faculdade, e até no mesmo curso, não gozam dos mesmos privilégios e da mesma chance de se formar, e mesmo que ambas se formem, não tem uma chance igual de sucesso na área, e dependendo da área escolhida, isso se torna ainda mais problemático.

Outro exemplo, uma pessoa de classe baixa que conseguiu impulsionar seu restaurante local durante o Governo Lula, no sentido de contratar 10 funcionários a mais e aumentar sua renda, não pode ser comparada com um empresário de classe média, que possui um restaurante de franquia no centro da cidade, com 40 funcionários. Mesmo que o comércio de classe baixa tenha avançado mais durante o Governo Lula, o que não necessariamente ocorreu na maioria dos casos, os dois estabelecimentos ainda tem uma diferença financeira muito grande, devido a seu investimento inicial e seu local. Um restaurante mais bem estruturado, localizado em uma área mais nobre ou turística da cidade, contando com mais contatos e podendo cobrar um preço maior por sua comida, tem, em geral, um potencial de crescimento e manutenção de lucro muito maior do que um restaurante localizado em uma área de classe baixa, geralmente com um público mais relacionado apenas a aquele estrato social, e que conta com menos contatos poderosos para ter uma maior possibilidade de expansão.

Obviamente, que em casos excepcionais, a pessoa que vai se formar mais rapidamente e encontrar emprego pode ser uma pessoa preta de classe baixa, porém, dada as circunstâncias, essa probabilidade não é a maior, e da mesma forma, um restaurante com baixo investimento inicial, em um local de classe baixa, pode vir a se tornar um concorrente para um restaurante de franquia, com um grande investimento, mas, isso é pouco provável. Esse mecanismo do sistema, de tratar a exceção como algo muito alcançável, a partir de “trabalho duro” é outra maneira encontrada para

vender ilusões sobre a meritocracia e sobre uma suposta justiça do modelo capitalista brasileiro.

O ponto aqui, é, as medidas do Governo Lula poderiam ser o pontapé inicial de uma maior mudança nessa desigualdade, porém, isso necessita tempo de projeto e de consolidação, não são 8 anos de governo que mudarão a dinâmica de um sistema tão impregnado na história brasileira, considerar que esses avanços sociais são a formação de uma nova classe na sociedade brasileira acaba sendo, na realidade, uma diminuição do quanto a classe baixa do Brasil sofreu ao longo da história.

Porém, não paremos por aqui, outro exercício para fundamentar nossa tese, será utilizarmos o exemplo do modelo europeu pós segunda guerra, muito similar ao modelo econômico e social brasileiro, no sentido de “investir” nas classes mais baixas, ao mesmo tempo propiciando uma vida melhor para essa classe e aumentando seu poder de compra para impulsionar a economia. Projetos esses que duraram muito mais tempo que o do Governo Lula e que ainda assim não resultaram em um entendimento que indique a formação de uma nova classe média, o que acaba mostrando que talvez o problema seja ainda mais profundo, afinal, esses países europeus não tem em suas relações de classe, o legado escravocrata direto que o Brasil tem, e tiveram um projeto socioeconômico muito mais ordenado.

Márcio Pochmann, comenta que esse período foi entendido, na Europa, como (p.52, 2014): “ O que houve foi a interpretação de que a força política dos trabalhadores, por meio de suas organizações de interesses (associações, sindicatos e partidos políticos) tornara possível a elevação do padrão de vida com acesso aos direitos sociais e trabalhistas”

Esse movimento europeu do segundo pós-guerra, ficou marcado pela implementação do “Estado de bem-estar social”, que significava uma maior participação do Estado em todos os campos, inclusive na inclusão social. Esse modelo foi implementado após a crise de 29, que decretava o fim da era da menor participação dos Estados Nacionais nas questões econômicas do país, e do baque que foi a segunda guerra mundial, levando a um aprofundamento dessa crise.

Algumas das medidas do Estado de bem-estar social foram: a universalização do acesso publico a educação, assistência social e saúde. Assim como a implementação de mais subsídios públicos em relação a mobilidade urbana e moradia, o aumento do crédito e da remuneração média dos trabalhadores. Os resultados disso, segundo Márcio Pochmann, foram (2014, p.50):

“o aumento da remuneração média real dos trabalhadores, acrescida ainda mais pelo salário indireto proporcionado pelo Estado de bem-estar social, esteve combinado à extensão da política de crédito e de inclusão bancária, o que favoreceu o financiamento da aquisição generalizada dos bens manufaturados, sobretudo os de maior valor unitário, como automóvel e casa própria.”

Vemos aqui, como dissemos, um projeto muito similar ao de Lula no Brasil, dado as devidas diferenças de estrutura europeia e de formação de estado-nação.

A partir dessas medidas, o trabalhador pôde também se tornar um consumidor mais ativo para o mercado, deixando de gastar apenas com alimentação e podendo gastar seu salário com produtos que impulsionavam a economia e o capitalismo. No mesmo livro, Pochmann dá dimensão a esses números, em (2014, p.52): “Na década de 1940, o ganho do trabalhador cobria fundamentalmente os gastos com alimentação, que chegavam a responder por quase quatro quintos do total do salário dos operários nos países desenvolvidos. Na década de 1970, por exemplo, o trabalhador italiano possuía 71,5% de sua renda média liberada para despesas não alimentares.”

Claro que esse nível de melhora de vida se deu por ser um projeto de 30 anos, em um país menor, com menos problemas de estruturação de classe, mas mesmo assim, são resultados muito impactantes.

Todavia, o foco aqui é entender que mesma com essa transformação econômica de 30 anos, o trabalhador italiano ainda é da classe trabalhadora, ou seja, essa mudança econômica e social, mesmo dando espaço para que ele pudesse ter uma vida confortável e tivesse novas maneiras para gastar seu dinheiro, ainda assim, não incorporou diversos elementos da classe média, como o tipo de ofício, as movimentações políticas, o local de moradia, o tipo de criação, além de diversos outros aspectos complexos que compõe uma classe social. Houve sim uma certa homogeneização do padrão de consumo e uma aproximação econômica dessas classes sociais após 30 anos de projeto, porém ambas ainda se diferem por uma multitude de razões. E reiterando, estamos falando de países pequenos, sem uma formação de classes baseada na escravidão e onde esse conflito de classes sempre existiu, mas não de maneira tão profunda quanto em um país como o Brasil, e detalhe, tudo isso após 30 anos de projeto.

Creio que a partir disso, faça sentido a tese, de que um governo que tentou implementar um projeto similar a esse, em um espaço de tempo muito mais reduzido, em um país muito maior e mais populoso, que conta com um legado de formação de classe histórico muito mais complicado, não tenha conseguido criar uma classe social durante o período de seu governo. Entender isso não é diminuir o Governo Lula de forma alguma, mas sim entender que o legado histórico brasileiro e a formação de nossos grupos sociais são extremamente complicados e pautam o sistema do nosso país desde o início. Não é justo esperar que tudo isso, ou grande parte disso, fosse resolvido em 8 anos, mesmo que esse 8 anos sejam muito diferentes do resto da história brasileira.

CAPÍTULO 4. PÓS GOVERNO LULA

Uma questão que fica, porém, após analisarmos o sucesso desse tipo de projeto na Europa, e os rumos positivos que o Governo Lula parecia seguir, é: porque o projeto Lulista não foi consolidado da maneira que o projeto europeu foi? Ou porque não ao menos se aproximou disso, dada as diferenças espaciais e de população?

Existem diversas hipóteses e razões para isso, com muitos entendendo determinados fatores como mais, ou menos, determinantes. Existiam problemas no modelo Lulista, como a falta de estrutura para manter os investimentos públicos e a instabilidade de muitos dos empregos que foram criados. Exemplos disso, são, a falta de estrutura de muitas das faculdades criadas pelo governo, que eram públicas, porém com muitas delas não possuindo uma condição real de permanência para todos, não contando com moradia estudantil, restaurante universitário e bolsas suficientes. Apesar da criação de muitos postos médicos e a expansão do SUS, existiam problemas na manutenção desse espaço, que contavam muitas vezes com falta de equipamentos e mesmo de funcionários. Em questão dos empregos criados, muitas áreas contavam com uma certa instabilidade e não contavam com um plano de carreira sólido, como a área do telemarketing e da construção civil. Existiam problemas, isso é fato. Porém, o Governo Lula saiu com uma aprovação enorme em questão popular, e a própria Dilma tem uma eleição relativamente tranquila e mantém uma aceitação popular boa até certo ponto, ou seja, mesmo com esses problemas de percurso, a população, em geral, ainda se mantinha esperançosa com o projeto do PT. Os problemas principais que surgem, mesmo vindo desses âmbitos econômicos e sociais, acabam sendo mais do que de qualquer outro, do âmbito político.

O PT, após o Governo de Lula, estava escasso em relação a escolha de seu sucessor, foi então que segundo indicação do próprio Lula, Dilma foi a escolhida, e vemos, segundo a própria Dilma, seu desejo de estar no cargo, em entrevista ao filme “ Democracia em Vertigem”:

“Entrevistadora: Quando você percebeu que o Lula te escolheu?

Dilma: Não, eu não queria.

Aí tá meu problema com a liberdade.

Mas era público e notório.

Entrevistadora: E ele insistindo?

Dilma : Ele não fala, ele faz política de fato consumado, muito.

O Lula é assim.

Hoje eu acho que ele fala mais.”

O PT decidiu se juntar ao PMDB, segundo partido mais forte do congresso. A decisão foi vista como uma maneira de garantir o apoio no congresso, já sem a presença conciliadora de Lula, porém, também foi uma mostra de que o PT estava cada vez mais com o pé dentro do sistema, cada vez mais ficando dependente de figuras como o próprio Michel Temer, escolhido como vice de Dilma.

Michel Temer era conhecido por ter um grande controle sobre o PMDB, e ser uma figura muito articuladora dentro do congresso, tendo sido presidente da câmara por três vezes. Seu apoio popular era bem baixo, sendo eleito para deputado, em seu último mandato, como a menor votação

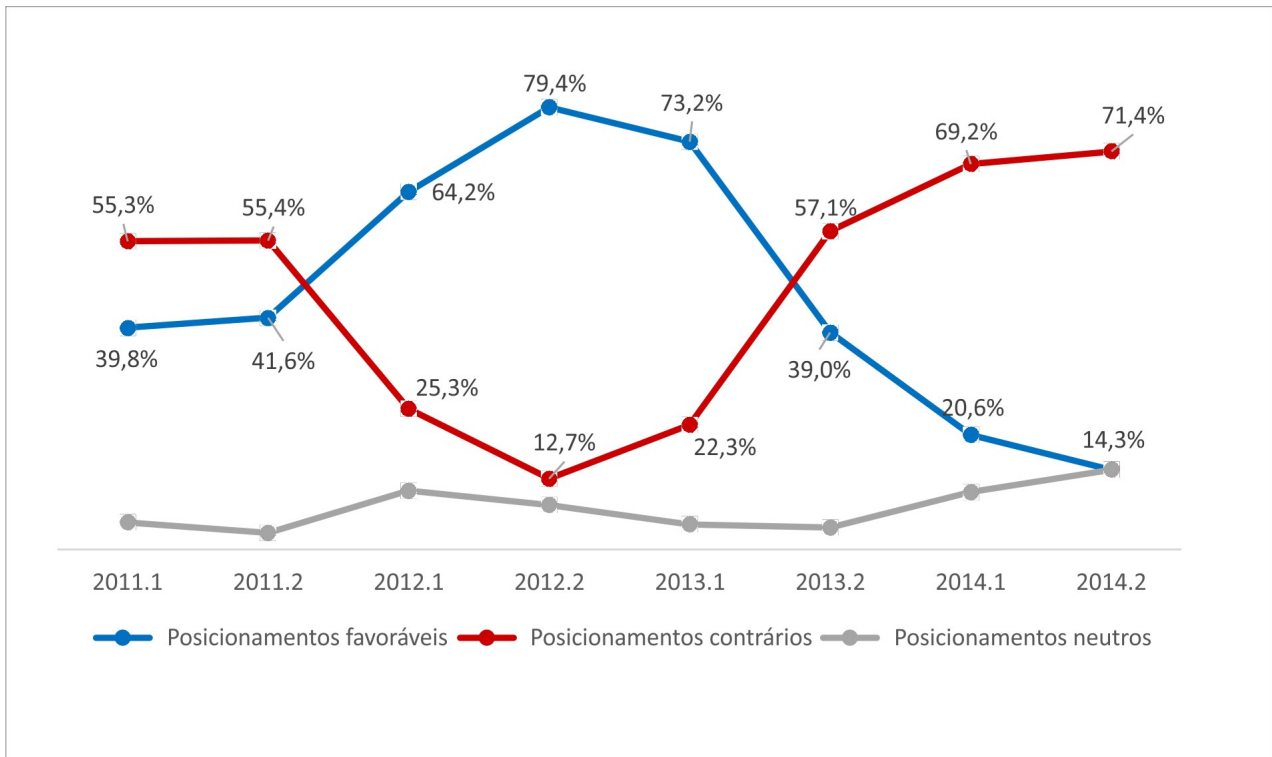
do partido. Para além disso, seu nome era ligado a escândalos de corrupção, sendo acusado de enviar propinas para ter apoio no congresso. Tanto Lula, quanto Dilma, não desejavam que Temer fosse vice, porém, pelo PT ter um acordo com o PMDB, e Temer ter muita influência no partido, ele garantiu que seu nome fosse o único disponível. Ações como essas geraram um maior afastamento da base popular petista, mesmo que em pequena escala. Afinal, pouquíssimas pessoas da base de votos petista gostavam da ideia de Temer como vice e do PMDB como principal aliado do partido.

Apesar disso, porém, o Governo Dilma se inicia de maneira positiva, dando continuidade aos projetos de Lula e contando com uma aprovação popular bem alta, chegando inclusive a tirar o Brasil do mapa da fome e levar o país a uma redução recorde de desemprego. Todavia, quando problemas globais econômicos começam a chegar, e acabam por potencializar os problemas mencionados anteriormente, em relação a falta de estrutura e problemas trabalhistas, fica claro que a gestão Dilma não era tão hábil para lidar com essas situações, quanto a gestão de Lula era. Tanto em relação a conversa com a base, quanto no dia a dia com o congresso e nas negociações com as elites.

É importante dizer, porém, que não é porque Lula lidou bem com crises durante seu mandato, que é certeza que ele lidaria bem com a crise que o Governo Dilma teve que enfrentar, no entanto, ao longo de seu mandato, Lula mostrou muito mais habilidade na resolução de problemas do que Dilma mostrou em seu período, provavelmente devido a maior experiência política de Luiz Inácio e por sua maior facilidade de dialogar com todas as camadas, incluindo as elites e o mercado.

A questão do “trato”, porém, especialmente com as elites e o congresso, não são um demérito para a Presidenta Dilma, até mesmo, porque ela teve uma relação bem extrema com essa camada social, justificando totalmente a sua postura “menos conciliadora”. Para além disso, é importante salientar que o cenário econômico global não favorecia nada ao Brasil, uma situação muito diferente da maior parte do Governo Lula, e que Dilma, apesar de sim, ter cometido erros, também teve que lidar com o legado de alguns problemas e decisões do governo anterior.

A partir desses problemas econômicos, e o início de discordâncias na relação de Dilma, especialmente com os empresários, vemos um agravamento da crise e da pressão desses setores mais altos do país contra o Governo.



Fonte: Oliveira, 2022

Figura 17: Posicionamento empresários ao Governo Dilma

Esse gráfico, da figura 17, fala sobre o posicionamento dos empresários industriais em relação as decisões do Governo Dilma. Fica evidente, que algumas das decisões do Governo não foram de acordo com o que esses empresários esperavam, e provavelmente, as negociações a cerca disso, também não foram proveitosas. No mesmo período da insatisfação, primeiro semestre de 2013, a inflação sobe, depois de muito tempo de estabilidade, e a economia começa a balançar. Na mesma época, diversas revistas e jornais dos mais populares do Brasil começavam também a criticar o Governo pesadamente.

AVALIAÇÃO DO GOVERNO DILMA POPULARIDADE DA PRESIDENTE DESPENCA

Fonte: Datafolha

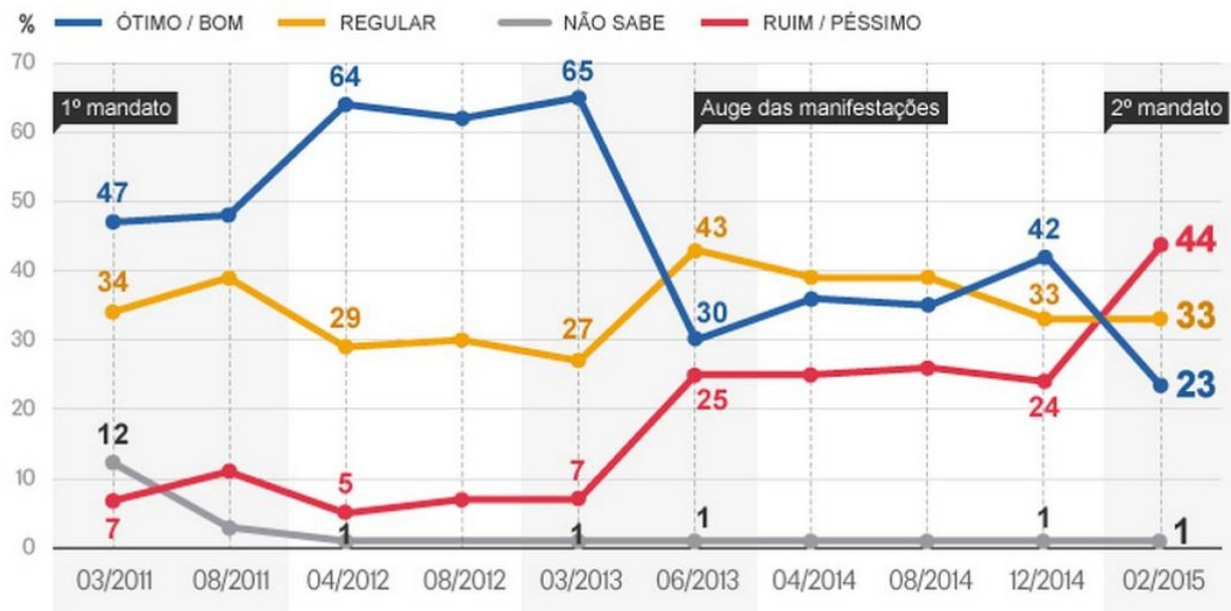


Figura 18: Avaliação Governo Dilma

Esse outro gráfico, da figura 18, mostra a popularidade da presidenta, e não surpreendentemente, as datas de queda da popularidade são muito similares com a insatisfação dos empresários e o aumento da inflação. Na mesma época, diversas manifestações ocorreram ao longo de todo Brasil, sem objetivos bem definidos, mas com a ideia de luta por uma situação melhor.

Uma certa insatisfação pela economia mais instável e o aumento da inflação seriam reações normais para uma população, porém, como uma popularidade despenca de 65% de ótimo e bom, para 30% do mesmo critério em apenas 3 meses?

Sim, o Brasil vivia um momento instável economicamente, muito devido a queda dos preços das commodities e a erros econômicos do governo, mas muito também devido a não concordância entre Dilma e os setores empresariais econômicos. Setores esses também muito envolvidos na política, e principalmente na questão de mídia no Brasil, afinal como dito em: (LIMA, 2001, p. 106) “90% da mídia brasileira é controlada por apenas 15 grupos familiares” Ou seja, ao não se entender com as elites, a parte midiática também se volta contra a Presidenta, incitando a população a entender a situação como muito pior do que realmente era.

Essa resposta direta da população, também vem de parte de um povo que poderia muito bem ser da base do apoio petista, ou até mesmo foi em algum momento, porém, que se sentia

desesperançosa com o partido, não apenas pela pressão midiática, mas também pelo afastamento do PT com a população. O partido ainda contava com uma base forte, base essa que foi cultivada em anos e anos de luta dos Governos Lula e Dilma pelas reivindicações das classes mais baixas, porém, essa base poderia ser ainda maior, se o PT tivesse mantido o “pé fora”. O “pé fora” foi esquecido, e a crise econômica somada com a pressão do sistema brasileiro começaram a engolir o PT. Gilberto Carvalho, ex secretário da presidência geral do PT, resume muito bem os motivos da queda do PT, também no filme “Democracia em Vertigem”:

“O PT, que nasceu contestando toda essa forma vertical, burocrática, corrompida de fazer política

Na medida em que foi crescendo, que foi lidando com o poder, perdeu uma coisa, que era muito importante pra gente. A gente chamava assim, o pé fora, o pé dentro. O que quer dizer isso? O pé fora é continuar muito ligado as lutas sociais, sabendo que no capitalismo, você só conquista direitos na base da mobilização e da luta. E o pé dentro é você, dentro da instituição, procurar mudar essa instituição. Fomos crescendo, e o pé fora foi sendo esquecido. E a gente passou a depender demais de governabilidade apenas com o Congresso. Fomos achando que a gente podia ser amigo dos grandes naturalmente. Não fizemos a tal da reforma política.”

Concordo com sua fala, porém, levantemos também outras dúvidas, não teria o sistema engolido o PT antes, se houvesse tentativas da tal “reforma política”? Seria possível realmente tentar mudar a instituição, de dentro da instituição? Obviamente que erros foram cometidos, ao se envolver demais com os esquemas tradicionais, todavia, será que o Governo Lula poderia ter agido de outra forma e mesmo assim ter ajudado tantas pessoas quanto ajudou?

O Lulismo foi esgotado sem Lula. Sem a peça de conciliação entre esses setores, não foi possível dar sequência ao projeto. A culpa não é de Dilma, figura histórica de resistência e de revolução, que não queria ser presidente, e que sim, cometeu erros, porém, que acima de tudo, não deveria ser obrigada, e não se obrigou, a negociar e conciliar com a elite que a torturou.

Essas são as respostas que são possíveis de ser dadas, os “e se” do PT, em relação ao que aconteceria se o Governo petista promovesse uma reforma mais brusca, durante o auge de seu apoio popular, e longe de uma crise econômica, serão sempre temas para debate.

Os acontecimentos após a queda da popularidade de Dilma, a partir de 2015, são a tônica da história do nosso país, com as elites conduzindo a direção que deveria ser tomada, programando uma destruição de reputação contra quem, supostamente, ousou contra ela. O menor ousar, o ousar da conciliação e da redução mínima da desigualdade foi punido, não durou contra a primeira grande crise política e econômica do país. O PT foi tolerado enquanto Lula fazia milagres na relação com as elites e mantinha a economia forte, ainda assim arrumando maneiras de ajudar a classe baixa. Assim que houve o primeiro ponto de discordância mais sério com Dilma, as elites tentaram relegar o PT a seu local inicial, mostrando quem manda no país, tirando uma presidenta

democraticamente eleita e promovendo uma verdadeira campanha de destruição do Partido dos Trabalhadores na mídia.

Conclusão

A partir da pesquisa feita sobre a história de formação dos nossos grupos sociais e sobre o sistema brasileiro ao longo dos anos, fica perceptível, que mesmo com grandes avanços econômicos e sociais durante o período do governo Lula, não teria como uma nova classe ter surgido no Brasil em um período de tempo tão curto, devido ao quanto o sistema brasileiro se mostrou injusto e problemático ao longo da história brasileira. Porém, conseguimos também perceber, a partir do estudo sobre a história desse sistema, e de parte de seus governos, o quanto o Governo Lula foi diferente em relação a questões como programas sociais, geração de emprego e diminuição da desigualdade no país. Quando falamos do período da ditadura até os dias atuais, o primeiro Governo Lula foi o projeto mais bem-sucedido em termos econômicos e sociais gerais, relações internacionais e garantia da democracia. Outro aspecto importante da pesquisa, foi perceber como a implementação de um projeto econômico-social pode variar muito dependendo do legado histórico do país e de suas relações de classe, onde vimos o projeto europeu tendo grande continuidade, e o projeto brasileiro, mesmo muito similar ao europeu, em muitos aspectos, sendo descontinuado pelas elites em sua primeira grande crise, e para além disso, vimos o quanto diversas linhas políticas se juntaram para realizar o projeto na Europa, enquanto no Brasil, o único partido disposto a fazer esse tipo de mudança se perdeu no meio de um sistema contrário a essas mudanças.

No geral, esse trabalho se propôs a ser uma fonte de construção de um maior conhecimento sobre a formação das classes sociais brasileiras e sobre o funcionamento de nosso sistema, assim ampliando os horizontes para a realização de outros projeto relacionados a história política e social do Brasil.

Referências Bibliográficas:

Livros:

SOUZA, Jessé. A elite do atraso: Da escravidão à Lava Jato. Rio de Janeiro: Leya, 2017.

POCHMANN, Marcio. O mito da grande classe média: Capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SANTA RITA, Chico. Batalhas eleitorais: Do colégio eleitoral à urna eletrônica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 8. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2011.

Sites e matérias:

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST). Site oficial do MST. Disponível em: <https://www.mst.org.br/>

PAMPULHA IATE CLUBE. Site oficial do Pampulha Iate Clube. Disponível em: <https://www.pampulhaiateclub.com.br/>.

CLUBE BELO HORIZONTE. Site oficial do Clube Belo Horizonte. Disponível em: <https://www.clubebelohorizonte.com.br/>.

GRACIOSA COUNTRY CLUB. Site oficial do Graciosa Country Club. Disponível em: <https://www.graciosa.com.br/>

CARTA CAMPINAS. Estudo prova que ditadura de 64 tirou dinheiro da população e transferiu para 1% mais rico. Disponível em: <https://cartacampinas.com.br/2016/06/xxestudo-prova-que-ditadura-de-64-tirou-dinheiro-da-populacao-e-transferiu-para-1-mais-rico/>

Produções audiovisuais:

MOURA, Petra Costa (Direção). Democracia em Vertigem [Filme]. Brasil: Busca Vida Filmes, 2019. 1 DVD (121 min).

Artigos:

BOHN, Simone. Evangélicos no Brasil: perfil socioeconômico, afinidades ideológicas e determinantes do comportamento eleitoral. 2004. disponível em <https://www.scielo.br/j/op/a/n4WbzcvpzQYfwgd643NMQdq/abstract/?format=html&lang=pt#>

SICSU, João. Governos Lula: a era do consumo? 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rep/a/GRkX8Xwf6QfkRVqwWKQQw3j/#>

NUNES, Gabriel. Os empresários industriais no primeiro mandato Dilma Rousseff (2011-2014): uma análise a partir do jornal Valor Econômico. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbcpol/a/qJkmrFTQFT7hrkXcb8nKdrG/#>

ALVES, Rodrigo. A economia política dos governos FHC, Lula e Dilma: dominância financeira, bloco no poder e desenvolvimento econômico. 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ecos/a/WRPZxp3LrymkXcqsR6gmNXD/?lang=pt#>

FAGANELLO, Marco. Revisitando 1989: uma análise da eleição de Collor com novos dados e modelos de regressão espacial. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rsocp/a/6Z4jgg3nyjTpfTm9MbMQvTN/?lang=pt#>

MARIANO, Ricardo. Expansão pentecostal no Brasil: o caso da Igreja Universal. 2004. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/H6DCFyvKr6Yrxw7W6pWJcBz/#>

Pesquisas eleitorais:

Datafolha. Eleições 1989. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1989/presidente/indice-1.shtml>

Datafolha. Eleições 1994. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1994/>

Datafolha. Eleições 1998. Disponível em:

<https://datafolha.folha.uol.com.br/eleicoes/1998/>

Datafolha. Avaliação Governo FHC. Disponível em:

<https://centrodametropole.fflch.usp.br/pt-br/presidentes-e-governadores/presidentes/datafolha/avaliacao/fhc>

Datafolha. Avaliação Governo Dilma. Disponível em:

<https://oglobo.globo.com/politica/avaliacao-positiva-de-dilma-despenca-de-42-para-23-diz-datafolha-15276882>